



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO / MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**

RÔMULO MORAES DE SOUSA

**EXPERIÊNCIAS FEMININAS NOS MUNDOS DO TRABALHO DE SERRA DO
NAVIO E VILA AMAZONAS/ AMAPÁ (1960-1985)**

**MACAPÁ
2018**

RÔMULO MORAES DE SOUSA

**EXPERIÊNCIAS FEMININAS NOS MUNDOS DO TRABALHO DE SERRA DO
NAVIO E VILA AMAZONAS/ AMAPÁ (1960-1985)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação / Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Dr. Sidney da Silva Lobato

MACAPÁ
2018

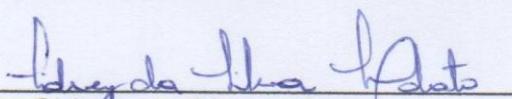
RÔMULO MORAES DE SOUSA

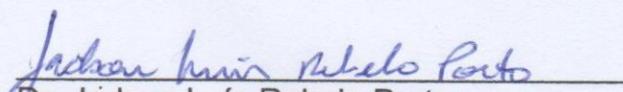
EXPERIÊNCIAS FEMININAS NOS MUNDOS DO TRABALHO DE SERRA DO
NAVIO E VILA AMAZONAS/ AMAPÁ (1960-1985)

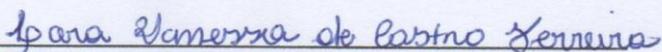
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação / Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Aprovado em: 18 / 06 / 2018

Banca Examinadora:


Dr. Sidney da Silva Lobato
Orientador – MDR/Unifap


Dr. Jádson Luís Rabelo Porto
Examinador Interno – MDR/Unifap


Dra. Lara Vanessa de Castro Ferreira
Examinadora Externa – Curso de História/Unifap

Resultado: Aprovado.

A todas as mulheres anônimas que contribuíram e contribuem cotidianamente para o desenvolvimento do Amapá.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida e pela saúde, sem as quais eu não poderia concluir essa dissertação. Agradeço ao meu padroeiro São Jorge, também ao meu orientador, Professor Dr. Sidney da Silva Lobato, pelas valiosas orientações, nas quais incluo a indicação de literaturas e fontes de pesquisa. Agradeço a ele pela compreensão no momento em que questões extra curso atravancaram o caminho dessa pesquisa. Agradeço às mulheres da minha vida, minha esposa, minha mãe e minhas irmãs, e ao meu pai e irmãos, que sempre estiveram ao meu lado, me dando força, me ajudando na organização da vida, de modo a seguir o caminho traçado. Agradeço a todos os professores do PPG/MDR, os quais, além dos conhecimentos acadêmicos, compartilharam comigo e com meus colegas experiências adquiridas na difícil prática da investigação acadêmica. Agradeço aos colegas de turma, que também foram inestimáveis no processo de aprendizagem e de amadurecimento enquanto ser humano.

A Igualdade de oportunidades para homens e mulheres é um princípio essencial da democracia.

(Dilma Rousseff)

RESUMO

A presente pesquisa faz uma análise do cotidiano de duas *company towns* construídas no Amapá entre o final da década de 1950 e início da década de 1960: Vila Amazonas e Serra do Navio. Essas cidades-empresa foram planejadas para abrigar os funcionários da Indústria e Comércio de Minério (Icomi), que se instalou no então Território Federal do Amapá no final da década de 1940, com o intuito de explorar as jazidas de manganês localizadas em Serra do Navio. O objetivo da pesquisa foi reconhecer e compreender experiências femininas vivenciadas nessas localidades no período de 1960 a 1985, identificando discursos normativos e distinções de gênero em todos os seus aspectos sociais e profissionais. O período delimitado vai da chegada das primeiras famílias até a abertura e, conseqüentemente, o início da redução na rigidez do controle desses espaços que se iniciou no ano de 1985 com a saída da sócia Norte Americana Bethlehem Steel. As fontes utilizadas nessa dissertação foram: a revista *Icomi-notícias*, livros, e a memória de antigos moradores e moradoras. Constatou-se que havia um discurso masculino hegemônico que se refletia nos papéis que eram atribuídos a homens e mulheres: aos homens caberia conduzir o Amapá ao progresso e ao desenvolvimento; já sobre as mulheres recaía o dever de educar e de cuidar dos membros da sociedade, de modo a garantir disciplina e saúde para os funcionários e futuros funcionários da empresa. Esse discurso se propagou, criando uma memória coletiva ainda persistente, que privilegia a história dos homens e silencia a voz feminina. Portanto a noção de desenvolvimento preconizada pela empresa perpassou diretamente por questões de gênero onde se atribuía um papel de coadjuvante às mulheres. Apesar dessa perspectiva observou-se que elas desenvolveram importantes sociabilidades em Serra do Navio e Vila Amazonas. Muitas delas romperam as barreiras de gênero cotidianamente impostas. A presente dissertação está composta por três seções. Na primeira se faz um apanhado geral sobre as principais debates realizados a respeito do processo de exploração de manganês no Amapá. Na segunda discorre-se sobre a perspectiva androcêntrica hegemônica na revista *Icomi-Notícias*. A terceira aborda, por meio de relatos orais, experiências femininas vividas nas *company towns* de Serra do Navio e Vila Amazonas.

Palavras-Chave: Company towns. Mulheres. Gênero. Discursos. Memória.

ABSTRACT

The present research analyzes the daily life of two company towns built in Amapá between the late 1950s and the early 1960s: Vila Amazonas and Serra do Navio. These company cities were planned to house the Mineral Industry and Trade (Icomi) employees, who settled in the then Federal Territory of Amapá in the late 1940s, with the aim of exploring the manganese deposits located in Serra do Navio . The objective of the research was to recognize and understand women's experiences in these locations from the period 1960 to 1985, identifying normative discourses and gender distinctions in all their social and professional aspects. The delimited period goes from the arrival of the first families until the opening and, consequently, the beginning of the reduction in the rigidity of the control of those spaces that began in the year of 1985 with the exit of the North American partner Bethlehem Steel. The sources used in this dissertation were: Icomi magazine-news, books, and the memory of former residents. It was found that there was a male hegemonic discourse that was reflected in the roles that were attributed to men and women: men would lead the Amapá to progress and development; it was already the duty of women to educate and care for members of society so as to ensure discipline and health for employees and future employees of the company. This discourse spread, creating a still persistent collective memory that privileges the history of men and silences the female voice. Therefore, the notion of development advocated by the company was directly related to gender issues where women were given a supporting role. Despite this perspective, it was observed that they developed important sociabilities in Serra do Navio and Vila Amazonas. Many of them have broken the gender barriers imposed on them every day. The present dissertation is composed of three chapters. The first one is a general overview of the main debates about the process of manganese exploitation in Amapá. In the second one, the hegemonic androcentric perspective in Icomi-Noticias magazine. The third chapter portrays, through oral reports, women's experiences in company towns of Serra do Navio and Vila Amazonas.

Keywords: Company towns. Women. Gender. Speeches. Memory

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Mãe acompanha sua filha à escola	48
Fotografia 2 - Rainha dos primeiros jogos santanenses	49
Fotografia 3 - Formandos do curso técnico de mecânica automotriz por correspondência	50
Fotografia 4 - Cozinheiras responsáveis pelo almoço de inauguração do refeitório de Serra do Navio	50
Fotografia 5 - Miss segurança e princesas	51
Fotografia 6 - Bela e prendada	52
Fotografia 7 - Homens do Santana esporte clube tri campeão dos jogos santanenses	53
Fotografia 8 - O homem em destaque	53
Fotografia 9 - Segunda mulher (primeira do TFA) na coluna em destaque	55
Fotografia 10 - O homem como motor do progresso	58
Fotografia 11 - Escola industrial de Macapá	59
Fotografia 12 - O gênero produtivo	60
Fotografia 13 - A mulher como formadora do homem produtivo e disciplinado.....	62
Fotografia 14 - Professora em Macapá no ano de 1965	62
Fotografia 15 - Enfermeiras da Icomi em campanha de vacinação	62
Fotografia 16 - Serra do Navio	68
Fotografia 17 - Vila Amazonas (Santana)	68
Fotografia 18 - Staff (área destinada aos dirigentes)	69
Fotografia 19 - Primário e intermediário (área destinada aos operários)	70
Fotografia 20 - Prédio da Escola Normal de Macapá	80
Fotografia 21 - Time de futsal feminino DAS- Serra do Navio (1980)	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

TFA	Território Federal do Amapá
EUA	Estados Unidos da América
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
MDR	Mestrado em Desenvolvimento Regional
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
EFA	Estrada de Ferro Amapá
ICOMI	Indústria e Comércio de Minérios
EXIMBANK	Export-Import bank
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
NP	Norma de Procedimento
SEC	Santana Esporte Clube
CIPA	Comissão Interna de Prevenção De Acidentes
MEC	Manganês Esporte Clube
IETA	Instituto de Educação do Território do Amapá
ESVAM	Escola de Vila Amazonas
ESNAV	Escola de Serra do Navio
ASSVAM	Associação das Senhoras de Vila Amazonas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A EXPLORAÇÃO DO MINÉRIO DE MANGANÊS NO AMAPÁ (1953-1997) COMO OBJETO DE PESQUISA: DA ANÁLISE DAS ESTRUTURAS À PERSPECTIVA DE GÊNERO	21
2.1	PRINCIPAIS DEBATES SOBRE OS ANOS DE EXPLORAÇÃO DO MINÉRIO DE MANGANÊS NO AMAPÁ: EXPORTAÇÃO, CAPITAL ESTRANGEIRO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	21
2.1.1	O destino do manganês do Amapá	21
2.1.2	A abertura do TFA ao capital estrangeiro	24
2.1.3	Exploração mineral e desenvolvimento do Amapá	27
2.2	O COTIDIANO E AS EXPERIÊNCIAS DOS TRABALHADORES COMO OBJETO DE PESQUISA	32
2.3	A EXPERIÊNCIA FEMININA COMO OBJETO DE PESQUISA	34
2.3.1	O estudo das experiências femininas no Brasil	38
2.3.2	O estudo das experiências femininas na Amazônia	41
2.3.3	O estudo das experiências femininas no Amapá	44
3	A PRESENÇA DAS MULHERES NA REVISTA <i>ICOMI-NOTÍCIAS</i>	47
3.1	ESCOLHAS ANDROCÊNTRICAS: DESTAQUES E SILÊNCIOS	47
3.2	TRABALHO, GÊNERO E DESENVOLVIMENTO	57
3.3	LAZER	63
4	GÊNERO, HISTÓRIA E MEMÓRIA: AS MULHERES EM SERRA DO NAVIO E VILA AMAZONAS (1960 a 1985)	66
4.1	SERRA DO NAVIO E VILA AMAZONAS	67
4.2	MEMÓRIA COLETIVA E GÊNERO: LEMBRANÇAS SELETIVAS	71
4.3	A VOZ FEMININA	75
4.4	AS MULHERES ENTRE O ESPAÇO PÚBLICO E O ESPAÇO PRIVADO	76
4.4.1	Donas de Casa	76
4.4.2	Professoras e enfermeiras: das migrantes às “filhas da terra”	79
4.4.3	Esporte, lazer e enlances amorosos	86
4.5	GÊNERO E CLASSE SOCIAL	90

4.5.1	Madames e donas de casa	91
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
	REFERÊNCIAS	100
	APÊNDICE A RELAÇÃO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS	105

1 INTRODUÇÃO

Em 1941 o regatão Mario Cruz, em uma de suas corriqueiras viagens pelas águas do Território Federal do Amapá (TFA), encontrou pedras de cor escura às margens do rio Amaparí. Ele coletou algumas delas e as utilizou para fazer lastro na sua embarcação. Naquele dia, fortes tempestades o atormentavam e o rio estava muito agitado. Mario Cruz nem imaginava, mas essas pedras viriam introduzir o TFA no mapa do capitalismo internacional e nos planos dos Estados Unidos da América (EUA) durante o contexto da Guerra Fria.

Posteriormente, Janary Gentil Nunes, governador do TFA entre 1944 e 1956, enviou amostras das pedras para a avaliação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Glycon de Paiva, um experiente geólogo do referido órgão constatou que elas eram compostas de manganês de alto teor. Por conseguinte, o empresário Augusto Trajano de Azevedo Antunes protagonizou a instalação de um gigantesco empreendimento para a extração desse minério em plena selva amazônica, em um local de difícil acesso e sem nenhuma infraestrutura. Esses quatro homens destemidos (Cruz, Nunes, Paiva e Antunes) teriam sido os responsáveis por selar o futuro do Amapá e introduzi-lo em uma nova era reputada como tempo de “modernidade e progresso”.

Foi por esse prisma que a historiografia oficial contou a história da exploração do minério de manganês de Serra do Navio. As mulheres não foram convidadas para as páginas dessa história, pois na concepção dos seus escritores progresso e desenvolvimento eram tarefas masculinas. Seguindo nesse raciocínio, eles negligenciaram-nas e esconderam-nas em narrativas de teor épico. No entanto, a despeito das escolhas teóricas, metodológicas e ideológicas da história oficial, as mulheres estiveram presentes nesse fazer histórico.

Nesse sentido, o presente estudo descreve como se deram as experiências femininas no mundo do trabalho de Serra do Navio e Vila Amazonas entre 1960 e 1985, objetivando compreender as suas sociabilidades nos espaços domésticos, nos espaços públicos e no ambiente de trabalho. Partiu-se do pressuposto de que para entender a experiência feminina em um determinado contexto é preciso considerar as mulheres como sujeitos inseridos em complexas relações sociais, políticas, econômicas e de poder. É necessário destacar que a experiência feminina em Serra do Navio e Vila Amazonas está inter-relacionada com o contexto das políticas

desenvolvimentistas voltadas para a Amazônia, as quais trazem no seu bojo investidas contra o modo de vida dos moradores locais, objetivando a construção de uma moral civilizatória que busca adequar homens e mulheres ao padrão normativo capitalista. O recorte cronológico inicia no ano de inauguração das *company towns* e vai até o ano no qual o controle nesses espaços começou a ser sensivelmente reduzido, ou seja, o início da abertura desses núcleos. Que ocorre após a saída da Bethlehen Steel.

A escolha do objeto de análise foi o resultando de uma construção iniciada na graduação em História (Bacharelado e Licenciatura realizados na Universidade Federal do Amapá/ Unifap), quando surgiu o interesse pela história “dos de baixo”. Naquele momento o olhar do pesquisador estava fascinado pela possibilidade metodológica desenvolvida por Edward Palmer Thompson de dar visibilidade aos sujeitos que foram esquecidos pela abordagem tradicional. Deste modo a monografia escrita como forma de avaliação final do curso, intitulada *Memória, identidade e cotidiano dos trabalhadores da Icomi: a formação da classe operária no Território Federal do Amapá* (2011), discorreu sobre as sociabilidades e a cultura dos operários que atuaram no empreendimento mineral que funcionou no Amapá de 1953 à 1997.

Com o curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, realizado também na Unifap, entre 2015 e 2016, veio a sensibilidade quanto a importância e a necessidade de pesquisar a experiência feminina nesse contexto. Nesse curso foi estabelecido o primeiro contato com uma das principais referências teóricas utilizadas nessa dissertação: Joan Scott. Durante as orientações do Mestrado em Desenvolvimento Regional (MDR/Unifap) surgiram mais duas referências indispensáveis para esse estudo: Mary Del Priore e Michele Perrot. No decorrer das disciplinas o interesse por pesquisar o maior empreendimento empresarial já implantado no Amapá sob a perspectiva de gênero se revelou viável e urgente.

Partindo do pressuposto de Souza (2012), segundo a qual o desenvolvimento deve considerar aspectos para além do econômico, compreendeu-se que para se discorrer sobre desenvolvimento regional é indispensável considerar as desigualdades socialmente construídas entre homens e mulheres. Este será o ponto de partida para a formulação de subsídios que viabilizem a superação dos desníveis entre eles e elas e que possibilitem o desenvolvimento regional em todas as suas

nuances. É importante destacar que esse estudo não pretende simplesmente fazer da vivência feminina um adendo à historiografia que discorre sobre o período de exploração de manganês no TFA, mas quer compreender esse capítulo da história da Amazônia à luz das relações de gênero que nele se estabeleceram.

A partir da descoberta das jazidas de manganês e da conseqüentemente instalação do grande empreendimento mineralógico icomiano foram introduzidas novas noções de organização do trabalho e de controle do tempo. Além disso, ocorreu um intenso fluxo migratório estimulado pelas possibilidades de emprego. Esse movimento ocasionou uma grande diversificação cultural com a chegada de pessoas de todas as partes do Brasil, principalmente do estado do Pará e dos diversos estados nordestinos.

As relações de gênero estabelecidas dentro desse contexto foram construídas em inter-relação com todas essas variáveis. Discursos de progresso e de civilização foram proferidos pelo governo territorial por meio dos seus veículos oficiais (jornal *Amapá* e Rádio Difusora). Segundo Paz (2011), a narrativa do achado das jazidas de manganês pelo regatão Mario Cruz está inserida no discurso estatal que saudava uma nova era de exploração da Amazônia ao mesmo tempo que buscava passar a ideia de que o homem local estava organicamente ligado a esse processo.

Antes da introdução de grandes empreendimentos de exploração mineral na Amazônia essa região vivia fundamentalmente do extrativismo vegetal. Sobretudo da coleta da castanha-do-pará e do látex¹. Essa matéria prima chegou a ser um dos mais importantes produtos da economia brasileira voltados para exportação. No entanto, apesar de ter o seu apogeu no final do século XIX, com o crescimento da demanda da indústria pneumática atrelada ao crescimento da indústria de bicicletas e automobilística, a economia da borracha sofreu com duas fortes crises. A primeira em 1912 com a transplantação da cultura da *Hevea brasilienses* para as colônias inglesas da Ásia. A segunda ocasionada pelo fim da Segunda Guerra Mundial (após ter experimentado uma retomada do crescimento da demanda quando as rotas orientais foram fechadas pelo Japão durante o conflito e de ter contado com apoio do governo federal e dos EUA através do acordo de Washington (PORTO, 2002). Após essa última crise, que fora deflagrada pela reabertura da rota que dava acesso ao mercado asiático desse produto e pela generalização do uso da borracha

¹ Seiva extraída da árvore *Hevea brasiliensis*, popularmente conhecida como seringueira.

sintética, o governo central decidiu criar mecanismos para integrar mais a região amazônica aos grandes centros da economia nacional. Foi nessa conjuntura que foi elaborado o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o órgão responsável pela sua efetivação, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Spvea). Com o propósito de criar as devidas condições infraestruturais para integrar a região às estratégias de desenvolvimento econômico do país (SILVA, 2002). Nesse cenário o governo passou a compreender a Amazônia como um espaço vazio, aberto à introdução de grandes investimentos de capitais nacionais e internacionais. A Icomi instalou-se no Amapá dentro dessa lógica. Segundo Porto (2002), a exploração das jazidas de manganês do Amapá foi o primeiro grande empreendimento a receber os incentivos do Spvea, especialmente para a construção da Estrada de Ferro Amapá (EFA) e do Porto Santana, ambos grandes artefatos de engenharia que visavam garantir o escoamento da produção manganífera. A ideia era potencializar e sistematizar a exploração da região.

Apesar do discurso, citado no início, segundo o qual a descoberta das jazidas de manganês teria sido uma obra do acaso, desde 1934 já havia evidências do potencial mineral do Amapá. Nesse sentido autores como Mastrobuono e Biezus (1957) entendiam que a descoberta dessas jazidas seria o resultado da política estatal de exploração mineral que passou a incentivar a busca por minério de ferro no TFA. Paz (2011) aponta os esforços feitos pelo governo para explorar as jazidas de ferro do rio Vila Nova em 1945 por uma empresa estrangeira (Hanna Exploration Company). Portanto, o achado de Mario Cruz estaria inserido nessa política de estímulo à pesquisa do potencial mineral do território, na qual o governo local ofereceu recompensa para quem encontrasse evidências de minério de ferro na região.

Após a descoberta de manganês no TFA o governo federal transformou as jazidas de Serra do Navio em reserva nacional. Inicialmente o poder público cogitou a hipótese de criar uma companhia de economia mista para executar a exploração desse mineral, porém, acabou optando pelo arrendamento das jazidas a companhia particular. Após o Decreto 9. 868, de 13 de setembro de 1946, que delegou ao território do Amapá o poder para fazer a intermediação da exploração mineral que ocorreria em Serra do Navio, foi aberto o edital de concorrência para a exploração do manganês. Três empresas participaram desse certame: A Companhia meridional de mineração, a Hanna Exploration Company e a Industria e Comércio de Minérios

(Icomi), uma empresa do estado de Minas Gerais que já atuava no ramo da exploração mineral desde 1942 (NUNES, 1959). A proposta da Icomi foi a contemplada.

Após a vitória, executivos da empresa foram buscar financiamento no exterior. O banco norte americano Export-Import Bank (Eximbank) foi o grande financiador. Além de captar recursos nos EUA, a Icomi também se associou com uma empresa desse país, a Bethlehem Steel, e assinou contrato com uma agência de obtenção de materiais de Defesa para os Estados Unidos, órgão que comprava o minério de manganês a fim de formar reservas estratégicas, visto que se estava em plena Guerra Fria e a siderurgia norte americana não poderia ficar sem esse insumo. Principalmente porque a maior produtora e exportadora de manganês, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), inimiga declarada dos EUA, embargou a venda desse mineral para os estadunidenses e seus aliados.

Depois de captar recursos no exterior e de estabelecer parceria para a produção bem como fechar acordo de compra e venda com o governo dos EUA, a Icomi passou a montar as instalações necessárias para executar as atividades mineradoras. Após desmatar a área delimitada para a extração mineral, a empresa deu início a prospecção, ao plano de safra e a mineração propriamente dita. Construiu uma usina de beneficiamento do minério que passou a funcionar no dia 17 de outubro de 1956 (ICOMI, 1983). A EFA, com 95 km de extensão, foi inaugurada também em outubro de 1956, quando ocorreu a partida do primeiro trem carregado de manganês. Essa estrada ligava o local de exploração do minério, em Serra do Navio, ao Porto Santana, de onde esse minério era enviado para o exterior.

Além de ligar o local da extração ao porto, a EFA conectava duas *company towns* construídas para abrigar os funcionários da empresa, respectivamente: Vila de Serra do Navio, localizada próximo das minas, e Vila Amazonas localizada em Santana² as margens do rio Amazonas. A Icomi iniciou a construção dessas *company towns* em 1955 (ICOMI, 1983). Serra do Navio foi finalizada em 1959 e Vila Amazonas em 1960. A mão de obra que levantou essas duas unidades

² Após fundar a Vila de São José de Macapá no dia 04 de fevereiro de 1758, Francisco de Mendonça Furtado rumou para a Capitania de São José do Rio Negro. Foi no início dessa viagem que ele deparou-se com a atual ilha de Santana, a qual transformou em povoado. No ano de 1981 Santana foi elevada à categoria de distrito de Macapá, permanecendo assim até 1987, quando através do decreto nº 7639 de 17 de dezembro de 1987, tornou-se município.

habitacionais foi a dos operários que haviam trabalhado na construção da estrutura produtiva.

Segundo Drummond e Mariangela (2007), em vista da distante localização da mina em relação a Macapá e ao Porto Santana foi necessário construir uma vila para abrigar os trabalhadores diretamente ligados a extração mineral: Serra do Navio. E outra para abrigar técnicos, funcionários administrativos, funcionários do porto e da ferrovia: Vila Amazonas. Segundo esses autores “o presidente da Icomi, Augusto Trajano de Azevedo Antunes, queria oferecer aos seus trabalhadores e as suas famílias, tanto no porto quanto na mina “toda segurança, higiene e confortos oferecidos pela civilização moderna” (DRUMMOND; MARIANGELA, 2007, p. 162).

Paz (2011, p. 17) também considera a dificuldade de acesso à mina na decisão da Icomi de construir essas cidades-empresas, assim como ele destaca a boa infraestrutura da qual elas foram dotadas. No entanto, além de objetivar o conforto dos trabalhadores ou atrair funcionários especializados, Paz considera a construção dessas cidades como parte de uma estratégia para forjar um trabalhador industrial a partir de uma população que anteriormente, em sua maioria, habitava as margens dos rios e estava profundamente integrada às especificidades ambientais, sociais e econômicas do espaço amazônico. Nesse sentido, ele sublinha as rígidas normas de comportamento e moralidade impostas aos trabalhadores e a seus familiares.

Portanto, segundo Paz, por meio de todo seu aparato de controle, a Icomi pretendia estabelecer não somente um determinado padrão de sociedade no interior dos seus domínios, mas principalmente criar um tipo específico de operário e família dotados de valores baseados na atribuição de papéis, uma nova ética de trabalho capitalista-industrial. Nunes (2014) destaca a estratificação social no interior das vilas, fundamentadas no princípio fordista. Ela compreende a estrutura arquitetônica desses espaços à luz de Foucault, ou seja, como dispositivos de poder que têm o propósito de incitar controle sobre os sujeitos. Ela também argumenta que as vilas eram uma extensão do espaço fabril e que, portanto, estavam sujeitas às normas da empresa.

Como espaço controlado pela empresa, as *company towns* eram diretamente permeadas pelos discursos hegemônicos e pelo poder disciplinar tanto do governo territorial como da mineradora. É nesse contexto que se busca reconstruir a experiência feminina a partir da memória das pessoas que aí viveram. Não se focou

apenas nas funcionárias da Icomi, nem tampouco apenas no ambiente de trabalho, e sim nas mulheres de modo geral, ou seja, as operárias, enfermeiras, professoras, as donas de casa, as empregadas domésticas, as desempregadas, as mulheres solteiras, as casadas e suas vivências em todos os espaços que de alguma forma eram transpassados pelo controle da firma.

Giulani (2000) destaca a importância de se estudar a história das mulheres para além das atividades trabalhistas, pois, segundo ela, os conflitos aos quais as mulheres têm sido submetidas no Brasil permeiam “outras esferas da vida social”. Nesse sentido, ela aponta que “as reivindicações e os movimentos de mulheres atingiram áreas não ligadas exclusivamente às atividades produtivas estendendo-se até a vida familiar” (GIULANI, 2000, p. 640). Por outro lado, Perrot (1988) valoriza aspectos cotidianos como campo de análise da história das mulheres. Em *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*, ela aborda as relações de gênero no espaço público e privado. Ela compreende que apesar da segregação feminina, as feiras, os hospitais, as escolas, os cemitérios e os lavadouros coletivos eram locais de extensa troca de experiências e desenvolvimento de identidades, onde as mulheres construíram uma importante rede de sociabilidades. Perrot também compreende o espaço doméstico como loco de relações que envolvem poder e gênero.

Portanto, a partir da perspectiva de Del Priore, Perrot e Scott, essa dissertação analisou a vida das mulheres de Serra do Navio e Vila Amazonas de 1960 a 1985 em diversos ambientes de convivência: na empresa, na família, nos clubes recreativos, nas instituições sindicais, enfim, tanto no espaço público como no espaço privado. Foram problematizados também os discursos institucionais que objetivaram a naturalização da exclusão feminina, identificando no esforço normatizador uma estratégia de adestramento das mulheres aos padrões e valores preconcebidos pela empresa. Ao mesmo tempo, foram analisadas as manifestações femininas que se confrontavam com essas estratégias, sempre procurando desnaturalizar discursos dicotômicos e essencialistas de gênero por intermédio da memória das antigas moradoras de Serra do Navio e Vila Amazonas.

No primeiro capítulo se fez um apanhado geral da produção historiográfica sobre a exploração de manganês no TFA, onde se destacam as principais abordagens históricas acerca desse objeto de estudo. São enfocados os principais debates em torno desse empreendimento. Ainda nesse capítulo se destacam os

trabalhos de influência Thompsoniana a qual deu visibilidade ao cotidiano dos trabalhadores. E se discorre sobre a história das mulheres como objeto de pesquisa e o gênero como categoria de análise.

O segundo capítulo analisa as representações das mulheres disseminadas pela empresa nas páginas da revista *Icomi-Notícias*. Problematizando o “modelo” de mulher preconizado por esse meio de comunicação, elucidando as representações daí derivadas.

O terceiro capítulo é voltado para a análise das experiências femininas nas *company towns*. Descreveu-se como era o dia a dia das mulheres que aí viviam, destacando os espaços que elas ocupavam ou que elas eram proibidas de ocupar. Foram lançadas luzes sobre os processos de vigilância e tentativas de controle dos seus comportamentos. Discorreu-se também sobre as suas histórias de vida, sobre as suas aspirações, e sua sociabilidades, a prática de atividades econômicas informais desenvolvidas por donas de casa como complemento de renda, além das práticas de esporte e lazer. As relações entre gênero e classe social também foram discutidas nesse capítulo, enfatizando peculiaridades vividas pelas mulheres de acordo com a posição delas, de seus pais e/ou maridos na hierarquia da empresa e conseqüentemente nas áreas habitacionais marcadas pela segregação social. Esse capítulo foi construído a partir da análise da revista *Icomi-notícias* e da memória de 16 moradoras(es) e ex-moradoras (es) de Serra do Navio e Vila Amazonas. As pessoas entrevistadas englobam antigas técnicas de enfermagem, professoras, donas de casa, empregadas domésticas, antigos funcionários, filhos de antigos funcionários, os quais no período que viveram nas *company towns* eram estudantes. A idade das entrevistadas e entrevistados variam de 35 a 80 anos.

A partir dessa pesquisa constatou-se que a empresa disseminava um discurso hegemônico que valorizava o elemento masculino e minimizava a importância do papel feminino no processo produtivo e social. Por meio da revista *Icomi-Notícias* a mineradora enaltecia a atuação dos homens na “nova era” de progresso e desenvolvimento que o Amapá estaria vivendo. E ratificava o papel feminino voltado para o cuidar, o educar e o enfeitar, onde mães, enfermeiras, professoras e misses eram as verdadeiras representantes. Observou-se a construção da preponderância da memória masculina, que persiste atualmente. Essa memória coletiva foi construída durante a atuação da *Icomi*, no cotidiano das *company towns* e nos eventos que homenageavam os homens enquanto

trabalhadores disciplinados e dedicados e cultuavam as mulheres como santas (Dia de Santa Barbara padroeira dos mineiros) e como musas (concursos de misses e rainhas), preconizando o perfil da mulher ideal: bela, recatada e maternal. Apesar dessa predominância da perspectiva masculina na memória coletiva e na história oficial, a partir da voz feminina revelou-se que as mulheres tiveram intensa participação na vida comunitária de Serra do Navio e Vila Amazonas e que estudar suas experiências é imprescindível para a compreensão dos efeitos de um grande projeto no cotidiano amazônico.

2 A EXPLORAÇÃO DO MINÉRIO DE MANGANÊS NO AMAPÁ (1953-1997) COMO OBJETO DE PESQUISA: DA ANÁLISE DAS ESTRUTURAS À PERSPECTIVA DE GÊNERO

O presente capítulo aborda os temas mais discutidos relativos à exploração do minério de manganês de Serra do Navio, que fora executada pela Icomi entre os anos de 1953 e 1997. Enfocam-se as perspectivas analíticas privilegiadas pelos pesquisadores desde as primeiras décadas do funcionamento do empreendimento até o período posterior ao encerramento das suas atividades no Amapá. Percorre-se um caminho que passa pelo estudo das estruturas políticas e econômicas, passando pela análise da experiência dos sujeitos, e que culmina em um novo olhar que diz respeito as relações de gênero estabelecidas nesse contexto histórico.

2.1 PRINCIPAIS DEBATES SOBRE OS ANOS DE EXPLORAÇÃO DO MINÉRIO DE MANGANÊS NO AMAPÁ: EXPORTAÇÃO, CAPITAL ESTRANGEIRO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Entre as décadas de 1950 e 1980 as pesquisas que tinham a exploração do minério de manganês do Amapá como tema priorizaram, fundamentalmente, o estudo das questões estruturais. Nessa perspectiva, os autores abordaram a controversa abertura da economia nacional ao capital estrangeiro, as vantagens e as desvantagens da exportação do manganês, a relação entre o poder público e o empreendimento minerador e, principalmente, a relação dessas medidas com o desenvolvimento do país, da região amazônica e do Amapá.

2.1.1 O destino do manganês do Amapá

Na década de 1950 havia um intenso debate a respeito da destinação do minério de manganês de Serra do Navio. Mastrobuono e Biezus (1957), engenheiros da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, publicaram um artigo na revista *Engenharia, Mineração e Metalurgia*, onde eles defendiam que deveria haver uma redução da exportação desse minério. Segundo esses autores a evasão do manganês do Brasil para o exterior poderia prejudicar a nascente siderurgia nacional, visto que, na perspectiva deles, o manganês é um mineral altamente

estratégico devido a sua distribuição geográfica ser restrita a alguns países e principalmente por conta da sua importância industrial. Mastrobuono e Biezus argumentavam que no ritmo que estava sendo feita a exploração de manganês no Brasil, até a década de 1950 haveria o esgotamento das reservas.

Leonardos (1957), na revista *Engenharia mineração e metalurgia*, publicou um artigo intitulado “Problema brasileiro do manganês” no qual ele defendeu que a exportação de manganês trouxe diversos benefícios para o país. Segundo ele as reservas brasileiras eram abundantes e, portanto o país não correria o risco de ficar sem esse mineral. Leonardos argumentou que desde o final do século XIX o Brasil era um importante exportador de minério de manganês e que essa atividade teria trazido para o país grandes benefícios. Ele sustentava que, nos últimos 60 anos (período até 1957) o Brasil teria exportado 12 milhões de toneladas de manganês, gerando um montante em divisas maior do que qualquer outra atividade mineral. E as reservas já encontradas ultrapassariam um bilhão de toneladas enquanto que a demanda no mercado internacional seria de 6 milhões. Nesse sentido, não haveria motivo para deixar de exportar o referido mineral, que na sua concepção, “sobra nas zonas periféricas – Amapá, Amazonas e fronteira ocidental do Mato Grosso” (1957, p. 275). Na perspectiva de Leonardos, a exportação do manganês gerou renda, trabalho e contribuiu para desenvolver o interior do Brasil.

Coelho (1957), professor de Geologia Econômica na Universidade de Minas Gerais, compreendia que era preciso preservar o manganês de Minas Gerais e direcioná-lo para atender a indústria nacional. Em compensação ele propunha a exportação do manganês amapaense, em virtude das vantagens relacionadas ao escoamento da produção, visto que no Amapá já haveria uma estrada de ferro e um porto propícios para esse fim. Segundo ele, havia na década de 1950 uma séria ameaça de exaustão de manganês que prejudicaria diretamente as indústrias siderúrgicas do sul e sudeste do Brasil. Até a década de 1970, o Brasil teria exportado aproximadamente 13 milhões de toneladas de manganês de alto teor. Coelho alegava que embora o consumo pela indústria brasileira fosse relativamente pequeno, essas exportações causavam um desfalque a esse mercado, pois os parques industriais do país estavam em processo de desenvolvimento, principalmente em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Ele propunha uma redução no ritmo das exportações do manganês de Minas Gerais. No entanto, o mesmo defendia que o manganês de Serra do Navio deveria continuar sendo

exportado, pois assim as jazidas do sudeste seriam preservadas sem comprometer as exportações brasileiras.

Observa-se na argumentação de Leonardos (1957) e de Coelho (1957) a perspectiva que esses autores tinham em relação ao TFA, ou seja, uma região periférica que teria, na economia nacional, o papel de fornecer minério de manganês para o mercado externo e dessa maneira proteger as reservas localizadas no sudeste do país, as quais abasteciam a indústria nacional. Essa tendência foi endossada pelo jornal *O Estado de São Paulo* (1957), esse veículo de comunicação argumentava que o Brasil deveria se valer da conjuntura favorável à exportação do manganês brasileiro criada pelo embargo estabelecido pela Rússia aos Estados Unidos da América e a seus aliados. Eles alegavam que não seria viável naquele contexto frear a exportação do manganês brasileiro visto que o Brasil estaria naquele momento sendo beneficiado por um "monopólio conjuntural". Nesse sentido um embargo brasileiro à venda desse minério acabaria beneficiando outros países.

Esses embates com relação a destinação do manganês de Serra do Navio se perpetuaram durante todo o processo de exploração das jazidas realizado pela Icomi em território amapaense, e continuaram mesmo após o encerramento das suas atividades. No início da década de dois mil, Silva (2002), argumentou que a exploração do manganês de Serra do Navio estava relacionada com a política desenvolvimentista voltada para a Amazônia. Essa política colocou a região a serviço do capitalismo internacional.

Portanto, o seu caráter exportador estaria diretamente ligado a esses propósitos. Silva (2002), destacou que a demanda por manganês havia crescido no mercado estadunidense sobretudo devido ao desenvolvimento do seu parque industrial, à Segunda guerra mundial e ao embargo na venda desse minério imposto pela Rússia aos EUA. Ele ressaltou que a proximidade do Amapá com o mercado externo, principalmente o mercado norte americano, reforçou a posição de Serra do Navio como grande fornecedora de manganês para a indústria siderúrgica estadunidense. Na concepção de Silva (2002) essa característica de direcionamento para o mercado externo marcante nos grandes empreendimentos de mineração implantados na Amazônia não garantiu benefícios econômicos nem tampouco sociais para a região.

Drummont e Pereira (2007) fizeram um (re)elogio à exportação do manganês do Amapá. Eles afirmaram que desde a década de 1950 a produção de manganês

vinha crescendo no Brasil, principalmente em Minas Gerais e Mato Grosso, e que essas minas, portanto, abasteciam o mercado brasileiro. A partir desse raciocínio, Drummond e Pereira (2007, p. 147) defenderam que o objetivo e o propósito da mina de Serra do Navio era, de fato, o mercado externo: “A meta exportadora de serra do navio foi cumprida, sem causar prejuízos ou atrasos para a impressionante expansão da siderurgia brasileira, nos últimos 50 anos, que levou o Brasil ao status de potência siderúrgica de primeira classe”. Portanto, para eles, a exportação do manganês era a melhor alternativa para o Brasil. E “a opção pelo mercado internacional apareceu desde o primeiro relatório técnico sobre o depósito da Serra do Navio” (DRUMMONT; PEREIRA, 2007, p. 124).

Como se pode notar, Silva (2002) insere a questão da exportação do manganês amapaense diretamente aos interesses dos Estados Unidos da América, por outro lado Drummond e Pereira (2007), a partir de uma perspectiva ricardiana das vantagens comparativas, defendem essa destinação como sendo benéfica para o país devido a entrada de capitais ocasionada por ela. Eles também retomam a argumentação de Coelho (1957) e Leonardos (1957) de que o papel do manganês do Amapá seria exatamente atender à demanda internacional enquanto Minas Gerais teria suas reservas voltadas para o desenvolvimento da indústria local.

2.1.2 A abertura do TFA ao capital estrangeiro

A abertura ao capital externo na implantação do projeto minerador de Serra do Navio na década de 1950 também desencadeou acirrados debates acadêmicos. Mastobuono e Biezus (1957) compreendiam que a exportação do manganês brasileiro estava diretamente relacionada com os interesses estadunidenses. Nesse sentido, eles relacionaram a ascensão do Brasil ao patamar de quinto maior exportador de manganês do mundo entre 1948 e 1952 a três fatores: 1) o embargo imposto pela URSS à exportação de manganês para os EUA em resposta a lei Batle; 2) a nacionalização do canal de Suez (principal rota do manganês vindo da Índia) pelo Egito, 3) e a lei aprovada pelo presidente estadunidense em 23 de julho de 1946, que determinava que os EUA deveriam estocar reservas estratégicas desse mineral devido a sua importância na indústria militar. Diante desse cenário, os Estados Unidos teriam passado a investir capital no Brasil com o claro interesse em criar uma alternativa para abastecer com manganês a sua indústria siderúrgica.

Segundo os autores, os interesses norte-americanos foram correspondidos pelo estado brasileiro, através de uma política econômica voltada para exportação de matérias primas.

Para Nunes (1959), a busca por capital estrangeiro ocorreu devido à alta demanda por investimentos criada pelo grande potencial mineral das jazidas de Serra do Navio e pela falta desses recursos no Brasil. Nesse sentido, a Icomi contraiu um empréstimo de US\$ 65 milhões no Eximbank (banco norte americano). A Icomi (1983) também explica a busca por capital externo a partir de uma suposta falta de recursos no país. A empresa argumentou que só teve uma “segura ideia” de que os recursos para a exploração de minério no Amapá deveriam ser muito maiores do que se tinha previsto, após o início das atividades”. Ela justifica que os recursos dos quais necessitava foram primeiramente procurados no Brasil, no entanto “nem mesmo o Banco do Brasil” aceitou financiar o empreendimento.

Portanto, somente após sucessivas negativas de bancos brasileiros a empresa teria resolvido buscar financiamento no exterior, contando com o aval das autoridades brasileiras em virtude das carências financeiras e técnicas que marcavam a realidade do país naquele período (década de 1950). Nesse sentido a empresa também justificou a parceria estabelecida com a empresa Bethlehem Steel, para a qual ela tentou criar a imagem de uma companhia pouco ambiciosa, compreensiva e que “sempre encarou as iniciativas da Icomi com vistas ao interesse brasileiro”. O romantismo e a parcialidade da narrativa chegou ao ponto de afirmar que a Bethlehem Steel não se interessava apenas pelo minério, “mas, principalmente como uma experiência de colaboração internacional para realizar” (ICOMI, 1983, p. 31).

Todavia, na concepção de Silva (2002), os investimentos norte-americanos feitos na região buscavam, antes de tudo, atender à demanda existente nesse país. Ele parte da mesma premissa adotada por Mastrobuono e Biezu, ou seja, de que o crescimento da demanda mineral pela indústria estadunidense e o embargo a venda de manganês imposto pela URSS teriam estimulado a busca por novos fornecedores e que, nesse cenário, o Brasil apareceu como uma opção crucial. Além disso, Silva (2002) destaca que o uso de instrumentos legais que deram aval aos investimentos externos no empreendimento de Serra do Navio é um forte indicativo do apoio dado pelo governo central à introdução do capital estrangeiro, principalmente por meio da lei de nº 1. 235 de 14 de novembro de 1950 e da revisão

contratual de 29 de abril de 1953, que inclusive abriu a possibilidade para a entrada de uma empresa estrangeira como a Bethlehem Steel no empreendimento.

Porto (2002) argumenta que essas leis permitiram que a Icomi buscasse empréstimos no exterior. Ele situa a abertura da Amazônia ao capital internacional em virtude na crise que vinha se alastrando na região desde o declínio da produção do látex, em 1912. Ele destaca o papel dos bancos internacionais como financiadores de infraestruturas voltadas para os interesses econômicos, de 1949 até 1960. Ele também compreende a entrada de empresas estadunidenses no Brasil dentro do contexto de recuperação econômica do pós-guerra, com o apoio do estado. Nesse sentido ele argumenta:

Visando a manutenção da população nesta região durante esse período, o estado iniciou a execução de programas, incluindo políticas de ocupação, de dotação de infra-estruturas e de incentivos para atrair empresas com o intuito de explorar o potencial existente nas áreas destinadas à suas atividades. É neste momento que há uma transferência gradativa das decisões políticas das elites tradicionais locais (pecuaristas e extrativistas) para industriais extra-regionais (PORTO, 2002, p. 83).

Gonzales apud Porto (2002, p. 119), comenta que:

àquela época argumentava-se que a industrialização das economias subdesenvolvidas pressupunha a canalização de recursos para a expansão da capacidade de produção de energia e do sistema de transportes, como forma de viabilizar a ampliação dos investimentos privados e a consequente modernização industrial.

Na perspectiva de Drummond e Pereira (2007, p. 16) “não se pode afirmar que tenha sido uma solução surpreendente” a abertura ao capital estrangeiro feita pela Icomi com aval do governo nacional, pois ela já estaria expressa devido à grande demanda do empreendimento e ao reduzido tamanho da empresa. Segundo eles, a participação da Bethlehem Steel e da Defense Material Procurement Agency (agência de defesa norte americana) no negócio do manganês brasileiro foi fundamental “para o deslanche e o sucesso de Serra do Navio” (2007, p. 147).

Nota-se, portanto, que a introdução de capital estrangeiro na Amazônia não tinha como fim o bem-estar dos trabalhadores da região, antes fazia parte de um amplo projeto estatal e privado que visava integrar o espaço amazônico ao grande capital nacional e internacional na condição de fornecedor de matéria prima para a

crescente siderurgia mundial, sobretudo a norte americana. Sendo assim, mais uma vez a Amazônia é vista como objeto que, desde a coleta das drogas do sertão, passando pela extração do látex e finalmente chegando a exploração mineral, tinha por função atender às demandas criadas pelos grandes mercados internacionais.

2.1.3 Exploração mineral e desenvolvimento do Amapá

Em 1959, o governador do Território Federal do Amapá Janary G. Nunes publicou um livro intitulado *A verdade sobre o manganês do Amapá*, no qual ele defendeu que a Icomi foi um agente indutor de progresso para o recém criado território amapaense. Segundo ele, antes da chegada dessa empresa o TFA era apenas uma região “paupérrima, despovoada e inculta.” (NUNES, 1956, p. 5). Sendo assim, até então não apresentava condições para se desenvolver, nem tampouco para contribuir de forma efetiva para o crescimento do país.

Portanto, Nunes (1959, p. 6) compreendia que a Icomi, seria um “agente de impulsão e de reforma” que viria a transformar o Amapá em um território gerador de resultados financeiros para o Brasil. Janary G. Nunes defendia que a exportação de manganês além de garantir desenvolvimento para a região, geraria a oportunidade para o Amapá compensar o governo central pelos “investimentos” feitos na sua criação. Ele faz uma defesa do papel do Estado como indutor do desenvolvimento na Amazônia. E da inserção dessa região a serviço do capital nacional e internacional.

Seguindo um viés semelhante ao defendido por Nunes (1959). A Icomi produziu uma obra em 1983, intitulada *História do aproveitamento das jazidas de manganês da Serra do Navio*, uma espécie de autobiografia da exploração do manganês do Amapá. Nessa obra, a empresa afirmou que ela representou a salvação para o que seria uma economia fundamentada em atividades tradicionais e rústicas. Do ponto de vista da Icomi, as grandes jazidas de manganês encontradas em Serra do Navio transformaram radicalmente a economia do então Território Federal do Amapá:

Fazendo originar para este, como de resto para todo o país fontes de receitas que o levariam a uma impressionante metamorfose, alijando-o de uma quase obscuridade e projetando-o definitivamente como expressiva e progressista unidade federativa (ICOMI, 1983).

Para ratificar esse discurso a empresa destaca as condições adversas da mina como o acesso a ela, os riscos de se contrair algumas doenças endêmicas, a escassez de ferramentas e a falta de mão de obra. Segundo a Icomi, essas condições demandavam altos investimentos e por isso teriam causado desinteresse em várias corporações. Em virtude dessas circunstâncias a empresa compara Augusto Antunes aos bandeirantes, referindo-se a ambos como heróis.

Essa representação reproduzida por Janary G. Nunes e pela Icomi, que via a Amazônia como um local desabitado, isolado, arcaico, inóspito e repleto de doenças, é semelhante aos imaginário dos primeiros navegadores europeus que chegaram nessa região no século XV e que serviram de fundamentação para a ocupação da Amazônia sob o discurso do progresso e da civilização. Nessa perspectiva Janary Nunes e o empresário Augusto Trajano Antunes seriam os desbravadores, e os responsáveis por tirar o Amapá do estado “pré-civilizado” no qual ela se encontrava. Sendo assim, “as áreas ocupadas para alocar as *company towns*, assim como as minas, foram consideradas espaços vazios, onde não haviam habitantes e nem uso da terra. A empresa criou a visão de que fora ela a primeira a ocupar aquela região” (NUNES, 2014, p. 22):

Silva (2002) apresentou uma perspectiva mais problematizadora em relação ao papel da Icomi no desenvolvimento do Amapá. Segundo ele o poder público nunca teve interesse em desenvolver a Amazônia, mas apenas em explorar os seus recursos naturais. Para ele, os planos de desenvolvimento pensados para essa região nunca “passaram até hoje de formais declarações de intenção” (SILVA, 2002, p. 22). Ele destaca que todos esses planos focavam nas vantagens comparativas da região, ou seja, não se pensava formas de garantir um desenvolvimento mais amplo, mas simplesmente na extração dos seus recursos naturais. De acordo com ele, “uma vez que toda ação governamental movimentou-se no sentido de privilegiar a esfera econômica, os resultados obtidos tem sido satisfatórios do ponto de vista do capital” (SILVA, 2002, p.16-17).

Após as críticas direcionadas à Icomi questionando o real interesse da exploração mineral no TFA e o legado deixado pela empresa, Drummond e Pereira (2007, p. 121) afirmaram que, mesmo sem ter um papel absolutamente fundante do Amapá, a Icomi contribuiu com o estado em diversos aspectos. Sobre tudo na construção de uma infraestrutura anteriormente inexistente na região como as vilas

de Serra do Navio e Vila Amazonas, o Porto de Santana, e a estrada de ferro. Além disso essa empresa teria garantido alta geração de emprego e renda, e uma suposta diversificação da economia através da criação de empresas subsidiárias.

Para Drummond e Pereira (2007) a Icomi foi um sucesso do ponto de vista produtivo, pois ela teria produzido mais minérios do que o previsto nas pesquisas anteriores a sua implantação. E durante os seus “anos dourados” (1968-1987), a exploração de manganês do Amapá teria ajudado o Brasil a ocupar a 4ª posição entre os produtores mundiais do minério, diversificando progressivamente os clientes estrangeiros. Eles argumentam que parte do dinheiro gerado pela venda do manganês circulava no mercado local transformando-se em consumo, poupança ou investimentos, potencialmente capazes de dar início ou apoio a um processo local de diversificação produtiva e de desenvolvimento. O pagamento de impostos, *royalties* e salários teriam circulado na economia amapaense gerando bem-estar e criando poupanças pequenas e medias além de grandes empresas (DRUMMOND; PEREIRA, 2007, p. 217-219).

Esses autores afirmam que a empresa reinvestiu no Amapá 120 milhões de dólares com a criação de empreendimentos como a usina de pelotização, Brumasa, Amcel, Codepa, Copram, Plantação de cana, Irda e com a pavimentação de estradas. Eles compreendem que a Icomi melhorou a qualidade de vida de muitos moradores e investiu milhões de dólares nessa região. Segundo eles, se o nível de qualidade de vida da população em geral não melhorou não se pode culpar a empresa, pois “ela não foi um agente de execução de políticas públicas, nem um produtor de bens coletivos para a população em geral” (2007, p. 181).

Nesse sentido, os autores afirmam que “foi o poder público que falhou e não fez os investimentos equivalentes na forma de políticas públicas de efeitos universais”. Pois para o Amapá se beneficiar dos rendimentos da empresa era preciso uma ação mais efetiva da administração pública no sentido de criar condições necessárias ao desenvolvimento como: fornecimento de energia, incentivo a implantação de siderurgia que consumisse o manganês e a aplicação dos royalties recebidos.

Nunes (2014) discorda da argumentação de Nunes e Pereira (2007) que alegam grande contribuição da Icomi para o desenvolvimento do TFA por meio da construção de uma gigantesca infraestrutura produtiva. Segundo ela essa infraestrutura, necessária para as atividades de extração de manganês no Amapá,

não garantia condições para o desenvolvimento da região, pois o porto, a ferrovia e a mina construídos pela empresa:

Formaram um complexo diferenciado na região, ou seja, possuíam uma autonomia funcional e seguiam uma lógica própria que os distinguiam de forma clara do seu redor. Isso tudo indica que o controle externo da produção forma uma economia separada da economia local, surgindo assim um território separado de um domínio contido em outro, caracterizando-se em um enclave (NUNES, 2014, p. 27).

Observa-se que esses equipamentos infraestruturais na verdade só atendiam aos interesses da própria empresa. Nunes (2014) também argumenta que apesar da Icomi ter construído modernos núcleos urbanos no TFA, às margens destes surgiram áreas extremamente díspares, como a vila do Cachaço, a vila do Elesbão, o Maconhão, bem como os diversos assentamentos das margens da estrada de ferro. Segundo ela, essas áreas “são reflexo de um modelo de desenvolvimento dominante: excludente e desigual” (NUNES, 2014, p. 119).

A esse respeito, Paz (2011) também fragiliza o argumento de Drummond e Pereira. Na concepção ele, os investimentos em infraestrutura como a construção das *company tonws* não tinha apenas o propósito de dar conforto e de atrair trabalhadores especializados. Tinha igualmente a função de controlar e de modificar o modo de vida dos trabalhadores que viviam na região. Segundo ele, a busca pelo tipo de desenvolvimento almejado pelo governo territorial passava pela necessária negação e reformulação do tipo de sociedade que existia no Amapá antes da criação do território federal e da descoberta das jazidas de ferro e manganês. Portanto, na perspectiva de Paz (2011), essa política de exploração submetia a Amazônia aos interesses do capitalismo nacional, além de tentar modificar o seu modo de vida.

Observa-se assim que o modelo de desenvolvimento desejado pelos governos federal e territorial consistia na integração da Amazônia à economia nacional e na sua inserção no mercado exportador de matéria prima por meio da introdução de uma grande empresa mineradora, da abertura ao capital externo e de acordos comerciais de fornecimento de manganês para os EUA. Modelo esse que provou ser altamente prejudicial para o Amapá, visto que a empresa abandonou suas atividades em 1997, antes do prazo previsto em contrato (2003), deixando um saldo negativo de impactos ambientais e desemprego.

Observa-se que as bibliografias, sobretudo de Janary G. Nunes (1959), Icomi (1983) e Drummond e Pereira (2007), que defenderam o modelo de desenvolvimento fundado na extração e exportação de minério enfatizaram números como os principais indicadores de desenvolvimento, em detrimento dos aspectos sociais, culturais e ambientais. Sousa (2012, p. 5-6) entende que, mensurar o desenvolvimento apenas do ponto de vista da acumulação de capital é uma perspectiva limitada. Nesse sentido, ela argumenta que não se deve confundir desenvolvimento com crescimento econômico, pois nem sempre o crescimento garante melhorias na qualidade de vida da sociedade. Muitas vezes fica restrito aos “proprietários dos meios de produção”.

Partindo desse pressuposto Sousa (2012) argumenta da seguinte forma: mesmo que os números relativos à produção sejam positivos, o desemprego pode se manter alto em vista da mecanização e da informatização da produção. Segundo essa economista, associado ao crescimento também pode ocorrer uma transferência de renda para outros países, fato que resulta na redução da capacidade de importação e de investimentos internos. Além disso, a acumulação restrita aos proprietários dos fatores produtivos pode aumentar o abismo social. Na perspectiva dela, o desenvolvimento econômico é definido “pela existência de crescimento econômico contínuo (g), em ritmo superior ao crescimento demográfico (g^*), envolvendo mudanças de estruturas e melhorias de indicadores econômicos sociais e ambientais.” (SOUSA, 2012, p. 7).

Sousa (2012) também entende que o nível de emprego e a arrecadação pública devem ser elevados de modo a permitir que o estado possa atender às demandas das pessoas mais necessitadas através de investimentos em educação e na conscientização ambiental. O crescimento da renda não pode ser simplesmente um dado contábil, ele precisa alcançar a grande maioria dos membros da sociedade, gerando melhores condições de vida para a população. Na mesma perspectiva Veiga (2010) entende que com a preconização do Índice de desenvolvimento humano idealizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o crescimento econômico deixou de ser suficiente para mensurar o desenvolvimento de uma sociedade.

2.2 O COTIDIANO E AS EXPERIÊNCIAS DOS TRABALHADORES COMO OBJETO DE PESQUISA.

No Amapá, a partir da década de 1990, com a influência da chamada história vista de baixo³ de inspiração thompsoniana, a qual enfatiza a construção da identidade e da cultura dos trabalhadores. Alguns importantes trabalhos começaram a fazer menção à vida dos operários, dos sujeitos envolvidos direta e indiretamente no processo de montagem da infraestrutura necessária ao trabalho de mineração, na extração e no transporte do manganês. O uso de novas fontes de pesquisas, como processos judiciais e a história oral, viabilizaram o estudo desses sujeitos que estavam subsumidos nas fontes oficiais.

Nesse sentido surgem novos debates que incluem as relações de trabalho, os impactos sociais e, sobretudo, o cotidiano dos trabalhadores, abordando questões mais delicadas, como conflitos, demissões e acidentes de trabalho. Sendo assim, o quadro pintado pela história oficial (escrita pela Icomi e pelo governo territorial) e pelos pesquisadores alinhados com a ideologia da empresa (que retrataram um cotidiano de trabalho harmonioso, direitos trabalhistas garantidos em sua totalidade e funcionários e familiares satisfeitos) começou a ser desconstruído.

Nessa perspectiva crítica se destacam as pesquisas de Brito (1994), Nunes (2014), Paz (2011), Silva (2002) e Silva (2009). Esses estudos não se furtaram ao debate das questões estruturais porém, eles também abriram um novo caminho interpretativo que permitiu avançar no sentido de dar visibilidade a agentes históricos que estavam escondidos embaixo das pesadas estruturas administrativas, produtivas e econômicas. Além de incluir os operários na análise historiográfica, esses autores vêm demonstrando que o mundo do trabalho criado pela implantação do projeto Icomi no Amapá foi fortemente permeado por antagonismos, por tentativas de dominação e por resistências da classe trabalhadora.

Brito (1994) destacou o forte controle exercido pela empresa sobre os trabalhadores nas *company towns*. Paz (2011) elucidou que o cotidiano na Icomi foi

³ Edward Palmer Thompson (1987 e 1989) compreende que a história não deve se limitar a contar apenas os grandes fatos e acontecimentos políticos e econômicos, nem tampouco reduzir-se a enaltecer a figura de heróis. Ele destaca a importância de se estudar as experiências das massas anônimas como operários e camponeses, que apesar de terem sido silenciadas pela história totalizante foram imprescindíveis para a definição dos rumos dos processos históricos. O artigo intitulado "The history from below" publicado por Thompson é um marco metodológico para essa perspectiva que insere as pessoas comuns nas páginas da história.

marcado por diversas práticas de coerção, abusos de poder, acidentes de trabalho e descaso com os operários. Silva (2002) apontou táticas de potencialização da mais valia através de uma ascensão profissional fictícia, onde o trabalhador era promovido a uma função imediatamente superior, porém continuava com os proventos da função antiga. Ele também trouxe à tona os riscos de contaminação aos quais os trabalhadores eram submetidos, principalmente na usina de pelotização.

Silva (2009) analisou, (através de processos trabalhistas, da memória e da história oral), o cotidiano dos trabalhadores de Serra do Navio enfatizando as suas sociabilidades em uma perspectiva não dicotômica. Ou seja, ele não compreendia os trabalhadores como classe simplesmente dominada, sendo assim ele analisa as correlações de forças nas quais os operários estavam envolvidos. Ele considera que houveram discursos assimétricos entre o preconizado pela empresa e a prática dos trabalhadores. Nesse sentido, Silva (2009) constatou que as animosidades no cotidiano dos trabalhadores eram constantes. Nunes (2014), por sua vez, destacou a venda do tempo livre, na qual muitos funcionários abriam mão de suas folgas e se submetiam a jornadas extenuantes em busca de crescimento dentro da empresa, colocando a sua própria saúde em risco.

Portanto, podemos constatar que as pesquisas sobre a exploração mineral em Serra do Navio que enfocaram os trabalhadores, evidenciaram que o projeto “modernizador” e “civilizador”, apoiado pelo poder público e efetivado com a instalação da Icomi no Amapá, não ocorreu de forma harmoniosa. Muito pelo contrário, pois tal projeto fundamentou-se em estratégias que visavam mudar o modo de vida dos trabalhadores, adequando-os às normas de comportamento dominantes nas sociedades industriais. Essas estratégias foram desde a mudança nas relações de trabalho propriamente ditas, passando pela readaptação do trabalhador local ao tempo fabril em detrimento do tempo natural que regia a sua vida anteriormente, até a construção de vilas planejadas, que tinham múltiplas funções, dentre as quais a de atrair mão de obra especializada, vigiar os trabalhadores e suas famílias, bem como moldar o comportamento dos mesmos.

Por trás dos benefícios e altos salários pagos pela empresa pode-se observar: a rigidez da instituição na cobrança do que era preconizado por suas normas de procedimentos (NPs); a superexploração do trabalhador em jornadas de trabalho longas; além de promoções fictícias, onde o operário ascendia a uma

função e recebia o salário referente à posição imediatamente inferior. Os acidentes de trabalhos eram corriqueiros, sem esquecer: as demissões por justa causa a partir de motivos inconsistentes. Essas pesquisas também destacaram o alinhamento político e jurídico da Icomi com as autoridades locais.

Essa produção historiográfica que ganhou força a partir da década de 1990 no Amapá possibilitou um novo olhar e novas abordagens sobre os anos de exploração de manganês no TFA. Agora se passa a valorizar os trabalhadores como protagonistas da história, e o cotidiano como contexto privilegiado para compreensão desse período. É seguindo nesse viés, e tendo em vista o caráter heterogêneo da classe trabalhadora, que emerge no presente estudo o seguinte questionamento: como as mulheres experienciaram a vida em Serra do Navio e Vila Amazonas no contexto da exploração do minério de manganês?

2.3 A EXPERIENCIA FEMININA COMO OBJETO DE PESQUISA

Ao adentrar na bibliografia especializada no estudo das experiências femininas no tempo e no espaço ficou constatado que a relação desse objeto de estudo com a escrita da história foi marcada por muitos embates e questionamentos, tanto de ordem metodológica quanto epistemológica.

Nesse sentido, Perrot (1988) destaca que as primeiras pesquisas sobre a história das mulheres buscaram inverter o ponto que privilegiava o masculino em detrimento do feminino. No entanto, elas acabaram atribuindo às mulheres poderes que elas não possuíam de fato. Desse modo relativizavam as investidas de dominação sobre elas. Ela aponta que, nesse contexto, muitas pesquisadoras feministas aderiram a essa perspectiva que fora difundida, sobretudo, nos trabalhos de Jeanne Bourine e Regine Pernoud, os quais, segundo Perrot (1988), tentaram provar que as mulheres possuíam algum privilégio no período medieval. Bonnie Smith, por sua vez, teria buscado mostrar a formação de um “feminismo doméstico” apoiado na casa e na religião.

Perrot (1988) também faz uma autocrítica sobre o seu trabalho intitulado *Histórias em qualidade*, onde ela afirma que buscou substituir a ideia de uma dona de casa insignificante e submissa, pela de uma mulher popular rebelde, resistente e com grande importância, como administradora do lar. Segundo ela, esse tipo de perspectiva, apesar de considerar a experiência feminina, tinha um problema

analítico: ser dicotômico. Além disso, reforçava a tese do poder social das mulheres, sustentado por quem tinha a intenção de mantê-lo oculto. Havia um discurso ideológico segundo o qual por trás da dominação masculina existiria uma “malícia feminina” que em última instância teria o controle sobre os homens. A partir desse discurso se sustentava que as mulheres não necessitavam se organizar politicamente, pois “já que elas têm tais poderes o que elas reivindicam?” (PERROT, 1988, p. 172).

Del Priore (1998) destaca que a história das mulheres ganhou força a partir da década de 1970 atrelada ao movimento feminista que vivia então um período de apogeu. As pesquisas tinham uma forte conotação ideológica e a preocupação central das pesquisadoras era com a exclusão e a opressão feminina, pouco enfatizando a relação de poder entre os sexos e a origem das diferenciações. Ela afirma que faltava uma epistemologia própria, o que levou as primeiras pesquisadoras a utilizarem métodos nem sempre adequados aos estudos propostos.

Por não romper com a perspectiva historiográfica hegemônica, Del Priore compreende que essa produção atuava como uma espécie de adendo, um tipo de compensação pela ausência da mulher na historiografia tradicional. Apesar das pesquisas nesse período terem produzido uma história que deu enfoque a algumas atuações femininas, esta continuava sendo “uma história paralela”. Porém, segundo esta historiadora, na década de 1980 ocorreu uma revisão da história das mulheres. Buscaram-se novas formas de análise que rompessem com o método ortodoxo.

As novas pesquisas passaram a considerar a relação de poder entre homens e mulheres. Del Priore indica que, a partir desse momento, o ponto crucial não era apenas provar que as mulheres estavam presentes na história, pois sempre estiveram lá; mas, também apontar que elas haviam sido relegadas ao esquecimento pela memória coletiva, através de uma verdadeira luta historiográfica por espaços na qual os homens estavam saindo como vencedores. Sendo assim, era preciso construir a história considerando as mulheres como sujeitos envolvidos organicamente nos processos históricos. (DEL PRIORE, 1998).

Scott (1995) também argumenta que, de modo geral, os (as) primeiros (as) historiadores (as) que se dedicaram a construir uma análise sobre as mulheres o fizeram sem romper com a perspectiva tradicional. Além disso, eles(as) tinham dificuldades de relacionar a experiência das mulheres com o processo histórico

geral. Esta lacuna os levava a produzir uma história feminina particularizada, como se houvesse duas histórias distintas: a dos homens e a das mulheres.

A contribuição inovadora de Scott se dá a partir da compreensão do termo gênero como uma categoria de análise historiográfica, Ou seja, como um significante de relações sociais, políticas e culturais. Ela compreende que o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder, pois as diferenças biológicas entre homens e mulheres são reivindicadas pelo poder hegemônico para justificar e cristalizar diferenças sociais em todos os seus aspectos.

Diante do exposto, constata-se que as primeiras pesquisas que consideraram a relevância da presença feminina na história tiveram algumas inconsistências de ordem metodológicas e epistemológicas. Seja invertendo o ponto de vista sobre a experiência das mulheres diretamente da condição de submissas para o papel de detentoras de poder de controle, como citou Perrot, seja adicionando-as secundariamente no leque temático fragmentário da historiografia tradicional, como destacou Del Priore, ou ainda particularizando a experiência feminina como algo deslocado do processo histórico como um todo, conforme argumentou Scott. Deste modo, as mulheres ainda não estavam ocupando o seu espaço devido na historiografia. Em vista disso, essas autoras propuseram novas abordagens e novas técnicas para o estudo da mulher no tempo e no espaço, como veremos a seguir.

Michele Perrot argumenta que para se compreender a experiência feminina é crucial identificar a natureza e a extensão dos poderes atribuídos às mulheres. Saber como estão organizadas as relações de poder entre elas e os homens, e quais são os conflitos abertos ou ocultos existentes. Segundo ela, apenas um estudo acurado empreendido no nível do detalhe da família, da comunidade, e do local de trabalho permitiria uma visão mais clara.

Os discursos também são campos de análise privilegiados por Perrot. Por meio deles essa autora pôde identificar intencionalidades de naturalizar as distinções sociais entre homens e mulheres através de saberes como a medicina e a biologia. Ela igualmente constatou o propósito de propagar uma pseudo superioridade masculina em discursos acadêmicos do século XIX, como os de Augusto Conte, segundo o qual a mulher vivia em um “estado infantil contínuo”. No discurso da economia política ela notou que o homem assumia a função de produção e a mulher de reprodução e de responsável pela economia doméstica.

Del Priore (1998) entende que é necessário investigar “nas atitudes e sensibilidades coletivas, nos fatos e práticas cotidianos os espaços onde se abrigava a relação homem-mulher”. Ela acredita que é preciso saber quem eram essas mulheres, como e por que elas foram usurpadas nas suas relações sociais. Segundo ela se deve dar ênfase às construções familiares, sociais e políticas que as buscaram subjugar (DEL PRIORE, 1998, p.225).

Scott (1995) entende que é importante estudar a história das mulheres dentro da relação com o contexto geral. Pois a posição da mulher na sociedade é resultado do sentido atribuído às experiências femininas no processo de interação social concreta, e não apenas do que ela faz em si. Ela argumenta que as pesquisas históricas sobre gênero tem por objetivo romper com a noção de “fixidade” e imutabilidade e compreender a “natureza do debate ou da repressão que leva a aparência de uma permanência eterna”.

Scott (1995) assevera que é preciso reconhecer que homem e mulher são categorias que não tem um conceito definitivo e ao mesmo tempo são permeadas por múltiplos significados negados ou reprimidos. Partindo desse pressuposto, além de se identificar os discursos que utilizam o gênero como meio de naturalizar distinções também se deve buscar compreender de que forma esse discurso é construído e aplicado na realidade, porque as mulheres foram postas à margem da historiografia e quando elas começam a aparecer como sujeitos ativos (SCOTT, 1995).

Como se pode observar, essas autoras passam a compreender a experiência feminina como parte de um processo histórico mais abrangente. Não se trata apenas de estudar a mulher no lar, na família, na igreja, os casamentos, a opressão enfim. Elas consideram todos esses aspectos inseridos em uma teia complexa de relações sociais marcada por correlações de forças que envolvem tanto as mulheres quanto os homens.

Por essa relação perpassam tentativas de dominação e normatização através de discursos científicos, políticos, religiosos e até econômicos. O cotidiano não escapa às relações de poder fundadas na diferença dos gêneros. Poderes esses que nem sempre são visíveis, pois podem habitar espaços subjetivos como o imaginário das pessoas. Sendo assim, a história que estuda a vivência feminina precisa identificar todos essas variáveis e, além disso, buscar compreender de que forma elas são construídas e principalmente indicar caminhos para a sua superação.

2.3.1 O estudo das experiências femininas no Brasil

No Brasil, Del Priore (1998) destaca o fortalecimento do interesse pela história das mulheres a partir da década de 1970. Ela atribui significativa importância à Fundação Carlos Chagas nesse processo, que desde 1978 passou a fazer um levantamento da produção historiográfica sobre as mulheres. Essa instituição teria promovido concursos que estimularam pesquisadores a abordarem o tema.

Del Priore (1998, p. 227) reconhece a influência da Nova História⁴ e de Michel Foucault na produção brasileira da chamada “historiografia da transgressão”, focalizando os estudos nas relações de poder e utilizando fontes oriundas das instituições disciplinares como Igreja e Estado. A introdução de novas fontes foi crucial para a escrita das experiências femininas na história brasileira.

Del Priore (1998) também sublinha o uso de arquivos da polícia e da Igreja, ignorados pela história tradicional, como repositórios de fontes imprescindíveis para estudar as experiências daqueles que estavam à margem da historiografia, inclusive das mulheres. Os trabalhos de literatura também são considerados por Del Priore como importantes fontes para o estudo da história das mulheres. Pois através desses textos é possível explorar o imaginário, as representações femininas e a forma como as normas sociais eram absorvidas (ou não) por mulheres e homens. Através das fontes literárias também é possível reconstruir experiências e identidades.

Os discursos da imprensa são outras fontes reveladoras da vivência das mulheres consideradas por Del Priore (1998). Ela destaca sobretudo as revistas específicas para o público feminino, nas quais é possível observar os discursos conservadores voltados para as mulheres da classe pequeno-burguesa urbana. Além disso, ela entende essas revistas como propagadoras do modelo hegemônico de mulher, num movimento que visa inculcar diretamente a dominação masculina no imaginário das leitoras.

Cartas e diários também passaram a ser considerados como fontes importantes para a reconstrução do passado, pois por meio delas torna-se possível

⁴ A Nova História (do francês *Nouvelle Histoire*), relacionada com a chamada Escola dos Annalles, foi uma tendência historiográfica que se contrapôs ao modelo positivista que enfatizava os grandes acontecimentos políticos. A Nova História, portanto, passou a considerar a longa duração. Além disso novos objetos de pesquisas foram agregados à história enquanto ciência expandindo as possibilidades de pesquisas.

identificar aspectos cotidianos, privados e subjetivos. Todas essas novas abordagens e o uso de novas fontes somam-se à introdução da história oral e da memória como ferramentas de inegável relevância para a historização das experiências femininas no Brasil.

Vários trabalhos foram produzidos dentro dessa perspectiva. Sem a pretensão de se fazer um apanhado exaustivo, alguns exemplos serão aqui destacados. A própria Del Priore (2000) pesquisou a experiência feminina no período colonial brasileiro com foco nas relações cotidianas de gênero e ela pôde identificar as investidas da Igreja e do Estado sobre o corpo feminino com o propósito de controlá-lo e moldar as suas manifestações de acordo com os preceitos hegemônicos da “mulher ideal”. A partir desse prisma, essa historiadora também verificou as estratégias femininas para desafiar o poder disciplinar. Dentre as fontes privilegiadas por Del Priore para esse estudo destacam-se os documentos judiciais, nos quais ela pôde reconhecer que as mulheres reais eram muito diferentes da mulher ideal presente nos discursos jurídicos e eclesiásticos.

Figueiredo (2000) também se debruçou sobre o cotidiano como objeto indispensável à compreensão histórica. Ele discorreu sobre o comércio feminino na região produtora de ouro do Brasil, focalizando as sociabilidades desenvolvidas no entorno das vendas das “negras de tabuleiro”. Esse autor também aborda os poderes disciplinares, sobretudo aqueles oriundos do Estado, que investem sobre as relações sociais das mulheres, objetivando controlá-las e, se necessário, puni-las para que se adequem à norma socialmente aceita.

A partir do interesse pelas relações de gênero, Silva (1997, p. 554-576), estudou a migração europeia para o Brasil e a instalação do sistema do colonato. Onde ela pode identificar relações sociais assimétricas entre homens e mulheres. Ela constatou que no colonato cabia aos homens o controle da produção e da família e às mulheres e crianças cabiam as atividades consideradas secundárias.

Ao estudar a transição do sistema de colonato para o trabalho individualizado, Silva chegou à conclusão que mesmo com as mulheres tendo certa autonomia em relação aos homens nesse sistema, e que muitas delas estivessem trabalhando diretamente na produção, elas ainda estavam sob as concepções essencialistas de gênero, pois eram designadas principalmente para atividades compreendidas como “femininas”. Rago (2000, p. 578-606) pesquisou o cotidiano das mulheres no início da industrialização brasileira, levando em consideração questões relativas à divisão

sexual do trabalho, à relação entre gênero e espaço, público e privado e os discursos normativos. A partir desse olhar, ela descreveu que as primeiras operárias foram expostas a longas jornadas de trabalho, baixos salários, insalubridade, desamparo legal e assédio sexual.

Ao utilizar os arquivos judiciais como fonte, ela analisou denúncias de mulheres contra os abusos a que eram submetidas por seus colegas de trabalho e pelos seus patrões. Rago identificou uma forte “generificação” dos ofícios, visto que as principais ocupações das mulheres nas indústrias eram relativas a funções de tecelagem e ao exercício de atividades pouco mecanizadas. As funções que envolviam maior mecanização eram ocupadas por homens.

Ao analisar a relação entre espaço e gênero, Rago (2000) constatou que o espaço público moderno foi definido como esfera essencialmente masculina da qual as mulheres participavam apenas como coadjuvantes, na condição de auxiliares, assistentes, enfermeiras e secretárias. Ou seja, desempenhando as funções consideradas menos importantes.

Os discursos ratificavam essa distinção na medida em que eles difundiam a concepção de que a mulher no trabalho poderia destruir a família. As autoridades e os homens de ciência do período consideravam a participação das mulheres na vida pública incompatível com a sua constituição biológica (RAGO, 2000, p. 603). A partir dessas análises ela concluiu que a esfera pública era considerada masculina e a esfera privada era percebida como feminina. Porém, nesse espaço a mulher também estava sujeita ao poder masculino.

Rago (2000) também analisou os movimentos operários à luz das relações de gênero e constatou que neles havia certa segregação das mulheres, e que as pautas femininas eram consideradas como secundárias. Nessa mesma perspectiva, Giuliani (2000, p. 649) observou a luta feminina por participação nos cargos de diretoria nos sindicatos. Ela problematizou questões como machismo e misoginia nas organizações classistas, e destacou as conquistas das mulheres através da organização política. Giuliani (2000), alerta para que as questões de classe não sejam abandonadas no estudo desse contexto, porém ela acredita que se deve entender que elas também são permeadas por relações de gênero.

Em vista do exposto, reconhece-se uma grande ênfase dessas autoras nas relações sociais das mulheres, considerando que elas têm as suas experiências atadas a questões de poder fundamentadas em distinções sociais essencialistas: as

constituições biológicas justificariam a dominação masculina. Por outro lado, as autoras citadas apresentaram narrativas nas quais as mulheres desafiam ou simplesmente ignoram os discursos hegemônicos e assim desenvolvem relações que rompem com as fronteiras artificiais que tentaram segrega-las.

2.3.2 O estudo das experiências femininas na Amazônia

Na Amazônia as pesquisas seguiram nessa senda de compreender a experiência feminina a partir de uma perspectiva relacional, tendo o cotidiano como campo privilegiado para escrutinar como se processavam as sociabilidades de mulheres e homens. Além disso, pesquisadores e pesquisadoras dessa região agregaram questões como a etnia e a relação com a floresta.

Nesse sentido, Morga e Lage (2014) analisaram as vivências femininas nos seringais, com ênfase nos casamentos, nas mulheres viúvas, e nas mulheres amasiadas. Os autores identificaram que havia discursos hegemônicos e normativos que permeavam a vida dessas pessoas. Porém, eles consideram as condições materiais específicas dos seringais como fator influenciador no desenvolvimento de hábitos e costumes que passavam ao largo dos valores e costumes dominantes. Nem todos os casamentos eram oficializados devido a várias dificuldades, principalmente para as pessoas que não tinham grande poder aquisitivo. Conseqüentemente, o amasiamento era uma prática recorrente. Por outro lado, as mulheres viúvas, apesar de estigmatizadas, assumiam o controle da família e se posicionavam de forma ativa na estrutura social.

Wolff (1998) teve como propósito dar visibilidade às mulheres que viveram nos seringais do Alto Juruá no final do século XIX e início do século XX. Ela enfatiza a importância destas mulheres nesse contexto no que diz respeito à construção social, cultural e econômica. Wolff entende as relações de gênero como algo “movediço”. Nesse sentido, ela aponta que na Amazônia essas relações adquiriram algumas particularidades em virtude da própria condição social, geográfica e étnica da região.

Ela destaca a violência sofrida pelas mulheres nos seringais, principalmente pelas mulheres indígenas que eram capturadas através das correrias que consistia na captura, aprisionamento e massacre de índios. As índias eram tratadas como

objetos de venda ou tornavam-se mulheres de seus captores. Além de revelar esse processo degradante, ela buscou mostrar a resistência dessas mulheres.

Montysuma e Cruz (2008) estudaram as experiências feminina e masculina nos seringais de Xapuri, Acre. Eles apontaram para a importância da participação das mulheres na preservação do modo de vida e da floresta acreana. Além disso, destacaram o poder feminino expresso através de saberes como o preparo de remédios naturais, a prática das parteiras e o conhecimento acerca da preparação do plantio em simbiose com a natureza.

Eles confrontaram a narrativa masculina e a feminina e observaram na fala dos homens um discurso que atribuía papéis específicos (como o cuidar da casa) às mulheres. Por outro lado, nos discursos femininos eles observaram que as mulheres não reconheciam essas distinções de gênero e narravam sua participação em atividades ditas masculinas. Os autores constatam, portanto, que as fronteiras de gênero são muito flexíveis na Amazônia, pois aí mulheres e homens mantinham, por exemplo, uma espécie de colaboração no processo produtivo.

Na Amazônia, durante as últimas décadas, além dos estudos que focalizaram as experiências femininas ocorridas nos seringais, têm surgido várias pesquisas que enfocam as vivências das mulheres nas cidades. Por exemplo, Cancela (1997) estudou a vida feminina no contexto urbano, com foco nas relações amorosas das jovens das camadas populares de Belém, do final do século XIX e início do XX. Rompendo com a dicotomia analítica homem/mulher, ela buscou enfatizar que houve grande iniciativa feminina nas relações amorosas. Ou seja, as mulheres não eram simplesmente vítimas recatadas e passivas.

Ao analisar os processos movidos contra os “dom juans” que teriam seduzido as jovens donzelas se aproveitando da sua ingenuidade para deflorá-las, ela identifica que, apesar de haver casos em que homens agiram de má fé, com frequência as mulheres deixaram claro que praticaram o ato sexual de livre e espontânea vontade, ou aproveitaram-se do processo para casar com rapazes por quem elas estavam interessadas.

Cancela também aponta a influência do poder do Estado, que usava a força policial e o saber da medicina para tentar vigiar e controlar o corpo feminino. Através da análise dos depoimentos, Cancela identificou que muitas mulheres se voltaram contra esse poder, pois elas queriam manter as suas relações sem a intromissão estatal.

Como se pode observar, o olhar dos(as) autores(as) que produziram esses estudos sobre o cotidiano das mulheres na Amazônia estava atento aos mecanismos de poder que constrangiam as experiências femininas, bem como aos discursos normativos que propagavam concepções naturalizantes sobre o papel que as mulheres deveriam exercer e a maneira que deveriam se comportar no seio das relações sociais. Todas essas pesquisas constataram que as mulheres desempenharam ações proativas no funcionamento da sociedade em que estavam inseridas.

Nesse viés, Cruz (2008), Lage e Morga (2014), Montysuma (2008) e Wolff (1998), sublinharam a importância das mulheres na própria estrutura da extração do látex nos seringais acreanos, cortando seringa e cuidando da família concomitantemente. Além disso, eles enfatizaram que essas mulheres desenvolveram sociabilidades e comportamentos que fugiram dos ditames hegemônicos. Cancela por sua vez usa um prisma que revela a iniciativa feminina em relações amorosas, com mulheres reivindicando o direito sobre a sua sexualidade e sobre o seu corpo na Amazônia urbana.

De modo geral as fontes utilizadas por esses pesquisadores foram documentos judiciais (processos civis e criminais) e jornais. Cristina Donza Cancela (1997) também considera peças de romances e literatura em geral como fontes importantes para se conhecer um determinado contexto histórico. Wolff (1998, 64) aponta a memória e a história oral como imprescindíveis para “fazer as mulheres falarem à história”, pois nas fontes oficiais o que prevalece são as vozes masculinas. Segundo ela a entrevista é “um documento especial”, uma vez que revela a experiência por meio de uma releitura do passado.

Existe uma quantidade significativa de trabalhos com olhar voltado para a história das mulheres e as relações de gênero na Amazônia. Esses que foram aqui postos em destaque ilustram, de modo geral, a tendência predominante nessa linha de pesquisa na região. Ou seja: a ênfase nas relações de gênero, a compreensão da importância das mulheres tanto no processo produtivo como nas relações culturais e políticas. Outro aspecto a ser destacado é o fato desses pesquisadores e pesquisadoras subverterem o prisma de análise que por muito tempo foi adotado na escrita da história do Brasil e da Amazônia. Eles tiram o foco dos marcos estruturais, deslocando-o para os sujeitos envolvidos e suas agências no processo histórico.

As primeiras pesquisas a abordar a “economia da borracha”, do final do século XIX ao início do século XX, deixaram as pessoas que vivenciaram e produziram essa história em uma espécie de “limbo historiográfico”. Mas, os estudos acima apresentados resgatam os sujeitos, escutando suas vozes e perscrutando o seu cotidiano.

2.3.3 O estudo das experiências femininas no Amapá

No Amapá, no que diz respeito às pesquisas sobre a exploração de manganês iniciada na década de 1950 pela Icomi, apesar da contribuição de alguns pesquisadores que, a partir da década de 1990, passaram a dar visibilidade aos trabalhadores, as mulheres continuaram em uma espécie de ostracismo historiográfico. As menções a elas feitas pela história oficial foram muito pontuais e em alguns casos expressaram uma perspectiva de gênero conservadora.

Como pode ser notado no trabalho escrito pela Icomi (1983, p. 42), cuja primeira menção a uma mulher fez referência a Heloisa Butler, para enfatizar que ela seria a esposa dedicada do “respeitado e saudosamente lembrado” (ICOMI, 1983, p. 44) engenheiro Robert Butler. Ou seja, Robert é elogiado como um grande engenheiro e sua mulher foi destacada como sua “dedicada companheira”. Trata-se de uma perspectiva que atribuía papéis específicos para homens e mulheres em uma hierarquia de gênero na qual os homens ocupavam uma posição de superioridade.

Perspectiva distinta surge nos trabalhos de Adalberto Paz e Elke Nunes, os quais apresentaram algumas informações a respeito da experiência feminina em Serra do Navio e Vila Amazonas. Paz (2011) apontou a pouca participação das mulheres em cargos de diretoria, a atribuição de papéis fundamentadas no gênero e a negação de determinados espaços a elas nas *company towns*, principalmente às mulheres solteiras, que eram vistas como ameaça aos casamentos.

Paz (2011) também discorreu sobre a forte presença de prostitutas nos arredores dessas localidades, pessoas que não raramente eram agredidas por funcionários que as procuravam em busca de prazer. A partir de uma perspectiva centrada no interesse pelas relações de poder, Nunes (2014) também comenta brevemente sobre a generificação de espaços de Serra do Navio e Vila Amazonas,

onde as mulheres eram proibidas de frequentar determinados locais, ou só poderiam frequentá-los na companhia de seus maridos.

Apesar das menções às mulheres, esses autores não tinham a questão de gênero como seu foco principal. Portanto, essa dissertação coloca a experiência das mulheres no centro do debate daquele que foi um dos períodos mais contraditórios e mais pesquisados da história do Amapá. É importante destacar que não se focou apenas nas funcionárias da empresa, nem tampouco apenas no ambiente de trabalho, e sim nas mulheres de modo geral, ou seja, as operárias, enfermeiras, professoras, as donas de casa, as empregadas domésticas, as desempregadas, as mulheres solteiras, as mulheres casadas e suas vivências em todos os espaços que de alguma forma eram transpassados pelo controle da firma.

Giulani (2000), destaca a importância de se estudar a história das mulheres para além das atividades trabalhistas, pois, segundo ela, os conflitos aos quais as mulheres tem sido submetidas no Brasil permeiam “outras esferas da vida social”. Nesse sentido, ela aponta que “as reivindicações e os movimentos de mulheres atingiram áreas não ligadas exclusivamente às atividades produtivas estendendo-se até a vida familiar” (GIULANI, 2000, p. 640).

Por outro lado, Michele Perrot (1988) valoriza aspectos cotidianos como campo de análise da história das mulheres. Em *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*, ela descreve as relações de gênero no espaço público e privado. Ao analisar a Paris do século XIX, Perrot pôde observar o processo de recrudescimento da presença feminina nos espaços públicos, seja em lugares de lazer ou de decisões políticas.

No entanto, ela também descobre que apesar da segregação imposta às mulheres, as feiras, os hospitais, as escolas, os cemitérios e os lavadouros coletivos eram locais de extensa troca de experiências e desenvolvimento de identidades, onde as mulheres desenvolveram uma importante rede de sociabilidades. Perrot (1988), também compreende o espaço doméstico como local de relações que envolvem poder e gênero.

Nesse sentido, partir da perspectiva de Del Priore (1998), Perrot (1988) e Scott (1995), buscou-se descrever a vida das mulheres de Serra do Navio e Vila Amazonas em todos os ambientes de convivência, ou seja: na empresa, na família, nos clubes recreativos, nas instituições sindicais, enfim, tanto no espaço público

como no espaço privado. Assim, foram analisadas as vivências femininas em todos os espaços envolvidos pelo poder institucional, e até fora do alcance do mesmo.

Problematizaram-se também os discursos institucionais que objetivaram a naturalização da exclusão feminina, identificando no discurso normatizador uma estratégia de adestramento das mulheres aos padrões e valores preconcebidos pela empresa. Ao mesmo tempo, analisamos as manifestações femininas que se confrontavam com essas estratégias, sempre procurando desnaturalizar discursos dicotômicos e essencialistas de gênero através da memória das antigas moradoras de Serra do Navio e Santana.

Portanto, esse estudo não pretende simplesmente fazer da vivência feminina um adendo à historiografia que discorre sobre o período de exploração de manganês no Território Federal do Amapá (TFA). Mas sim, quer compreender esse capítulo da história da Amazônia à luz das relações de gênero que nele se estabeleceram. Visto que a introdução da Icomi no Amapá foi, dentre outros fatores, justificada pelo discurso do desenvolvimento.

Partindo da premissa de Sousa (2012),¹ segundo a qual, desenvolvimento engloba aspectos que vão além da acumulação de capital, acredita-se que a igualdade de gênero é um marcador inestimável de desenvolvimento regional. Portanto não se pode argumentar que determinada política ou empreendimento geraram desenvolvimento quando este processo foi assentado sobre uma assimetria entre homens e mulheres, onde o papel dos sujeitos na estrutura produtiva e social foram fortemente determinados pelo gênero.

Segundo Tavares (2012) apesar do crescimento econômico aumentar a demanda por emprego e conseqüentemente gerar uma corrida em busca de qualificação visando a entrada no mercado de trabalho. A maioria das mulheres continuam ocupando atividades secundárias e pouco remuneradas. A participação das mulheres em posições estratégicas para governos e empresas representa a conquista de espaços tradicionalmente tidos como masculinos. Em contrapartida, a sua exclusão desses espaços demonstra a preponderância masculina nas posições de decisão.

Tavares (2012) assevera que o fim das barreiras que separam homens e mulheres na estrutura produtiva pode levar a um crescimento de 25% dependendo do setor onde essa desconstrução da generificação dos ofícios seja empregada.

Portanto a igualdade de gênero segundo Tavares (2012) não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma estratégia de desenvolvimento.

3 A PRESENÇA DAS MULHERES NA REVISTA *ICOMI-NOTÍCIAS*

Del Priore (1998) considera que as revistas, sobretudo as femininas, são fontes importantes para o estudo da experiência histórica das mulheres, pois difundem a perspectiva hegemônica de uma determinada sociedade em relação aos comportamentos, valores e papéis que se esperam delas. Nessas revistas estão preconizados modelos como a dona de casa na condição de rainha do lar, a mãe ideal, e a esposa dedicada. Segundo Del Priore (1998), o propósito dessas publicações é estimular as mulheres a reproduzirem esses modelos de dominação masculina sem oferecer resistências.

Partindo desse pressuposto a fonte para a construção deste capítulo foi a revista *Icomi-Notícias*, que circulou pelo TFA de janeiro de 1964 a julho de 1967, totalizando 38 edições. Até junho de 1966 as suas publicações eram mensais, no entanto, a partir dessa data, ela passou a ser bimestral. Nas 34 páginas de cada edição eram tratados temas de diversas áreas tais como: política, economia, trabalho, esporte e lazer. Para além da informação e do entretenimento essa revista servia como um instrumento de propaganda, divulgando as ações e conquistas institucionais.

A revista também tinha o propósito de propagar os paradigmas defendidos pela empresa em relação a comportamentos e valores como o ufanismo, o patriotismo, a meritocracia o modelo de família nuclear. Apesar de não ser uma revista voltada exclusivamente para o público feminino a *Icomi-Notícias* mantinha uma coluna direcionada para esse segmento: A coluna *feminina*, onde se reproduzia claramente modelos essencialistas de gênero. Além disso, ao longo de todas as publicações, esses modelos estavam presentes nas suas entrelinhas como é demonstrado a seguir.

3.1. ESCOLHAS ANDROCÊNTRICAS: DESTAQUES E SILÊNCIOS

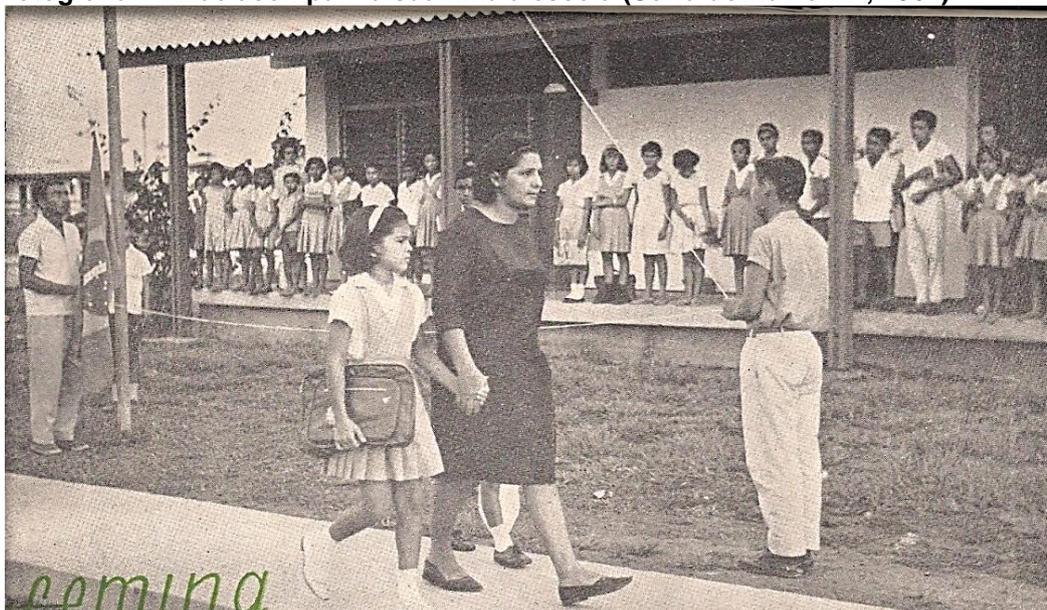
A primeira edição deste periódico foi publicada em 1964 e teve como capa uma moça jovem vestida com uniforme escolar e um livro nas mãos. O objetivo era

destacar a inauguração de duas escolas construídas pela empresa: uma em Serra do Navio e outra em Vila Amazonas (Santana). Segundo a matéria que discorreu sobre a inauguração dessas escolas, elas fariam surgir “uma nova geração de amapaenses com saúde e instrução apta a ocupar o lugar que lhe está reservado nos novos empreendimentos exigentes de gente capaz” (SURGE, 1964, p. 2).

Por Nova Geração de amapaenses, entenda-se mão de obra alinhada com a cultura institucional da Icomi. Uma foto composta fundamentalmente por mulheres acompanha a matéria citada acima, ratificando a ideia de que a educação das crianças e dos jovens, futuros trabalhadores da empresa, seria, sobretudo, uma tarefa feminina. Nesse sentido, destacou-se que as escolas recém inauguradas contariam com oitenta e duas professoras, duas diretoras e uma chefe de departamento de educação (localizado em Serra do Navio). Portanto, mães e professoras assumiam a árdua tarefa de educar os futuros cidadãos residentes nas *company towns*.

Na edição número 4, a *Icomi-Notícias* ratifica a posição da mãe como responsável por acompanhar a educação dos filhos, através de uma reportagem sobre o projeto pedagógico denominado *Círculo de pais e professores*, que visava estimular a participação familiar no processo educacional dos menores. O próprio título do artigo, “Mamãe também vai à escola”, corroborado pela Fotografia 1 direciona essa responsabilidade às mães.

Fotografia 1 - Mãe acompanha sua filha à escola (Serra do Navio-AP, 1964).



Fonte: MAMÃE, também vai à escola. *Icomi-Notícias*, Rio de Janeiro, jan. (1964), p. 23.

A edição número 1 também destacou a premiação dos esportistas que participaram dos primeiros jogos santanenses, promovidos pelo Santana Esporte Clube (SEC) e realizados na Vila Amazonas, como parte das comemorações do final do ano de 1964. Na oportunidade, foi escolhida a rainha dos jogos, a jovem Dulcinéia Trevisani, tendo como segundo lugar Umeko Yamagut, fato que contou com grande ênfase na página 4. Na Fotografia 2 a jovem Dulcineia Trevisani aparece em destaque recebendo a faixa de rainha dos primeiros jogos santanenses.

Fotografia 2 - Rainha dos primeiros jogos santanenses (Serra do Navio-AP, 1964).



Fonte: VIDA na Icomi. *Icomi-Noticias*, Rio de Janeiro, jan. (1964), p. 4.

Na página seguinte, Osvaldo Pessoa posa entregando cheques de 100 mil cruzeiros a José Bandeira da Silva, que era supervisor da seção de oficina mecânica de Santana e a Nelson de Souza Aires, encarregado dos serviços de oficina mecânica de Porto Platon, em reconhecimento ao desempenho desses trabalhadores no curso por correspondência de mecânica automotriz, industrial e diesel, feito por iniciativa dos próprios trabalhadores, na National School, de Los Angeles (MELHORANDO, 1964, p. 5). A Fotografia 3 ilustrou a matéria que homenageou esses trabalhadores

Fotografia 3 - Formandos do curso técnico de mecânica automotriz por correspondência (Serra do Navio-AP,1964).



Fonte: ACORDO Icomi-Senai, *Icomi-Noticias*, Rio de Janeiro, jan. (1964), p. 5.

Ao avançar a leitura observa-se uma animada confraternização pela inauguração do refeitório da Icomi, onde na mesma pagina, como se pode observar na Fotografia 4, uma equipe de quatro mulheres: Irene de Oliveira, Maria Geralda dos Santos, Maria Udinéia e Maria Bernadete preparam a refeição que fora servida aos convidados, como se pode observar na Fotografia 4.

Fotografia 4 - Cozinheiras responsáveis pelo almoço de inauguração do refeitório de Serra do Navio (Serra do Navio-AP, 1964).



Fonte: VIDA na Icomi. *Icomi-Noticias*, Rio de Janeiro, jan. (1964), p. 6.

Enquanto isso, fotografias de Maria Idames, Maria Miriam Costa e Maria José ilustram a página quinze. Na Fotografia 5 nota-se as três jovens que participaram do concurso de miss segurança, promovido pela comissão interna de prevenção de acidentes (CIPA), do qual Maria Idames foi a vencedora.

Fotografia 5 - Miss segurança e princesas (Serra do Navio-AP, 1964).



Fonte: SOCIAIS, *Icomi-Noticias*, Rio de Janeiro, jan. (1964), p. 15.

A coluna “Feminina”⁵ traz ensinamentos para as mulheres fazerem cortinas para casa e técnicas para lavá-las. Uma alegre jovem usa um vestido que segundo a revista é “bonito para a dona de casa elegante”. Logo abaixo uma receita de castanha do Pará glacê. Ao lado, uma nova invenção: luvas para que as mulheres possam segurar as panelas quentes sem se queimar: “que também servem nos trabalhos de limpeza” (FEMININA, 1964, p. 15). O perfil da dona de casa bela e recatada pode ser observado na Fotografia 6:

⁵ FEMININA, *Icomi-Noticias*. Rio de Janeiro, 1964, p. 15.

Fotografia 6 - Bela e prendada (Serra do Navio-AP, 1964).



Fonte: FEMININA. Icomi-Noticias, Rio de Janeiro, n. 1, jan. (1964), p. 19.

Edição extra anuncia: “Santana: tricampeão!” comemora-se a conquista dos títulos do campeonato amapaense de futebol masculino de 1960, 1961 e 1962. Na Fotografia 7 o time do Santana posa para receber as devidas homenagens. E o crack do mês foi: José Domingos dos Santos operador de Máquina Marion.

Como se pode observar é em torno dessas representações, onde homens aparecem como profissionais dedicados, esportistas, e chefes de família e as mulheres surgem como donas de casa, cozinheiras, educadoras, cuidadoras, e misses, que as 37 edições seguintes da revista Icomi-Noticias vão ser construídas, com sutis modificações ao longo do tempo, mas sempre ratificando as concepções dicotômicas que dividem a sociedade a partir de papéis exclusivos para mulheres e homens.

Fotografia 7 - Homens do Santana esporte clube tri campeão dos jogos santanenses (Vila Amazonas-AP, 1964).



Fonte: SANTANA, tricampeão. *Icomi-Notícias*, Rio de Janeiro, jan. (1964), p. 21.

A revista mantinha uma coluna denominada “Em destaque”, na qual ela homenageava os mais dedicados funcionários da empresa. Na segunda edição do ano de 1964, página 7, Camélia Ferreira de Lima e Terezinha dos Santos Lopes apareceram nessa coluna. A Fotografia 8 mostra essas mulheres junto de suas respectivas famílias:

Fotografia 8 - O homem em destaque (Vila Amazonas-AP, 1964).



Fonte: EM DESTAQUE. *Icomi-Notícias*. Rio de Janeiro, fev. (1964), p. 7.

No entanto, não foi a elas que a revista prestou homenagem. Essas mulheres foram apenas citadas como esposas dos funcionários: Francisco Almir de Lima, um cearense que entrou na empresa aos 18 anos como trabalhador braçal, chegando à

função de chefe da sessão de folhas de pagamento em 1961, e Arinildo Correia Maia, paraense do município de Maracanã, que entrou na Icomi na função de quarteleiro e chegou à radiotelegrafista.

Lucilda Silva e Izabel Ferreira da Silva foram mencionadas na terceira edição. Elas foram retratadas como as dedicadas esposas dos funcionários homenageados: O amazonense Francisco Chagas e Silva, capataz de transporte em Santana, que ingressou na Icomi em 1952, e José Duarte da Silva, ex-garimpeiro amapaense, que entrou na Icomi em 1951 e que trabalhava como encarregado de serviços de mineração. Hilda Carvalho Vieira e Mildred Lucien surgem na coluna “destaque” da quarta edição, mais uma vez na condição de companheiras de funcionários.

Maria Rodrigues de Souza e Orly Duarte Santos também figuram na revista na mesma condição. Maria de Nazaré e Cléia Nazaré da Silveira Genu são as esposas dos destaques da sexta edição, casadas respectivamente com Rubens Neves de Albuquerque, que ingressou na Icomi em 1954, e que atuava como capataz de máquinas operatrizes, na oficina de manutenção de Santana e Rômulo de Almeida Genu, paraense da cidade de Óbidos, que foi contratado como datilógrafo da empresa. A revista afirma que Genu ganhou, entre outras coisas uma esposa compreensiva, ao casar-se com Cléia Nazaré.

Observa-se que as figuras masculinas eram quase unanimidade na escolha de quem estampar na coluna “Em destaque”. As mulheres aparecem em segundo plano, são as esposas que posam para a foto que enaltece as virtudes do trabalhador e “chefe de família”. Expressões como “deu-lhes filhos” ou “ganhou uma esposa compreensiva” dão a clara dimensão dos aspectos de hegemonia de gênero onde se tentava normatizar papéis às mulheres como mães de família e dos homens como provedores.

De modo geral, as mulheres foram retratadas no ambiente doméstico, enquanto que os homens ocupavam as funções produtivas e burocráticas da empresa. As histórias dos homens foram contadas desde suas cidades de origem, suas primeiras experiências profissionais, as dificuldades encontradas ao longo da vida e as formas de superá-las. No relativo às mulheres não se apresenta a idade nem de onde vieram, não se destacam suas habilidades, muito menos seus desejos e sonhos. Elas são apenas classificadas como “a esposa” ou “a companheira”.

Nesse sentido, Waldina Rocha Leal Bicelli, Iracy da Rocha Alves, Marcelina dos Santos de Jesus, Lidia Lucia Aguiar de Carvalho, Maria José Nascimento, Ana

Maria Gonçalves Fonseca, Maria dos Santos Leite Adolfina, Raimunda Ruth, Maria do Carmo Almeida, Maria José Barros Ferreira e Terezinha de Jesus figuram de maneira quase anônima na coluna “Em destaque”. Sobre seus maridos sabe-se muito, sobre elas a revista informa apenas o nome.

Somente duas mulheres protagonizaram a coluna “Em destaque”. A primeira não morava no TFA. Trata-se de Maria do Carmo Beckmam, natural de Manaus. Ela entrou na Icomi como datilógrafa em 1954. “Inteligente, ativa, e cuidadosa pouco depois passou à função de Secretária do senhor Benedito Carreiro Amorim”, gerente do escritório de Belém.

Ao contrário das esposas dos funcionários, o namorado de Maria do Carmo recebe significativa menção na matéria, enfatiza-se que ele era funcionário da empresa no momento da admissão de Maria e que eles reataram um relacionamento que haviam vivido antes de ingressarem na mineradora: “Antonio Carlos Beckman que conhecera quando tinha 15 anos num baile carnavalesco era empregado da Icomi e trabalhava na divisão de construção”.

Na décima oitava edição aparece a segunda (e última) mulher na coluna “Em destaque”: Claudeth Santana da Silva, natural do TFA. Como se pode observar na Fotografia 9:

Fotografia 9 - Segunda mulher (primeira do TFA) na coluna em destaque (Amapá, 1965).



Fonte: EM DESTAQUE, *Icomi-Notícias*. Rio de Janeiro, jun. (1965), p. 21.

Claudeth entrou na Icomi em 1959, órfã de pai, vivia com sua mãe, em Mazagão. Iniciou seu percurso na empresa como atendente do hospital. Ganhou bolsa para estudar o curso de auxiliar de enfermagem em Manaus, formando-se em 1962 (EM DESTAQUE, 1965, p. 21). O colunista ressalta sobre ela: “é dessas pessoas que nasceram sob o signo da bondade e do bom humor. Nada a aborrece nada lhe muda o sorriso e não há coisa que mais alegre do que fazer amigos, principalmente no ambiente de trabalho. A revista reforça essa visão romantizada da mulher como criatura cândida, bondosa, caridosa e sempre solícita.

Nas páginas de esporte a presença feminina também é incipiente. A seção “O crack do mês”, onde eram feitas entrevistas com os jogadores que se destacavam nos times locais, é fundamentalmente um espaço masculino. Com exceção da sétima e da nona edição da revista onde temos respectivamente Christiny Mary Nicolai, natural do Rio de Janeiro, jogadora de vôlei pelo time do Santana Esporte Clube e Maria Galiléia da Silva Lino, nascida em Altamira Pará em 1948, jogadora do Manganês Esporte Clube.

Todas as outras edições foram compostas por homens. Nesse sentido, Teofilo Mira Soeiro foi escolhido pela edição número dois, e na edição seguinte foi a vez de Sebastião Pereira da Silva. Darcy da Silva Freitas estampou a edição de número quatro. A número cinco foi ocupada por Olivar Alves Pinto. Sebastião da Silva Nery ficou com a edição número seis. Mario Mirand, funcionário do serviço de tráfego aéreo da Icomi, esteve estampado na revista número quatorze. Raimundo Aragão Barbosa, natural de Porto Grande, jogador do manganês esporte clube (MEC), foi homenageado pela edição dezesseis. Por sua vez Getúlio Barbosa dos Santos, natural de Belém do Pará, jogador do industrial, encarregado da sede do MEC, esteve na décima sétima publicação e Carlos Alberto Amaral da Silva, natural de Belém do Pará, funcionário do departamento de tráfego da estrada de ferro, na de número dezoito. Enfim até a última edição figuras masculinas se repetiram na coluna.

É importante apontar que todos os homens escolhidos como “O crack do mês” eram funcionários da Icomi ou das empresas associadas ao grupo. E todos tiveram os seus ofícios destacados nas matérias. Em contrapartida, não há menção ao trabalho das mulheres, nem mesmo havia essa pergunta para elas. Às entrevistadas a revista trazia perguntas como: “já encontrou o príncipe encantado?”; qual tipo de música prefere? Enfim, estabelecendo papéis sociais construídos a

partir idealização do gênero para homens e mulheres. As mulheres deveriam se dedicar à leitura, a música, à arte a culinária para serem boas esposas e mães.

Os homens também são a maioria nas publicações sobre reuniões, conferências, formaturas e premiações. No prêmio de estáveis de 1965 (MAIS 58,1965, p. 4-10), que homenageava os funcionários que atingiam dez ou mais anos de empresa, dos 62 premiados apenas três eram mulheres. Porém, nenhuma morava nem trabalhava no TFA. Eram todas funcionárias do escritório da Icomi situado no Rio de Janeiro. Eram elas: Yara Maia Delfim, Maria Nazaré Mendonça e Deusdedith Rodrigues Moreira. Na foto que ilustra a matéria não consta nenhuma delas.

Nas comemorações do dia do mineiro (08 de dezembro) era escolhido um operário como o “mineiro do ano” e uma jovem da comunidade como a rainha dos mineiros. Em 1964 os eleitos foram respectivamente José Duarte da Silva e Maria Idames Cardoso. Ou seja, escolhe-se um homem como exemplo profissional a ser seguido e uma mulher onde as virtudes destacadas são sobretudo estéticas. Izabel Duarte da Silva aparece na publicação como a esposa do mineiro José Duarte e como a cozinheira da maniçoba servida na festa em comemoração ao dia dos mineiros.

3.2 TRABALHO, GÊNERO E DESENVOLVIMENTO

A noção de progresso defendida pelo governo territorial e pela Icomi representava uma noção burguesa e machista. Burguesa porque privilegiava o crescimento econômico como indicador de desenvolvimento. Segundo Sousa (2012, p. 5) essa concepção é insuficiente. Ela entende que “o desenvolvimento não pode ser confundido com crescimento porque os frutos dessa expansão nem sempre beneficiam a economia como um todo e o conjunto da população”. No caso da Icomi observa-se na pesquisa de Paz (2011) e Nunes (2014) que apesar de haver uma infraestrutura muito bem montada que garantia certa qualidade de vida para os moradores das *company towns*, nos arredores delas havia pobreza, violência e prostituição.

Era machista em virtude de atribuir a responsabilidade por esse desenvolvimento à figura masculina, legando às mulheres a uma posição secundária. A matéria da vigésima terceira edição da *Icomi-Notícias*, é ilustrativa

nesse sentido. No artigo o colunista afirma: “incube, por conseguinte, grave responsabilidade ao homem do Amapá. Cabe-lhe progredir, para assegurar ritmo de prosseguimento ao processo desencadeado com a exploração do manganês do qual, em última análise, ele há de ser o grande beneficiário” (PONTO, 1965, p. 28).

No centro da matéria, com letras garrafais, observa-se essa perspectiva em destaque com os dizeres “o homem no progresso do Amapá” um discurso que coloca os homens na dianteira do progresso, como os grandes responsáveis pelo futuro da nação e do território. A Fotografia 10 que acompanha o texto citado, apresenta apenas homens trabalhando. Esse tipo de ilustração é recorrente na Icomi-Noticias, realçando ainda mais que ser motor do progresso era apanágio masculino

Fotografia 10 - O homem como motor do progresso (Amapá, 1964).



Fonte: O HOMEM no progresso do Amapá. *Icomi-Noticias*, Rio de Janeiro, nov. (1965), p. 28.

Na mesma edição em uma matéria intitulada “para que investir em menino” afirma-se que é importante formar “o homem do amanhã” (PARA, 1965, p. 6) para substituírem os adultos no mercado de trabalho quando estes estiverem se

aposentando garantindo, dessa forma, prosseguimento ao desenvolvimento. Enquanto isso, noutras páginas, suas esposas são retratadas cuidando dos filhos e filhas, como mantenedoras da família, a “célula mater” da sociedade, configurada de acordo com os preceitos patriarcais. Ao desenvolvimento a mulher contribuiria como coadjuvante, repassando os valores e normas, educando os futuros trabalhadores, cuidando da saúde da população, enfeitando as vilas com sua beleza.

No Amapá, a Icomi e o governo, juntamente com a Igreja, eram os principais formuladores e difusores do discurso hegemônico que definia os papéis de homens e mulheres conforme descrito acima. O governo territorial criou em Macapá uma escola profissionalizante exclusiva para meninos que tinha como propósito formar mão de obra especializada para atuar na indústria. Era a Escola Industrial de Macapá, dirigida pelo professor Ubirajara L. de Souza. Ela foi criada em 01 de dezembro de 1949 com o nome de Escola Profissional Getúlio Vargas, passando a receber o nome Escola industrial de Macapá em 1954. A Fotografia 11 destaca o prédio da referida escola:

Fotografia 11 - Escola industrial de Macapá (Macapá-AP,1976).



Fonte: Site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE)

Em 1965, no bojo das reformas educacionais implementadas pelo governo ditatorial, a Escola Industrial de Macapá passou a ser denominada de Ginásio de Macapá. Nome que foi modificado novamente em 1979 para Escola Integrada de Macapá. Somente no ano de 1973 passaram a admitir mulheres nessa instituição de

ensino. Havia cursos voltados exclusivamente para elas como o curso de administração para o lar.

Essas evidências da concepção masculina de progresso propagada pela Icomi e pelo governo territorial permearam todas as publicações da *Icomi-Noticias*. Como já foi citado, a empresa mandava funcionários (homens) para o sudeste do país, objetivando aperfeiçoá-los. Para servir de exemplo aos outros trabalhadores, muitos deles recebiam prêmios e/ou eram homenageados nas páginas “Em destaque”.

Na décima segunda edição da revista, um grupo de operários posa para fotos, a matéria afirma: “para o homem da Amazônia as máquinas não tem segredos [...] O homem amazonense desempenha um importante papel na tarefa que ali se desenrola”. A imagem da matéria ilustrada pela Fotografia 12 destaca ratifica essa perspectiva.

Fotografia 12 - O gênero produtivo (Serra do Navio, Amapá, 1964).



Fonte: PARA o homem da Amazônia as máquinas não tem segredo. *Icomi-Noticias*, Rio de Janeiro, nov. (1964), p. 12-13.

Na revista não aparecem mulheres ligadas ao setor produtivo da empresa. As principais atividades nas quais elas foram representadas pertenciam às áreas da saúde e da educação. Silva (2009) aponta que além da qualificação profissional, na Icomi o gênero era um importante critério de seleção de funcionários. Segundo Barbosa apud Silva (2009), às mulheres de modo geral eram atribuídos papéis relacionados às obrigações dentro do espaço privado. Observa-se, portanto, o que

Rago (2000) conceituou como generificação dos ofícios, ou seja, uma divisão do trabalho fundamentada a partir de concepções de gênero.

Nesse sentido atribuíam-se às mulheres a responsabilidade de cuidar e de moldar, os sujeitos dentro dos padrões preconcebidos (como mães e/ou enfermeiras e/ou professoras). Rago conceitua essa tarefa como a “mãe cívica”, ou seja, a ideia de que a mulher é responsável por formar o futuro cidadão da pátria, contribuindo de forma decisiva para o futuro da nação (RAGO, 2000, p. 592). A educação era uma das principais ferramentas de propagação do poder disciplinador e civilizador, como é possível observar no trecho da vigésima terceira edição da revista:

Todos estão certos de que o Amapá de hoje não é o mesmo de ontem e de que amanhã não será como agora. Por isso os amapaenses procuram através da educação preparar-se para acompanhar o ritmo de desenvolvimento que se processa na região inteira, conscientes de que só assim os seus filhos poderão estar presentes na hora em que forem chamados a participar da atividade promocional do progresso (EDUCAÇÃO, 1965, p. 3).

Dentro dessa perspectiva, na imagem abaixo consta a seguinte legenda: “Serra do navio: a professora se desvela na formação do homem que amanhã fará o Amapá progredir” (EDUCAÇÃO, 1965, p. 3). Essa frase é muito sintomática no que diz respeito a divisão dos papéis de gênero onde a mulher educa o homem (futuro trabalhador) que será responsável pelo progresso do TFA. Na Fotografia 13 fica evidente essa perspectiva:

Além da ideia da mulher como mãe cívica as publicações que ilustram as atividades de professoras e enfermeiras estão inseridas em um programa de propaganda que buscava persuadir os trabalhadores no relativo às contribuições da empresa para o TFA, trazendo saúde e educação para uma região que era apresentada como completamente esquecida (Fotografias 14 e 15).

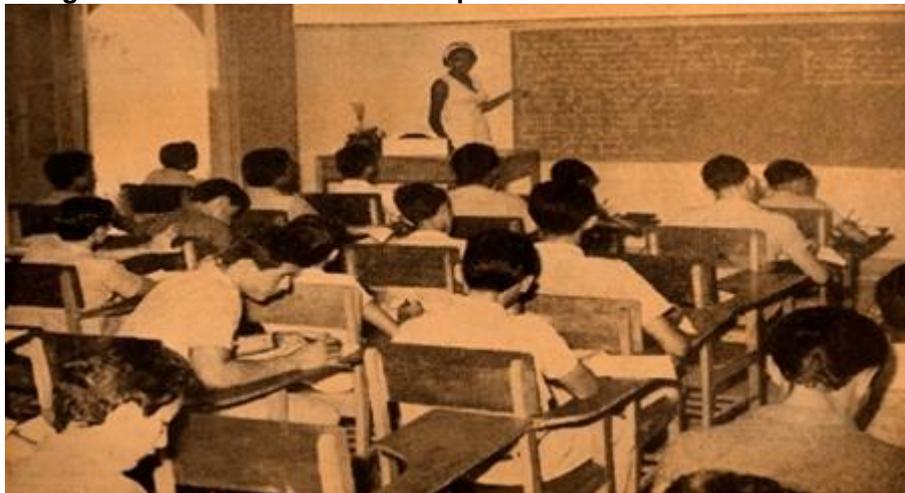
Portanto, ao mesmo tempo em que propagava o discurso de progresso e civilização a *Icomi-Noticias* reforçava os papéis de gênero socialmente construídos: os homens dotados de força e racionalidade cuidavam do desenvolvimento econômico e as mulheres como seres atenciosos ficavam responsáveis por educar e cuidar das pessoas.

Fotografia 13 - A mulher como formadora do homem produtivo e disciplinado (Vila Amazonas, Amapá, 1965).



Fonte: EDUCAÇÃO. *Icomi-Notícias*, Rio de Janeiro, nov. (1965), p. 2-3.

Fotografia 14 - Professora em Macapá no ano de 1965.



Fonte: PREPARAR-SE. *Icomi-Notícias*, Rio de Janeiro, set. (1965), p. 3-4.

Fotografia 15 - Enfermeiras da Icomi em campanha de vacinação (Serra do Navio-AP, 1965).



Fonte: SAÚDE. *Icomi-Notícias*, Rio de Janeiro, set. (1965), p. 23.

3.3. LAZER

Os momentos de lazer de maior destaque para a presença feminina na revista *Icomi-Notícias* foram os aniversários. Eles figuravam como ocasiões para reunir parentes e colegas de trabalho, e representavam momentos oportunos para fortalecer o modelo de família nuclear. Portanto, o lazer feminino foi ilustrado, sobretudo, como uma atividade familiar que se dava principalmente dentro do espaço doméstico.

Apesar das mulheres figurarem com mais destaque no espaço doméstico, a figura masculina era onipresente nesse ambiente, como alerta Perrot (1988, p. 180): “nem todo o privado é feminino. Na família o poder principal continua a ser o do pai, de direito e de fato”. Na publicação que deu destaque ao aniversário de Luiz Guilherme o nome da esposa deste foi escrito entre parênteses como se ela fosse uma mera extensão do marido: “O casal Guilherme (Raimunda) Bemerguy Chene reuniu em casa de Serra do Navio uma vasta garotada amiga para comemorar, o que foi feito alegremente, o aniversário natalício de seu filho Luiz Guilherme” (ANIVERSÁRIOS, 1964, p. 19).

Nos espaços públicos como os clubes, as mulheres foram destacadas como símbolo de “graça e beleza”, nesse sentido eram recorrentes as promoções de concursos de misses e rainhas. Jovens como Maria da Penha, escolhida rainha do Santana esporte clube em 1964, Dulcinéia Trevisane eleita rainha das flores e rainha dos primeiros jogos promovidos pelo Santana Esporte Clube (SEC), Aldenora Santos, rainha das flores de Serra do Navio, Maria Idames, miss segurança e rainha dos mineiros de 1964, e Vera Lucia Santos, escolhida como miss simpatia no evento promovido pelo jornal *O barranco*, posaram para a revista como modelos ideais da mulher que se preconizava nas *company towns*.

Os clubes de Serra do Navio e Vila Amazonas, respectivamente Manganês Esporte Clube, que funcionava desde 1952, e Santana Esporte Clube, fundado em 25 de setembro de 1955, foram os espaços de sociabilidade mais conhecidos dessas localidades. Essas agremiações possuíam alas femininas nas suas administrações. Porém, as funções das mulheres dentro desses clubes eram retratadas na *Icomi-Notícias* em termos de papéis dicotômicos de gênero, visto que elas ficavam responsáveis por cuidar da programação voltada exclusivamente para as mulheres, como a ornamentação da sede e a preparação de jantares e chás.

Como observamos, mesmo sendo retratadas como misses e rainhas, as mulheres não foram significativamente vinculadas aos espaços públicos de lazer, ficando mais restrita de modo geral ao ambiente familiar. Nesse viés Perrot afirma:

A mulher enfeita a cidade, como enfeita a casa (retratos de mulheres, quadros de mulheres, fotos de mulheres), as igrejas (culto de Virgem Maria). Visualmente, a mulher está tanto mais presente quanto existe a tendência de limitar seu papel e sua presença por outras vias. (PERROT, 1988, p. 219)

Ou seja, mesmo tendo a sua presença limitada nos espaços de destaque da revista, as mulheres eram cultuadas e endeusadas como musas e como padroeira. Nesse sentido a revista reforçava o estereótipo da mulher como espetáculo para o homem (PERROT, 1988). Outro momento do lazer das mulheres destacado na *Icomi-Notícias* era a prática do bandeirantismo. Esse movimento também atendia a uma agenda ideológica de patriotismo e conservadorismo. Em vista disso, ele foi muito incentivado entre as jovens.

Destinado a incutir nos jovens os melhores sentimentos de solidariedade humana e sadios princípios morais, e estimular-lhes o conhecimento de rudimentos de primeiros socorros e preceitos de segurança coletiva além do contacto com a natureza o bandeirantismo se espalha pelo mundo inteiro, alcançando a mais benéfica repercussão na formação da juventude (JUVENTUDE, 1964, p. 14).

A primeira chefe do distrito bandeirante do Amapá foi Osvalda Rodrigues Mendonça, auxiliada por Marlene Bengoin, Lulico Ohara, Leide Cechinato Benjamin Cezar e Laís Curchantuz. As duas primeiras moravam em Vila Amazonas e as demais em Serra do Navio. Havia no distrito bandeirante do Amapá duas companhias de fadas (meninas de 6 a 9 anos), duas companhias de bandeirantes (meninas de 10 a 14 anos) e mais três clãs com dez guias formados por jovens acima de 15 anos.

Em Vila Amazonas também havia uma companhia de bandeirantes denominada companhia Vitoria Régia composta por 35 moças (OS DISCIPULOS, 1964, p. 3) e outra em Serra do Navio denominada “Companhia Yara”, com o mesmo número de componentes. Havia ainda duas companhias de “fadas” em Vila Amazonas denominadas Branca de Neve, com 26 jovens, e Chapeuzinho Vermelho, com 25 jovens do gênero feminino.

Segundo a revista, “o movimento possui ainda em Vila Amazonas um conselho de senhoras composto da professora Ida Rossi e das Senhoras Zaide Nery, Geny Fontes de Macedo e Nelly Moreira Guimarães (JUVENTUDE, 1964, p. 15). O bandeirantismo também possuía um caráter filantrópico, visto que as moças faziam cursos e prestavam serviços em instituições como hospitais.

Portanto, nota-se claramente que os homens ocuparam a revista da Icomi de forma hegemônica. Isso ilustra que, além da hierarquia fundamentada nos aspectos profissionais e sociais, no mundo do trabalho construído no contexto da exploração de manganês no Território Federal do Amapá, o gênero era um forte marcador social. Segundo Michelle Perrot (1988) a divisão sexual em todos os aspectos: econômicos políticos e sociais, foi acentuada no século XIX, onde “cada sexo tem a sua função, seus papéis suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predeterminados até em seus detalhes” (PERROT, 1988, p. 178).

A *Icomi-Notícias* reproduziu esse discurso dicotômico que colocava linhas abissais entre homens e mulheres, pois nela os homens são vistos como os responsáveis pela administração e produção e as mulheres são encarregadas de cuidar e educar. Perrot assevera que “existe um discurso dos ofícios que faz da linguagem do trabalho uma das mais sexuadas possíveis”. No periódico icomiano se reproduzem discursos normativos do tipo: “ao homem a madeira e os metais, e a mulher a família e os tecidos (PERROT, 1988, p. 178). A coluna “Feminina” com suas dicas de costura, receitas e moda propagavam exatamente essa concepção.

Os homens foram retratados como os grandes responsáveis pelo desenvolvimento econômico da região e as mulheres figuraram em concursos de beleza, como educadoras de filhos e alunos, como dedicadas enfermeiras e como caridosas na prática da filantropia. Conforme destaca Perrot (1988, 177), essas representações atribuem “aos homens o cérebro (muito mais importante do que o falo), a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos”. Segundo essa historiadora, na história produzida até o início do século XX as mulheres foram reduzidas ao nível da reprodução e ao consumo, enquanto os homens ocupavam o espaço da produção. A revista *Icomi - Notícias* segue exatamente esse paradigma.

4 GÊNERO, HISTÓRIA E MEMÓRIA: AS MULHERES EM SERRA DO NAVIO E VILA AMAZONAS (1960 A 1985)

Esse capítulo aborda as experiências femininas em Serra do Navio e Vila Amazonas (1960-1985), enfatizando as suas sociabilidades e os discursos hegemônicos que permearam as suas vivências. As fontes utilizadas para a construção do presente capítulo foram a revista *Icomi-notícias* e entrevistas realizadas com antigos moradores e moradoras das referidas *company towns* (Apêndice A).

Como foi discorrido no capítulo anterior, na revista *Icomi-Notícias* prevalece um enfoque androcêntrico do cotidiano de Serra do Navio e Vila Amazonas. No entanto, é possível perceber que entre uma homenagem a um funcionário dedicado e a reverência a um “crack” do futebol local, figuras femininas dissonantes ao discurso institucional surgiram, discretamente, como se fossem forças irresistíveis.

Esse foi o caso das jogadoras de vôlei Christini Mary Nicolai e Maria Galiléia da Silva Lino. Mas, foi também o caso da professora Aracy Mont’alverne, que figurou nas páginas da primeira edição em virtude do reconhecimento do seu trabalho como poetiza. Suas poesias foram muito bem avaliadas nos eventos que participou no Rio de Janeiro e em São Paulo, principalmente o poema denominado “Macapá cinderela.” Yeda de Araújo Porto foi motivo de matéria da edição nove devido ao cargo de nova diretora da escola de Vila Amazonas que acabara de assumir.

Terezinha da Silva Figueiredo foi homenageada na vigésima quinta edição por razão da sua formatura em técnica em contabilidade. Na décima quarta edição a professora Áurea Melo Fortes, diretora da escola primária de Vila Amazonas, despontou recebendo o certificado de conclusão do curso de currículo e supervisão, realizado em Belo Horizonte.

A partir desses exemplos podemos inferir que, apesar de constarem apenas esporadicamente, e como coadjuvantes, nas publicações da revista *Icomi-Notícias*, as mulheres tiveram uma participação ativa nas dinâmicas sociais de Serra do Navio e de Vila Amazonas, em todos os seus aspectos, sejam eles pessoais, profissionais, educacionais, esportivos e/ou artísticos. Por isso buscou-se conhecer a história delas nessas *company towns* entre os anos de 1960 a 1985.

Perscrutando a memória das pessoas que viveram nessas localidades no período referido objetivou-se compreender como era o cotidiano das mulheres

nessas vilas, como eram as suas sociabilidades, a relação delas entre si e com a sociedade em geral.

4.1 SERRA DO NAVIO E VILA AMAZONAS

Destinadas a oferecer moradia e demais estruturas urbanas aos funcionários da Icomi e a seus familiares, Serra do Navio e Vila Amazonas (Santana) começaram a ser construídas no ano de 1955. Em 1959 as obras de Serra do Navio já estavam concluídas. Vila Amazonas ficou pronta um ano depois. Segundo a história institucional (ICOMI, 1983, p. 139):

Terá sido certamente com o pensamento voltado para essa enlevadora (sic) forma de conceituar a destinação dos frutos da atividade criadora, que aquele dirigente da ICOMI, ao convocar os renomados técnicos Oswaldo Bratke e o engenheiro Luiz de Mello Matos para, respectivamente, planejar e construir as vilas residenciais da empresa no território do Amapá, enfatizou o seu desejo e sua determinação de que tais núcleos habitacionais viessem a oferecer aos funcionários e suas famílias toda a segurança, higiene e conforto previstos pela moderna civilização.

De fato, as instalações das *company towns* construídas no TFA pela Icomi eram muito bem estruturadas. Nelas continha sistema telefônico próprio, ruas largas, casas teladas, gramados cortados, lixo doméstico coletado e queimado, tratamento de água e esgoto, energia elétrica, centro comunitário, restaurantes, lanchonetes, sala de jogos, clubes com piscinas, sauna, quadra esportiva, restaurante, hospital e escola.

A precária infraestrutura habitacional disponível no Amapá até meados da década de 1950 não era atrativa para os trabalhadores especializados como técnicos, engenheiros, administradores, médicos e professores. Nesse sentido foi necessário construir essas duas modernas vilas atendendo a essa demanda. Nas Fotografias 16 e 17 se pode observar uma vista aérea dessas duas cidades-empresa.

Fotografia 16 - Serra do Navio (Amapá-1998).



Fonte: Página Icomi- Portal do Altamir Guiomar⁶

Fotografia 17 - Vila Amazonas (Santana-AP,1965).



Fonte: Página Icomi-Portal do Altamir Guiomar⁷

⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/search/top/?q=icomi%20-%20portal%20do%20altamir%20guiomar>; Acesso em: Mar 2018

⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/search/top/?q=icomi%20-%20portal%20do%20altamir%20guiomar> ; Acesso em: Mar 2018

Outro motivo, menos nobre do que o argumentado pela Icomi, para a construção das *company towns* era manter os trabalhadores sob o controle da empresa durante 24 horas diárias. Desta feita, mesmo fora do expediente de trabalho os funcionários estavam submetidos às regras da instituição.

As casas eram visitadas por fiscais sanitários da empresa, ocasião em que se avaliava a conservação e manutenção do patrimônio. Comportamentos desviantes da norma institucional no cotidiano das vilas poderiam levar à demissão do trabalhador ou da trabalhadora. Havia uma sirene que tocava e alcançava toda a vila, como se ela fosse uma grande fábrica, anunciando a hora de iniciar as atividades produtivas e a troca de turno de trabalho. Segundo Paz (2011), nas *company towns* se forjava um novo sujeito alinhado com os anseios da empresa. Nelas os antigos coletores de castanha e látex e os antigos garimpeiros e seus familiares foram escolarizados em uma perspectiva capitalista industrial.

Vila Amazonas e Serra do Navio eram divididas em duas categorias habitacionais: uma destinada aos dirigentes e outra destinada aos operários. Em cada uma dessas categorias havia subdivisões de acordo com a função do funcionário ou da funcionária, e se refletia na distinção da arquitetura das casas. Nas Fotografias 18 e 19 se observa a vista aérea desses dois setores:

Fotografia 18 - Staff (área destinada aos dirigentes) (Serra do Navio-AP,1995).



Fonte: Pagina Icomi-Portal do Altamir Guiomar⁸

⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/search/top/?q=icomi%20-%20portal%20do%20altamir%20guiomar> ; Acesso em: Mar 2018

Fotografia 19 - Primário e intermediário (área destinada aos operários) (Serra do Navio, AP,1965).



Fonte: Pagina Icomi-Portal do Altamir Guimar⁹

Segundo o discurso institucional: “longe de representar uma indesejável discriminação, razões suficientes justificaram tal planejamento, sendo a principal delas a díspare origem da mão de obra arregimentada pela ICOMI” (ICOMI, 1983, p. 141). O argumento principal da empresa era de que os moradores do setor operário eram na maioria oriundos da própria região e tinham “o mesmo nível cultural e econômico e as mesmas aspirações, até então vivendo da pesca e da exploração dos produtos nativos da floresta” (ICOMI, 1983, p. 141).

Segundo o discurso da Icomi, esses indivíduos eram acostumados a viver em casas simples, nas margens dos rios. Casas feitas com troncos de árvores, e cobertas de sapê, com um dormitório fechado para o casal, outro para guardar seus pertences e um aberto para fazer refeições à base de carne seca e farinha de mandioca. Em contrapartida, a empresa compreendia que os funcionários especializados vinham de uma região mais desenvolvida do país. Em vista disso estes estariam mais acostumados com conforto e, portanto, “difícilmente se radicaria[m] no território do Amapá” (ICOMI, 1983, p. 141). Para tanto seria necessário garantir ótimas condições de moradia a esses profissionais.

⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/search/top/?q=icomi%20-%20portal%20do%20altamir%20guiomar> ; Acesso em: Mar 2018

Observa-se que na tentativa de desconstruir a argumentação que a acusava de dividir as classes de forma discriminatória, a diretoria da Icomi usou um discurso ainda mais segregacionista, alegando que devido essas pessoas não terem o mesmo nível cultural e por serem de regiões distintas elas não poderiam conviver no mesmo espaço, pois sem essa divisão poderia haver o comprometimento da vida social.

Nunes (2014, p,93) aponta que “as vilas foram planejadas com o propósito bem definido de manter a ordem estabelecida e esperada pela Icomi, e elas materializaram esse propósito.” Serra do Navio e Vila Amazonas eram espaços rigidamente fechados e controlados. Nesse sentido, a entrada e a saída de pessoas nessas localidades só se davam com autorização expressa da empresa.

Nunes (2014) destaca também que para efetivar as suas estratégias sobre os trabalhadores e trabalhadoras, bem como na sociedade que vivia sob sua influência, a empresa se apropriou da construção discursiva nacionalista, conservadora e disciplinadora forjada e propagada pelo governo brasileiro, e aplicada no TFA pelos governadores.

Portanto, é nesse espaço notadamente segregacionista, submetido a rígidas normas de controle social e ao discurso institucional normatizador de condutas que serão analisadas as experiências femininas entre as décadas de 1960 a 1985. Apesar das mulheres serem o foco da pesquisa, as entrevistas para a construção do presente capítulo também foram feitas com homens, visto que se considera a vivência feminina dentro de uma perspectiva relacional. Além disso, na concepção de Pierre Nora (1993) o testemunho das testemunhas dos protagonistas também são importantes para a reconstrução do passado.

4.2 MEMÓRIA COLETIVA E GÊNERO: LEMBRANÇAS SELETIVAS

Ao perscrutar a memória dos moradores de Serra do Navio e Vila Amazonas no período compreendido entre a década de 1960 a 1980, observou-se uma tendência a ressaltar a história de vida e de trabalho do pai de família. Muitos lembram saudosos e orgulhosos da figura paterna como trabalhador e provedor. O operador de máquinas pesadas, o apontador de pessoal, o crack do time de futebol, o campeão de sinuca, enfim, o herói, orgulho da família, aquele que saiu do interior

do território ou de outras regiões do Brasil e fez carreira na empresa, homem dedicado e disciplinado.

Muitos, ao serem perguntados sobre suas genitoras falaram tangencialmente. Destacaram que eram além de boas mães, mulheres dedicadas a ajudar seus esposos na manutenção da família. Mas, sempre se dedicavam, preferencial ou mais demoradamente, às lembranças das experiências dos pais. A narrativa que prevalece entre eles de certo modo reproduz o discurso preponderante da revista *Icomi-notícias*.

Essa predominância resulta do fomento à construção de uma memória coletiva fundamentada no gênero masculino, nos seus feitos heroicos, no papel do homem como agente de progresso e desenvolvimento e, na figura paterna onipresente. Segundo Polak (1989, p.9), a memória coletiva busca manter vivos acontecimentos do passado que possam sustentar “sentimentos de pertencimento e fronteiras”. No caso da Icomi, a tendência majoritária tem sido acessar um passado masculino glorioso e um passado feminino marcado pela passividade.

No período de seu funcionamento, o discurso institucional forjava memórias que remetiam às festas de aniversários da empresa onde seu fundador, Augusto Trajano Antunes, era aclamado. Também havia homenagens aos seus dirigentes, comemorações do dia do mineiro, enfim, uma incessante saudação aos homens como trabalhadores ideais e às mulheres como sinônimo de beleza e perfeição materializadas nos concursos de misses. A seletividade das lembranças fortaleceu os estereótipos e as distinções de gênero, ratificando o silenciamento das experiências femininas.

Nessa perspectiva, A. R. S, o qual viveu em Serra do Navio de 1965 a 1982, perguntado sobre as lembranças que tinha de sua mãe no período em que viveram em Serra do Navio, disse que: “Ela cuidava da casa, do marido e dos filhos, eu ajudava ela a fazer o lanche para eu vender na escola, no trem e na estação. Ela ia a algumas reuniões na escola quando chamada”¹⁰.

Quando indagado sobre as lembranças que tinha sobre seu pai ele comenta:

Meu pai iniciou trabalhando como quarteleiro. Arrumava o quarto das pessoas lá embaixo e no CCH, a noite meu pai era garçom no MEC, e no CCH ele servia os engenheiros. Depois de muitos anos meu pai passou para a mina. Tinha semanas que meu pai trabalhava de dia e outras de

¹⁰ A. R. S. Amaral. Entrevista realizada 08 de abril de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

noite. Ele gostava de jogar baralho em casa, era proibido mais ele jogava canastra, valendo(apostando)! Ele também chegou a tomar conta de um time: O ferroviário, ele e o seu Manelzinho, pai do Wellington. Teve um tempo que ele parou, quando viemos da Serra em 1984. Depois ele foi deslocado para um lugar chamado de Vila Nova, no rio Amapari.

O. B. S. lembrou saudoso de seu pai P. B. S, e disse que ele foi muito bom jogador de futebol, que por muitos anos atuou pelo MEC e que a família sempre acompanhava P. B. S. nos jogos: “Meu pai, ele era jogador de futebol e por muitos anos atuou pelo time do MEC. Logo depois que meu pai foi dispensado do serviço militar ele foi aventurar uma vaga na Icomi, e conseguiu. Entrou em 1968 e trabalhou por 29 anos. Saiu aposentado”¹¹.

Questionado sobre sua mãe O. B. S. falou: “Era sempre muito prestativa e alegre”.

C. Gomes também recordou com saudade do tempo em que viveu em Serra do Navio. Ele demonstrou muito orgulho do seu pai, que fora funcionário da Icomi: Nesse sentido ele narrou:

Meu pai, José Ferreira Gomes, aos 19 anos chegou ao Amapá e foi trabalhar na mata cortando castanha e riscando seringueira. No dia 20 de junho de 1955, aos 20 anos, foi trabalhar na Estrada de Ferro do Amapá, no cargo de ajudante. E depois de 3 anos começou a trabalhar na mina. Casou com a minha mãe, dona Domingas Gomes, tiveram 6 filhos. Muito insistente procurou apreender uma profissão, teve alguns mestres que o ensinaram, dentre eles, o meu tio: finado Fubica, o seu Jose Marcolino da Silva (Pau Seco), seu Picolé, seu Chico Bel seu Zé Purrudo, entre outros. Passou a tratorista depois foi promovido a operador de máquinas. Devido a sua persistência, procurou aprender mais e foi ascendendo na carreira. Passou a auxiliar técnico de mineração e depois a encarregado [...] lembro que ele gostava muito de futebol e foi técnico do Minas Clube. Foi campeão diversas vezes no campeonato de sinuca no Clube de Manganês [...]. Sempre persistente nunca desistia de nada, encarava qualquer desafio e foi promovido a supervisor de mineração sendo este seu último cargo na empresa. Nós, seus filhos, temos orgulho desse pai trabalhador, honesto humilde o nosso exemplo de vida¹².

As lembranças acessadas por ele sobre sua mãe destacam que ela havia nascido no município de Afuá, era uma boa mãe, e que dava aula de artes culinárias em casa para as vizinhas. Lucia se lembrou dos tempos que viveu em Vila Amazonas, onde seu pai, Jaime, natural de Capanema (estado do Pará), era funcionário da Icomi:

¹¹ O. B. S. Entrevista realizada no dia 05 de abril de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

¹² C. Gomes. Entrevista realizada no dia 12 de março de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

Ele era muito dedicada, trabalhava na manutenção de locomotiva, um funcionário exemplar, não faltava serviço. Um dia ele colocou a mão em uma mangueira que havia estourado, para não causar um incêndio maior, nisso ele queimou as suas mãos.

As lembranças de sua mãe, Antônia natural de Belém, estado do Pará, remetiam à figura da dedicada dona de casa, que criou dez filhos e que vendia tacacá para ajudar no sustento da família: “Ela tinha pouco estudo (ensino fundamental), mas escrevia bem, gostava de ler: Lia revistas, romances, foto novela e a revista *Cruzeiro*”¹³.

Como se pode notar nos trechos dos depoimentos acima, as lembranças evocadas rementem preponderantemente ao pai. Diversos aspectos da vida deles são citados: fala-se sobre o seu trabalho, do seu papel como provedor, das suas práticas de esporte e lazer, lembra-se do ano que entrou na empresa e narra-se a trajetória profissional dentro da mineradora. Sobre as mães, as memórias são mais vagas, as narrações são mais sucintas, pois se limitam a rememorar os momentos vividos no lar. Portanto, na memória coletiva construída nas *company towns*, o espaço feminino é o espaço doméstico, o papel da mulher é o de “rainha do lar”.

Nas redes sociais existem duas páginas de grande expressão dedicadas à memória do período de funcionamento da Icomi¹⁴. As postagens feitas nessas páginas reforçam a perspectiva citada acima. São preponderantemente sobre o pai trabalhador. Nesse sentido, destacam-se comentários como: meu grande pai, meu paizão, saudade! Meu pai campeão de sinuca, lembranças desses guerreiros que fizeram parte da Icomi, meu pai amado. Meu grande pai trabalhou por muitos anos na Icomi.

As memórias relativas às mães ora são ocultadas, ora são acessadas de forma estereotipadas. Essas constantes são obstáculos na investigação do cotidiano feminino nas *company towns*. Fotos que ilustram homens operando máquinas ou em funções de comando são ressaltadas nessas páginas como lugares de memória, ou seja, como meio para se garantir que o passado do qual eles teriam sido os grandes protagonistas e responsáveis por construir nunca seja esquecido, ou deturpado.

Esse discurso masculino hegemônico surtiu tal efeito que persiste na memória coletiva atual, permeia as lembranças de homens e mulheres e negligencia a

¹³ O. B. S. Entrevista realizada no dia 05 de abril de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

¹⁴ Pagina Icomi-Portal do Altamir Guiomar Disponível em: <https://www.facebook.com/search/top/?q=icomi%20-%20portal%20do%20altamir%20guiomar>; Acesso em: Jan-Mai, 2018

complexidade da vida feminina nesses espaços, nega os projetos de vida das trabalhadoras, os seus anseios, as suas sociabilidades.

4.3 A VOZ FEMININA

Para superar esse viés que não valoriza as experiências femininas e que enquadra a memória do período da exploração de manganês do Amapá em uma perspectiva masculina, é preciso deixar as mulheres falarem. Segundo Polak (1989, p. 6), “para poder relatar seus sofrimentos [ou alegrias] uma pessoa precisa, antes de mais nada, encontrar uma escuta”. No entanto, romper esse silêncio não foi uma tarefa simples.

Ao serem convidadas a conceder entrevistas para a produção dessa dissertação, muitas mulheres se esquivaram, sobretudo as donas de casa. Elas indicavam os seus maridos como os “portadores das lembranças sobre o período”. Era como se elas, por não terem trabalhado na empresa, não tivessem o direito à memória da época. Como argumentou dona Maria da C. dos S. N.: “Eu não tenho muito o que falar, quem sabe dessas coisa é o meu marido”¹⁵.

Apesar da longa persistência do silenciamento da voz feminina na história de Serra do Navio e Vila Amazonas no período da exploração do minério de manganês, as vivências que elas tiveram nesse contexto ainda não foram esquecidas. Segundo Polak (1989, p. 5):

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas.

Por isso persistimos, de modo a estimular-las a falar, ensejando o rompimento momentâneo com a hegemonia mnemônica centrada nos homens. A partir dos relatos femininos foi possível resgatar as experiências vividas por elas em Serra do Navio e Vila Amazonas. Nesse sentido, observou-se que as mulheres ocuparam diversos espaços nas *company towns*. Foram majoritárias nas áreas da saúde e da educação. Tiveram importância fundamental na manutenção das famílias, tanto nas questões educacionais como nas questões de administração financeira. Estiveram

¹⁵ M. da C. dos S. N. Entrevista realizada no dia 09 de abril de 2017 e concedida a Rômulo Moraes.

envolvidas em relações de poder e, a despeito dos discursos dominantes e das estratégias de controle, desenvolveram importantes conexões sociais.

As mulheres que viveram em Serra do Navio e Vila Amazonas tinham identidades sociais múltiplas: eram estudantes, funcionárias, donas de casa, solteiras, casadas, compunham as classes operárias e as classes dirigentes. Cada uma dessas particularidades influenciou na maneira que elas experimentaram a vida nessas localidades.

4.4 AS MULHERES ENTRE O ESPAÇO PÚBLICO E O ESPAÇO PRIVADO

4.4.1 Donas de Casa

Durante as entrevistas com as donas de casa, os maridos sempre estavam ao lado. Constantemente eles tomavam a palavra e destacavam as suas experiências na empresa. Desse modo foi necessário entrevista-los separadamente, para dar maior liberdade a ambos e contar com o apoio de uma pesquisadora de modo a deixa-las mais à vontade para responder as perguntas. Visto que, na perspectiva de Polak (1989), os entrevistados podem tentar esconder lembranças comprometedoras.

Nesse sentido, “dona” Maria da C. dos S. N., que hesitou diante do primeiro convite para conceder entrevista, decidiu contribuir com a pesquisa. Ela contou que veio da comunidade de Jaburú dos Alegres onde trabalhava “na roça”, ajudando seus pais no sustento da família. Veio para o Amapá no ano de 1968, após casar-se com o senhor Francisco L. do N. Primeiramente viveu com seu esposo em uma casa alugada em Santana. Mais logo “ganharam casa” para viver em Serra do Navio. Nessa vila dona Conceição não continuou com sua atividade de agricultora e passou a se dedicar à manutenção da família¹⁶.

O senhor Francisco L. do N. contou que trabalhava fora o dia todo e mesmo quando estava em casa era solicitado em diversos momentos para resolver urgências na sua área de atuação¹⁷. Nesse sentido, o tempo livre dele era apropriado pela empresa. Sendo assim, os cuidados com a família, com a criação

¹⁶ M. C. dos S. N. Entrevista realizada no dia 09 de abril de 2017 e concedida a Isis Sousa.

¹⁷ Francisco. L. do N. Entrevista realizada no dia 08 de abril de 2017 e concedida a Rômulo Moraes.

dos filhos, e com o acompanhamento escolar eram atividades desempenhadas quase que exclusivamente por Maria da Conceição.

Perguntada sobre as relações que ela estabelecia em comunidade, Maria da C. dos S. N. recordou que tinha uma boa relação com as suas vizinhas. No entanto, F. L. do N; seu marido, disse que preferia cada um na sua casa, para evitar fofoca. Nota-se na fala de Francisco L. do N. uma resistência à construção da sociabilidade entre essas mulheres, pois na perspectiva geral, a função da mulher era cuidar da família. Sendo assim, o seu espaço seria, sobretudo, o doméstico. Aproxima-las poderia causar vícios no convívio social, como o exemplo da fofoca. No entanto, Maria da C. dos S. N. destacou que esporadicamente realizava com suas vizinhas bingos, rifas e bazares em prol de pessoas necessitadas que viviam nas comunidades próximas de Serra do Navio.

I. A. M., nascida em Breves (estado do Pará) mudou-se com seu marido para o Amapá em 1973. Em Breves, ela trabalhava na agricultura. Quando foi morar em Serra do Navio não mais desempenhou essas suas atividades. Ela também cuidava da família, preparava o almoço e o jantar do seu esposo para aguarda-lo chegar do trabalho. No entanto, I. A. M. recordou que também vendia produtos de beleza “de porta em porta”.

Nessas andanças, ela presenciou muitas histórias trágicas e cômicas de Serra do Navio. Ela lembra que muitas histórias circulavam pela comunidade. Quando alguém era demitido, esse fato tornava-se o tema de debates nos salões de beleza, no mercado e na rádio cipó (estação de apoio operacional onde se esperava o transporte que levava os trabalhadores aos locais de trabalho)¹⁸.

R. S; paraense do município de Afuá, chegou ao Amapá em 1955. No local onde vivia anteriormente ela trabalhava como empregada doméstica. Além de cuidar dos filhos, acompanha-los na escola, leva-los ao médico, leva-los para passear, preparar as refeições, ela fazia “chop”, rosca de trigo e sanduiches para vender na escola e na estação de trem¹⁹. D. S. S. natural do rio Araguari trabalhava como empregada doméstica antes de ir para Serra do Navio. Ela também vendia doces de coco por encomenda²⁰.

¹⁸ I. A. M. Entrevista realizada no dia 10 de janeiro de 2018 e concedida a Isis Sousa.

¹⁹ R. S. Entrevista realizada no dia 08 de abril de 2018 e concedida a Rômulo Moraes

²⁰ Deusa S. S. Entrevista realizada no dia 05 de abril de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

Cuidar da família, participar das reuniões escolares, levar os filhos ao médico, fazer supermercado, cozinhar para a família. Aparentemente a vida das donas de casa que viveram em Serra do Navio e Vila Amazonas resumia-se a essas atividades. No entanto, apesar de serem as grandes responsáveis pela administração familiar, visto que seus maridos tinham sua vida quase que inteiramente voltada para o labor na empresa, essa não era uma função que ocupava a vida das mulheres 24 horas por dia.

Como se pode observar em alguns depoimentos de ex-moradores e ex-moradoras, muitas delas desempenhavam atividades informais como a venda de comidas, doces, cosméticos, buscando complementar a renda familiar, ou simplesmente tentando adquirir recursos para comprar coisas do seu interesse. Alguns maridos controlavam o que elas poderiam comprar. Mesmo assim, muitas desenvolviam estratégias para poder ter acesso a bens que fugissem ao aspecto alimentício. Por exemplo, Benedita argumenta que quando o orçamento apertava, ela vendia doces para ajudar o marido e para comprar coisas para ela.

Mesmo que muitos maridos desaprovassem, as donas de casa recebiam visitas de suas vizinhas, ocasião em que trocavam toda sorte de informações acerca de diversos assuntos. Esses encontros também aconteciam nos supermercados, nas reuniões escolares, nos postos de saúde. Fátima S. contou que mantinha uma relação boa com suas vizinhas e que sempre que as encontrava parava um pouco para conversar e saber como estavam. Ela disse que sempre encontrava as amigas no supermercado e nas filas dos hospitais, onde conversavam sobre preços dos alimentos, cuidados com os filhos, sobre as conquistas e dificuldades passadas pelos maridos na empresa²¹. Elas também conheciam o funcionamento da empresa e sabiam das atribuições dos seus companheiros.

Observou-se que muitas donas de casa, antes de morar em Serra do Navio, trabalhavam fora de casa. Em sua maioria eram lavadeiras de roupa, agricultoras ou empregadas domésticas. No entanto, ao chegarem nas *company towns* construídas pela Icomi elas abandonaram essas atividades. Como não tinham formação profissional a função que poderiam ocupar era a popularmente conhecido como trabalho braçal, ou seja, atividades que não exigiam experiência, nem tampouco formação técnica. Nesse sentido Lourdes relatou: “Meu filho, era muito complicado

²¹ Fátima S. Entrevista realizada no dia 08 de abril de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

para uma mulher conseguir emprego na Icomi, só se ela tivesse estudo, aí podia ser professora”.

Portanto, não era fácil para essas mulheres terem a primeira oportunidade de emprego. Os trabalhadores não qualificados da Icomi eram todos do gênero masculino. Ao ingressarem nos postos mais baixos da instituição, muitos deles conquistaram a oportunidade de ascender profissionalmente. Ou seja, as mulheres que não tinham qualificação profissional dificilmente tinham essa oportunidade. Isso revela que a exclusão de muitas delas das funções produtivas não era apenas uma questão de formação técnica, mais de distinção de gênero.

Além disso, a Icomi compartilhava dos valores conservadores expressos pelo Estado Novo e posteriormente pelo regime militar de 1964. De acordo com esses preceitos, a mulher teria a função de cuidar e educar, seja como mãe, enfermeira, médica ou professora. Nesse discurso naturalizante de papéis de acordo com o gênero não cabia às mulheres desempenhar funções que exigissem o uso da força, um atributo considerado masculino.

Dentro desse ponto de vista, cabia à mulher ensinar seus filhos a serem bons cidadãos e futuros trabalhadores disciplinados. Elas deveriam dar sustentação afetiva aos seus maridos e também recaía sobre elas o dever de manter o patrimônio da Icomi em ótimo estado de conservação. Havia um concurso nas vilas que premiava as casas mais bem conservadas. Mas como se pode observar, elas foram muito além desses discursos.

4.4.2 Professoras e enfermeiras: das migrantes às “filhas da terra”

As mulheres que trabalharam na Icomi durante o período pesquisado atuavam principalmente na área da saúde e da educação. Como já foi afirmado anteriormente, a Icomi considerava essas atividades como femininas (com exceção das áreas que exigiam uso de maior força como almoxarifado), o que ratificava a divisão dos ofícios fundamentada nos aspectos de gênero.

Em virtude da exigência de qualificação para exercer os cargos de professoras e auxiliares de enfermagem, as mulheres que ocuparam tais funções vinham, sobretudo, de regiões economicamente mais ricas: Como o sudeste do país, principalmente de Minas Gerais. No Amapá não havia instituição destinada ao ensino superior. Muito limitadas eram as vagas aí oferecidas para o ensino

profissionalizante. As primeiras 82 professoras das escolas de Serra do Navio e Vila Amazonas eram todas de fora do TFA. Eram vindas de: Belém, São Luiz, Fortaleza, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

A formação de professores no território amapaense teve início no dia 25 de janeiro de 1949, com a fundação do Curso Normal Regional, voltado para preparação de docentes para o primeiro ciclo educacional. Porém, devido à baixa demanda de alunos, a questões financeiras e estruturais, o referido curso teve as suas atividades paralisadas, retornando somente no ano seguinte. No ano de 1953 foram formados os primeiros professores no Amapá.

Em janeiro de 1954 o Curso Normal Regional foi transformado em Escola Normal de Macapá, a qual adotou a formação de professores para o segundo ciclo. Porém, as mesmas condições que afetaram a Escola Normal Regional levaram ao fechamento da Escola Normal de Macapá em 1955, retornando apenas em 1964. No ano de 1965 essa escola transformou-se no Instituto de Educação do Território do Amapá (Ieta), a principal instituição formadora de professores e professoras do TFA. A Fotografia 20 destaca o prédio da escola normal de Macapá.

Fotografia 20 - Prédio da Escola Normal de Macapá (Macapá, AP, 1950).



Fonte: Site Porta Retrato Amapá²²

Em 1968 a Icomi abriu um processo seletivo destinado à contratação de docente na própria região. Foi disponibilizada apenas uma vaga. Joventina M. de Holanda, uma jovem natural de Mazagão (TFA), formada em magistério pela escola

²² Disponível em: <http://porta-retrato-ap.blogspot.com.br> (Acesso em abril 2018).

normal de Macapá, foi aprovada nesse certame²³. No mesmo ano iniciou sua carreira de professora na Escola de Vila Amazonas (Esvam). Dezessete anos depois ela seria escolhida para ajudar a implantar a escola da Fundação Bradesco em Santana, no local onde funcionava a Esvam, tornando-se a primeira diretora dessa instituição de ensino.

A trajetória percorrida por Joventina, de Mazagão até chegar a ser professora da Esvam, está inserida no contexto da transformação do Amapá em território federal, no ano de 1943. Ela era filha de uma agricultora analfabeta que vivia do cultivo do tabaco. Quando morava em Mazagão, essa jovem, junto com os seus irmãos e irmãs, ajudava a sua mãe, Maria Vania Ribeiro, na lavoura de tabaco. Eles rumavam todos os dias para a plantação dessa erva e se revezavam entre colher, tirar as lagartas das folhas e descansar em uma rede armada próximo da plantação.

Em meados da década de 1940, a família mudou-se para Macapá e, apesar das dificuldades encontradas na nova cidade, Joventina considerou que essa mudança foi um ponto crucial na sua vida, pois lhe deu a oportunidade de estudar. Nesse contexto o Amapá acabará de ser transformado em território federal, Macapá estava sendo alçada à condição de capital territorial e por tanto tornara-se uma localidade de grande atratividade populacional, visto que, uma gama de serviços e um conjunto de obras de infraestrutura estavam sendo implantadas ali, “com o objetivo de modernizar a sociedade e a economia amapaense.” (LOBATO, 2013, p. 31).

A transformação de Macapá em capital do TFA através do decreto 6.550 de 31 e maio de 1944 ocorreu após reiteradas solicitações feitas ao presidente Getulio Vargas, e ratificadas por um parecer enviado pelo governador Janary Gentil Nunes no qual ele enumerava a importância econômica e estratégica de Macapá para o TFA. Nesse contexto, para atender ao projeto de escolarização preconizado pelo governo territorial, visando a construção de novos homens e mulheres alinhados com o modo de vida capitalista moderno, em detrimento do modo de vida tradicional da Amazônia, foram criadas instituições de ensino, como o Grupo Escolar Barão do Rio Branco, o Colégio Amapaense e a Escola Doméstica.

Segundo Lobato (2009, p 35): “O projeto janarista não tinha como meta meramente responder às demandas internas da sociedade amapaense. Seu objetivo

²³ J. M. H. Entrevista realizada no dia 08 de abril de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

era mais ambicioso: reorganizar a vida com base em novos valores e hábitos”. A educação foi um dos mais importantes meios utilizados pelo governo do TFA para tentar atingir esse objetivo.

Oliveira (2015, p. 7-8) afirma que “estava em vigência um projeto de remodelamento de costumes e modos de viver da população.” Ela enfatiza a ação dessa política sobre as mulheres. Nesse sentido, na perspectiva de Oliveira, a Escola Doméstica fazia parte de uma articulação entre Estado e Igreja, objetivando formar mulheres de acordo com as normas hegemônicas. Uma importante ferramenta utilizada pela igreja nesse sentido foi o jornal *A Voz Católica*, o qual propagava discursos essencialistas e binários em relação ao papéis que deveriam ser exercidos por homens e mulheres. .

Joentina foi aluna do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, onde fez o curso primário. Ela era muito dedicada, tinha boas notas e uma ótima leitura. Desse modo ela foi escolhida para, na presença do governador Janary Nunes, implantar a pedra fundamental para a fundação de mais uma escola: A Escola Emílio Médici. Na cerimônia de inauguração, ela leu um poema ufanista denominado “A casa”, de Olavo Bilac, destacado no texto:

Vê como as aves têm, debaixo d'asa,
O filho implume, no calor do ninho!...
Deves amar, criança, a tua casa!
Ama o calor do maternal carinho!
Dentro da casa em que nasceste és tudo...
Como tudo é feliz, no fim do dia,
Quando voltas das aulas e do estudo!
Volta, quando tu voltas, a alegria!
Aqui deves entrar como num templo,
Com a alma pura, e o coração sem susto:
Aqui recebes da Virtude o exemplo,
Aqui aprendes a ser meigo e justo,
Ama esta casa! Pede a Deus que a guarde,
Pede a Deus que a proteja eternamente!
Porque talvez, em lágrimas, mais tarde,
Te vejas, triste, desta casa ausente...
E já homem, já velho e fatigado,
Te lembrarás da casa que perdeste,
E hás de chorar, lembrando o teu passado...
Ama, criança, a casa em que nascestes.

Além de suas competências curriculares, Joentina tinha um atributo muito importante para o discurso janarista: Era uma jovem vinda do interior que estava sendo alfabetizada. Lobato (2009, p. 36) destaca que “As práticas tradicionais de cultivo e extrativismo florestal das populações locais eram classificadas como

primitivas e inadequadas à aceleração do crescimento dos índices econômicos do Amapá”. Portanto, na perspectiva hegemônica, Joventina representava a passagem do povo amazônico de um estado de “ignorância” e atraso para o de civilização.

Ao terminar o curso primário, como era de praxe, a pequena Joventina prestou exame de admissão e foi aprovada para ingressar no ginásio da instituição de ensino leta (na época denominada Escola Normal de Macapá), escola criada dentro da lógica do Estado Novo, que preconizava a criação de cursos técnicos destinados a atender as demandas do mercado de trabalho de forma rápida e barata (CARVALHO, 2012). E, finalmente, em 1968 ela entrou na Icomi como professora. Foi em circunstâncias semelhantes que outras educadoras amapaenses formadas chegaram para atuar nas escolas dessa empresa²⁴.

Quando foi admitida como professora da Icomi, Joventina já morava em Vila Amazonas. Desde 1965 ela habitava na área primária, visto que havia casado com um escriturário da empresa. A migração de mulheres naturais do Amapá para as *company towns* se deu fundamentalmente em função do deslocamento dos seus companheiros.

No entanto, diferentemente da maioria das esposas de funcionários da Icomi, Joventina tinha qualificação profissional. Como já foi destacado, as mulheres sem formação profissional dificilmente eram absorvidas pela Icomi, que restringia a admissão aos cargos que não exigiam qualificação aos homens. Apesar de ser do quadro *staff*, visto que era uma funcionária que exercia atividade de nível técnico/superior, Joventina e seu marido continuaram vivendo na área primária, destinada aos operários.

Ela nunca recebeu moradia de acordo com sua função, visto que a Icomi não cedia casa a mulheres, mesmo que elas fossem funcionárias. O contrato de locação de imóvel era assinado entre a empresa e um funcionário do gênero masculino. Nesse sentido após o seu marido ser promovido, ele obteve o direito de morar na área intermediária (proposta recusada por esse trabalhador). As professoras oriundas de outras regiões viviam em alojamentos destinados à mulheres solteiras.

Como foi observado, as primeiras professoras a atuar nas escolas de Serra do Navio e Vila Amazonas eram de outras regiões brasileiras. A existência de uma instituição destinada à formação de professores a nível secundário abriu a

²⁴ Joventina M. H. Entrevista realizada no dia 08 de abril de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

possibilidade da contratação de professoras locais. Porém, não foi sinônimo de mudança significativa nessa perspectiva.

Segundo relatos colhidos com ex-professoras que viveram nas *company towns* e que trabalharam nas escolas da Icomi, essa empresa privilegiava as educadoras oriundas de grandes centros do país. A própria Joventina destaca que um dos fatores que somaram para a sua efetivação fora a sua formação superior cursada no núcleo da Universidade Federal do Pará

Com as auxiliares de enfermagem e enfermeiras a história não foi diferente. A Icomi privilegiava funcionárias oriundas do sudeste brasileiro. Principalmente de Belo Horizonte. A primeira enfermeira de origem local a trabalhar na empresa foi Maria Borges. Ela nasceu no município de Afuá, estado do Pará, porém com menos de um ano de idade mudou-se com a sua família para o Amapá, no contexto da transformação do mesmo em território federal.

O pai de Maria Borges foi contratado pelo governo territorial para trabalhar na olaria criada na gestão do capitão Janary Nunes para fornecer material necessário à construção de uma infraestrutura habitacional e urbanística na cidade de Macapá. Muitos migrantes aí procuravam achar fonte de sustento. Segundo Paz: “Comumente chamados de ‘braçais’, estes trabalhadores vinham de cidades ou regiões imediatamente próximas, como Óbidos, Vigia e das ilhas de Belém, além dos nordestinos” (PAZ, 2011, p 38).

A família de Maria Borges morava próximo à Fortaleza de São José. Sua mãe ajudou a sustentar a família lavando roupa às margens do rio Amazonas. Maria ajudava sua mãe na lavagem de roupa e era responsável por passa-las com o ferro à lenha. Quando completou 14 anos ela resolveu viajar para São Paulo, afim de fazer o Curso de Auxiliar de Enfermagem, visando gerar melhoria de vida para si e para a sua família.

Algumas de suas amigas haviam feito essa viagem e lhe contaram dos aprendizados e das experiências que tiveram nesse grande centro. Maria Borges se interessou pelas histórias e decidiu partir em busca de sua formação técnica. Ela fez o mencionado curso na Beneficência Portuguesa, um colégio interno mantido por freiras.

Ao retornar ao Amapá, Maria Borges foi contratada como auxiliar de enfermagem pela Icomi. No entanto, ela ainda não se sentia plenamente realizada, e por isso decidiu prestar o vestibular para Enfermagem em Belém do Pará, sendo

admitida na Escola de Enfermagem Magalhães Barata²⁵. Para isso ela precisou se desligar da empresa. Maria lembra de seu medo de deixar aquele emprego, visto que ela ajudava no sustento da sua família composta por 10 filhos. Para amenizar o impacto financeiro representado pela sua demissão, ela usou o dinheiro da sua indenização para montar um pequeno comércio para o seu pai.

Maria Borges só passou três meses em Belém. De lá ela rumou para São Paulo onde ingressou na Escola Paulista de Enfermagem, na qual graduou-se e fez especialização em Ginecologia Obstetrícia. Após formada, ela trabalhou em alguns hospitais na capital paulista, dentre os quais o Sírio Libanês. Ainda vivendo em São Paulo, ela tomou conhecimento de que a Icomi estava contratando enfermeiras para atuar no Amapá. Maria se apresentou no escritório da empresa e, curiosamente, foi contratada como se fosse originária da capital paulista, tanto que fez jus a todos os direitos concedidos pela empresa a funcionários oriundos de outras regiões do Brasil, como a passagens aéreas com destino ao local de contratação para si e para os seus familiares no período de férias. Portanto, a primeira enfermeira de origem local a ser contratada pela Icomi foi selecionada de forma exógena ao TFA²⁶.

No dia 31 de julho de 1967, uma jovem chamada Lucia, filha de um operário e de uma dona de casa, residente na área de Vila Amazonas destinada aos trabalhadores que ocupavam as funções da base da hierarquia da empresa, começou a trabalhar na Icomi como atendente hospitalar. Ela sonhava em ajudar seu pai e sua mãe. Eles tinham 10 filhos e, por isso, enfrentavam muitas dificuldades financeiras.

Lucia estudou desde o quarto ano primário na escola de Vila Amazonas. Ao concluir o ginásio ela fez o curso de atendente hospitalar, sendo uma das primeiras colocadas, em virtude das boas notas que obteve, fato que lhe garantiu um emprego no hospital de Serra do Navio. Em 1969 Lucia ganhou bolsa para o Curso de Auxiliar de Enfermagem a ser realizado no Rio de Janeiro, na Escola de Enfermagem Alfredo Pinto. O curso no Rio de Janeiro começou em 1970, logo após ela prestar exame de seleção no qual foi aprovada. Em 1971 essa jovem formou-se em auxiliar de enfermagem, o que lhe garantiu ascensão profissional e uma melhor

²⁵ Com a criação da Uepa, constituída pela Lei 5747, de 18 de maio de 1993, e instalada em definitivo em 5 de abril de 1994, a Escola de Enfermagem foi incorporada a estrutura universitária, e passou à categoria de curso de graduação em Enfermagem do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS).

²⁶ Maria Borges. Entrevista realizada no dia 05 de maio de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

remuneração. Consequentemente a perspectiva de ajudar os seus pais foi concretizada.²⁷

Na narrativa de Lucia se verifica que a segunda geração de moradores de Serra do Navio e Vila Amazonas, ou seja, a dos filhos dos primeiros funcionários que iniciaram a vida como “braçais”, passa a ter maior acesso a cargos especializados. Observa-se que a partir da década de 1960 mulheres nascidas no próprio Amapá, muitas das quais filhas de operários, começam a ocupar espaços na empresa como auxiliares de enfermagem, secretárias e professoras.

Esse também foi o caso de Claudeth Santana da Silva, segunda mulher a figurar na revista *Icomi-Notícias* como destaque. Nascida em Mazagão, trabalhou como atendente do hospital de Vila Amazonas, ganhou bolsa de estudo e formou-se em auxiliar de enfermagem em 1962, na cidade de Manaus. Terezinha, que se formou em técnica em contabilidade no ano de 1965, também era uma “filha de terra”.

4.4.3 Esporte, lazer e enlances amorosos

Muitas mulheres praticavam esportes como: vôlei, natação, basquetebol, entre outros. Em 1964 foi formado o primeiro time de voleibol feminino do Santana Esporte Clube (AS ESTRELAS, 1964, p. 27). Esse time serviu como incentivo para que outras mulheres passassem a praticar essa atividade esportiva competitivamente. Christine Mary Nicolay, crack do ano de 1964, era jogadora dessa agremiação.

Nesse mesmo ano também surgiu o primeiro time de basquetebol feminino do SEC. Em Serra do Navio, Clea Genu foi a responsável por formar a primeira equipe de vôleibol feminino do MEC. Vinda do Pará, ela já havia praticado o esporte em nível de competição e acumulado alguns títulos com o time Júlio Cesar, de Belém. O MEC também teve uma de suas atletas como crack do mês (a segunda a figurar na revista *Icomi-Notícias*), como já foi citado em capítulo anterior. Foi Maria Galiléia da Silva Lino (A CRACK, 1964, p. 26).

Ainda em 1964, Verinha, Sandra, Ercilia, Cristie, Penha, Patricia e Maria das Graças, do time denominado Icomi, que fazia parte do SEC, disputaram com times

²⁷ Lúcia S. S. Entrevista realizada no dia 08 de abril de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

como o Colégio Amapaense, Colégio Comercial do Amapá e com o Icominas (também pertencente ao SEC). Elas foram campeãs do torneio D. Edmilsan N. Pessoa, realizado em Vila Amazonas (QUADRANGULAR, 1964, p. 27).

As disputas travadas entre MEC e SEC eram animadas e acirradas, movimentavam as vilas. Os dias que esses times se encontravam em disputa eram dias de muita festa. Em 1965, no período anterior às férias coletivas dadas pela empresa aos funcionários e antes das férias escolares, o SEC realizou torneio que contou com a presença de equipes vindas de Macapá, como o Colégio Comercial Amapaense. O time feminino do SEC foi derrotado pelas jogadoras do Colégio Comercial Amapaense (AS ESTRELAS, 1965, p. 31).

No ano de 1966 em um torneio realizado pela revista *Icomi-Notícias* que contou com a participação de times de fora das *company towns* o time de Serra do Navio, chamado Leão da Serra, composto por: Clea, Wilma, Lucinha, Odila, Maria do Carmo, Suely, Ivete e Dalva, foi o campeão do torneio (LEÃO, 1966, p. 27).

A prática de esporte nas ruas era composta fundamentalmente pelos rapazes, tanto que o futebol de campo praticado em locais abertos era uma atividade onde o gênero masculino era predominante²⁸. As mulheres praticavam essas atividades primordialmente nas escolas e nos clubes, como MEC e SEC. Nesses locais eles também praticavam futsal, nesse sentido observa-se a Fotografia 21.

Fotografia 21 - Time de futsal feminino DAS (Serra do Navio, AP, 1980).



Fonte: Pagina Icomi-Portal do Altamir Guiomar²⁹

²⁸ A. R. S. Amaral. Entrevista realizada no dia 15 de abril de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

²⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/search/top/?q=icomi%20-%20portal%20do%20altamir%20guiomar> ; Acesso em: Abril 2018

Os clubes, bem como os bailes, os balneários, a praça e o cinema eram locais de lazer, de encontros sociais e de enlances amorosos. Mas também não ficavam imunes às distinções sociais. Segundo Maria Borges nas festas realizadas no MEC e no SEC cada um deveria se manter no seu devido espaço de acordo com a classe que pertencia.

Tem o motorista tem o servente, cada um na sua categoria dentro do salão, o médico não poderia dançar com uma auxiliar de enfermagem, poderia dançar comigo que era enfermeira, o motorista poderia dançar com a empregada doméstica, aquele pessoal assim. Então essa diferença de classe separação de classe. Isso deixava as pessoas assim... Elas acostumavam na verdade elas acostumavam... Ficava natural pra elas, mas assim... Quem estava acostumado de uma outra forma sofria com aquilo... Quando eu já estava enfermeira não existia esse problema... Assim que queria dançar com os meus colegas, eu tinha colega que era motorista tinha colega lá da cozinha técnico de laboratório, mas eles lá e eu aqui³⁰.

As relações passionais eram diretamente afetadas por essa lógica segregacionista. Nesse sentido Maria Borges conta: “Se você dançar, se você namorar, se você paquerar você era chamado atenção. Um médico, um enfermeiro, um advogado não podia casar com alguém da primária, ele tinha que casar com gente do nível dele”³¹.

Portanto, de modo geral, os relacionamentos reproduziam as divisões de classe existentes nas vilas. Lucia, filha de um trabalhador braçal, conta que quatro anos após chegar do Rio de Janeiro, onde fazia o curso de auxiliar enfermagem, conheceu um mecânico da empresa, com quem veio a se casar, um ano depois³². Muitos casais burlavam essa regra que impedia o relacionamento entre pessoas de posições diferentes, porém a punição era a demissão como conta Maria Borges:

Havia aquela coisa da fuga. Inclusive teve enfermeira, teve professora, que namoravam com gente lá da parte da primária e ficou grávida. Saíram os dois. Ela era professora e ele era motorista. Então ela não podia ter uma casa aqui e ele também não podia porque a classe dele não permitia. Aí demitiram os dois³³.

³⁰ Maria Borges. Entrevista realizada no dia 03 de maio de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

³¹ Maria Borges. Entrevista realizada no dia 03 de maio de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

³² Lúcia S. S. Entrevista realizada no dia 08 de abril de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

³³ Maria Borges. Entrevista realizada no dia 03 de maio de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

Em Serra do Navio havia locais proibidos como: a mina, a área atrás do cinema, o campo de futebol de noite, o bambuzal. Nesses lugares ocorriam enlances afetivos e até sexuais. Porém, caso os amantes fossem descobertos por algum segurança da empresa isso também poderia resultar na demissão dos envolvidos ou do pai ou mãe deles e delas, caso fossem dependentes de funcionários³⁴. Não raramente as jovens estudantes se envolviam amorosamente com jovens funcionários da empresa.

As funcionárias solteiras viviam em alojamentos específicos. Elas eram aconselhadas a não frequentarem as áreas destinadas às famílias sem estarem devidamente acompanhadas. Nesse sentido, muitas jovens narram que sempre saíam em grupo para se divertir. Lucia recorda que quando solteira dificilmente saía para se divertir, pois a rotina no hospital em que trabalhava como auxiliar de enfermagem tornava quase inconciliáveis os horários dela e de suas amigas. Mas, sempre que possível, ela convidava suas colegas para passear³⁵.

As mulheres casadas frequentavam os balneários acompanhadas por seus filhos e esposos. Jovens que participavam de concursos de misses quando solteiras, uma vez casadas abandonavam essas atividades. Fatima, uma paraense do município de Afuá e amante do voleibol, que foi com apenas 12 anos de idade para Serra do Navio, lembra saudosa do seu tempo de solteira, dos passeios em família, das festas nos clubes, dos passeios no Cachaço, na Pedra Preta, no Água Fria, do tempo em que foi vice rainha do carnaval.

Depois de casada, nos finais de semana, ela passou a frequentar os balneários para onde levava os filhos para passear, sempre acompanhada do esposo e de grupos de amigos. Porém, ela não abandonou o voleibol. Chegou a ser jogadora do MEC. Ela se lembra das viagens rumo a Vila Amazonas a fim de disputar os torneios da categoria. Nos torneios participavam times femininos como o Serra do Navio, o Ferroviário, o Mecânica, o Pedra Preta, entre outros³⁶.

As mulheres também se organizaram em entidades filantrópicas como a Associação das Senhoras de Vila Amazonas (ASSVAM), fundada no ano de 1963. Essa entidade reunia esposas de funcionários da Icomi. Elas promoviam festas, bingos, enfim, eventos para angariar donativos. Realizavam até articulações com

³⁴ A. R. S. Amaral. Entrevista realizada no dia 19 de abril de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

³⁵ Lúcia S. S. Entrevista realizada no dia 08 de abril de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

³⁶ Fatima M. B. Entrevista realizada no dia 08 de abril de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

comércios, de modo a negociar preços mais acessíveis para realizar as suas atividades.

A Assvam chegou a manter uma escola, que funcionava no galpão da igreja paroquial de Santana, com 350 alunos (no ano de 1964). Os professores dessa escola eram pagos com recursos públicos. No entanto, a Associação mantinha os alunos com: uniformes, merendas, doações de roupas e alimentos. No Natal promoviam atividades beneficentes.

4.5 GÊNERO E CLASSE SOCIAL

Não foram apenas as mulheres de funcionários ou trabalhadoras especializadas que viveram em Serra do Navio e Vila Amazonas. Muitas mulheres rumaram para essa localidade para trabalhar como empregadas domésticas nas casas de funcionários, principalmente nas áreas consideradas nobres das *company towns*.

Augusta da Silva Costa, nascida em Altamira no Pará, chegou ao Amapá no dia 20 de dezembro de 1969. Ela tinha na época 29 anos, primeiramente morou no bairro do Buritizal, mudando-se para Serra do Navio no dia 8 de fevereiro de 1970, para trabalhar como empregada doméstica. Na época, Augusta era solteira. Ela casou-se apenas alguns anos mais tarde, na comunidade de Tessalônica. Viveu cinco anos em Serra do Navio, período compreendido entre 1970 a 1975. Exerceu a sua função em residências na DD³⁷ e no *staff 2*.

Augusta lembra que não tinha uma boa relação com a sua patroa, uma enfermeira casada com um médico da empresa. Ela conta que criou uma filha sem pai e levava essa criança para a Serra do Navio, no período de férias, exatamente para a casa onde ela trabalhava e morava. Augusta relatou que a dona da casa pedia que a sua filha fosse mantida escondida, no quarto destinado à empregada doméstica, pois não queria que suas amigas soubessem que a sua empregada era mãe solteira. Além disso, Augusta lembrou que era muito maltratada por essa

³⁷ Além da divisão de setor de acordo com a posição dos sujeitos no organograma funcional, a área que abrigava os operários era subdividida em seis subáreas: A, AR, B, C, CC, e DD. “Sendo que, o tipo DD era destinado aos funcionários de nível técnico, o tipo CC abrigava os de níveis superiores, os de tipo A e AR eram reservados aos funcionários de nível intermediário e os de tipo B e C abrigavam os empregados. (NUNES, 2014, p. 93).

patroa. Um momento ficou marcado em sua memória, segundo ela, um episódio de humilhação:

Um dia teve um jantar na casa [em] que eu trabalhava. Era para receber funcionários da Icomi: engenheiros e médicos da empresa. A dona da casa falou assim pra mim: “ei, empregada, já está na hora do almoço, venha servir”. Na mesma hora eu disse: “Olha, dona Lurdes, no dia [em] que entrei nessa porta a senhora perguntou o meu nome. A senhora já viu alguém ter esse nome registrada em cartório? Eu sou batizada e sou crismada e tenho nome”. Na mesma hora eu saí daquela casa e fui morar na casa de uma irmã de criação³⁸.

Augusta conta que havia muitas restrições para as empregadas domésticas. Elas não podiam frequentar o supermercado para comprar produtos para sua necessidade, exceto com o cartão do patrão. A Icomi controlava a quantidade de gêneros alimentícios que poderiam ser comprados nos supermercados que pertenciam à empresa. A quantidade que cada família poderia comprar estava expressa em um cartão que ficava na posse do funcionário.

Augusta ressalta que havia um médico específico para as empregadas domésticas. No trem (principal meio de transporte e de escoamento da produção) havia um vagão separado para elas e para os agricultores que viviam as margens da EFA.

As empregadas domésticas também não podiam frequentar os bailes do MEC junto com os outros moradores³⁹. Existia um dia específico para elas (nas quartas-feiras, quando ocorria o baile das domésticas). Como se pode observar no depoimento de Augusta, no contexto das *company towns* amapaenses, além da distinção de gênero, o marcador social de classe era proeminente.

4.5.1 Madames e donas de casa

A experiência das mulheres que viveram nas regiões tidas como nobres das *company towns* diferia em diversos aspectos do modo de vida das mulheres que ocupavam o espaço operário. Na área em que profissionais como médicos, engenheiros e dirigentes da empresa moravam, a tarefa de cuidar da casa e das crianças recaía fundamentalmente sobre as empregadas domésticas.

³⁸ Augusta da Silva Costa. Entrevista realizada em janeiro de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

³⁹ F. L. do N. Entrevista realizada no dia 08 de abril de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

Muitas das mães de famílias dessas áreas também trabalhavam na empresa, como professoras, secretárias, enfermeiras e médicas. Os locais de lazer, com exceção de alguns espaços comuns de convivência, como balneários e praças, seguiam a segregação espacial classista preconizada desde a construção das vilas. Nesse sentido uma ex-moradora de Vila Amazonas relata:

Tinha uma piscina no *staff*, no CCH, onde nenhum do primário nem do intermediário podia ir. Uns faziam amizade, mas às vezes eram botados para fora. Eu não ia, nem deixava meus filhos irem quando os amigos convidavam, pois sofrer na pele aquilo... Às vezes o adulto tira mais de letra, às vezes nem os adultos. Por isso eu não deixava⁴⁰.

As práticas de venda de iguarias e de cosméticos eram mais comuns entre as moradoras da área denominada como primária (destinada aos operários e suas famílias). Na área intermediária, essas atividades não eram comuns e no *staff* elas inexistiam.

A professora Joentina lembrou que a divisão de classes expressas nos setores de moradia repercutia na escola: “Para você ter uma ideia, tinha turma a, turma b, e turma c. Na ‘a’ alunos fortes, ‘b’ médios, e ‘c’ restos mortais [risos...]. A turma ‘a’ era formada por filhos de pessoas do *staff*. Dificilmente você via um... Às vezes na ‘b’, mas na ‘c’ não tinha não”⁴¹.

Ela disse que isso gerava “aquela guerra” entre os meninos de classes diferentes. Como uma das pessoas responsáveis pela introdução da Fundação Bradesco em Santana, no ano de 1985, Joentina lembrou que teve uma grande dificuldade para romper com essa segregação praticada na escola.

Eu não era muito conhecida. Tanto que eu sempre trabalhei, trabalhava fora, fiz universidade no curso de Pedagogia já trabalhando. O pessoal do *staff* não me conhecia porque eu não ia lá. Eu só ia no CCH na semana pedagógica, que encerrava lá e eu tinha que ir. Ficava um pouco e ia embora, Então a Icomi não me indicou, eu fui pra lá [para o cargo de diretora da Fundação Bradesco] por causa do meu currículo. A Icomi indicou a esposa de um funcionário da direção, mas eles me escolheram. Na época tinha uma dificuldade para a criança pobre se matricular, ai eu fui em todas as escolas para convidar essas crianças ai entrou filha de lavadeira... Eu fiz uma mistura, no tempo da Icomi tinha a A, B, C e até D. Eu mesma fiz a seleção e misturei todo mundo: filhos do pessoal do *staff*... Aí olha... No primeiro dia que eu botei na véspera a relação dos alunos, eu achei até graça quando vieram as mães com os filhos. Aí eu via mães, senhoras lá do *staff*, que diziam: “Quem é essa tal de Joentina, que virou a

⁴⁰ Joentina M. H. Entrevista realizada no dia 19 de abril de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

⁴¹ Joentina M. H. Entrevista realizada no dia 19 de abril de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

escola de cabeça pra baixo?” Ai eu entrei na sala. Tinham um bocado de mães e diziam: “Olha na turma do meu filho não tem nenhuma amiguinho”. Eu dizia “ótimo agora eles vão fazer novos amigos os outros já estão garantidos”. Não vai ter essa divisão nem por aluno mais fraco. Pois se tiver a gente vai trabalhar. Você não sabe o que eu enfrentei. As mães do *staff* estavam tão insatisfeitas que teve um dia que todos os chefes da Brumasa e da Icomi vieram falar comigo. Eu, muito ocupada, não vi quando chegaram e entraram para o salão. A professora assustada: “Professora, o[s] gerente[s] da Brumasa, da Icomi, tão tudo aí. Eu chamei todos os professores orientadores. O pessoal tinha um medo! Eu também tinha, mas não demonstrava. Então o gerente da Brumasa perguntou: “Qual o horário que a gente vai ter para fazer perguntas?”: Eu respondi “podem fazer”. Eu me lembro benzinho desse gerente da Brumasa, que estava praticamente deitado na cadeira, em uma atitude extremamente mal educada. Estavam bravos, os filhos deles vinham com lanche e eu guardava e dizia: “Não, meu filho, tem lanche da escola”. Os meninos diziam “mamãe disse que peguei boqueira aqui na escola” [e] eu dizia “não, meu filho, se você pegou foi lá pro CCH, aqui não”. Ele perguntou: “Quando a senhora vai fazer seleção de turma? Eu respondi: “Eu não sei de que seleção ta falando; [mas] se for seleção de idade, não há necessidade; se for a nível social também não; se for a nível de aprendizagem também não, pois vamos trabalhar com quem tem dificuldade. Não é muito bom tirar a criança que não tá acompanhando. Ele disse: “Então o seu ensino vai ser lá embaixo”. Eu perguntei: “Qual a série do seu filho?” Ele disse: “Quarto ano”. Eu falei: “Não vai ser nem em cima, nem embaixo, vai ser no nível de quarto ano”. Ele saiu chutando cadeira! Na época da Icomi as madames do *staff* escolhiam a melhor professora para a turma dos filhos delas. Quando as mães do setor primário chegavam na escola para reuniões, muitas professoras diziam: “Olha, esse pessoal deve ter muita fofocada nesse meio”. Eu dizia: “Aí é que você se engana, porque elas não tem tempo para essas coisas”. Mesmo assim muitas delas se aproximavam das mulheres dos diretores para puxar o saco⁴².

Esse depoimento de Joventina é revelador da distinção social marcante nas *company towns*. Como se pode observar, Joventina ressaltou que não gostava de frequentar o CCH, o espaço mais frequentado pelas famílias e pelas mulheres do *staff*. A tentativa do diretor da empresa de assegurar a vaga de diretora da Fundação Bradesco para a sua esposa, deixa entrever parte dos complexos meandros da conquista de privilegios e *status* marcante nas *company towns*, espaços onde supostamente deveria imperar a racionalidade técnica.

Na escola, a divisão das turmas feita por critérios de desempenho, que na verdade revelava uma bem marcada divisão, inclusive no momento de estudo, era ratificada pelas “madames” do *staff*, que se rebelaram contra Joventina, quando ela ousou subverter a ordem. Nota-se também a discriminação para com as mães das camadas operárias. Preconceito que advinha, não raramente, das próprias professoras, que consideravam aquelas mães mulheres incultas e fofoqueiras.

⁴² Joventina M. H. Entrevista realizada no dia 19 de abril de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

Dentro dessa conjuntura, as madames do *staff* gozavam de prestígio dentro do conjunto da sociedade serrana (de Serra do Navio) e da de Vila Amazonas. Isso despertava a atenção e a curiosidade das mulheres do primário e intermediário. Joventina ressalta que muitas dessas mulheres se empenhavam na *démarche* de aproximação para com aquelas senhoras: “Puxavam muito o saco das mulheres de diretores”⁴³, para de certa forma usufruir de alguma maneira de benesses materiais e simbólicas. Um episódio vivido por Augusta quando trabalhava de empregada doméstica em Serra do Navio ilustra essa perspectiva. Ela lembra com muita tristeza o dia em que foi renegada por sua irmã que morava na intermediária:

A patroa perguntou para a minha irmã, que era casada com um funcionário da empresa se ela era minha irmã e ela disse: eu não tenho nenhuma irmã doméstica. Meu amigo aquela palavra foi como uma facada no meu coração. Ai eu disse a ela: “olha, dona Lourdes, ela poderia falar tudo menos isso”⁴⁴.

O distanciamento pretendido pela irmã de Augusta está inserido dentro da construção (simbólica) do *status* e do prestígio, que implicava em estar próximo das madames do *staff* como garantia de reconhecimento social. Por outro lado, ter laços de parentesco com alguém que estava na camada mais baixa da sociedade serrana poderia comprometer esse prestígio.

Portanto, nota-se que as mulheres que viveram em Serra do Navio e Vila Amazonas cuidaram da casa da família, mas também praticaram comércio complementar e informal. Muitas delas, antes de virem para o Amapá, já haviam desempenhado o trabalho de empregadas domésticas e agricultoras. Porém, não foram absorvidas pela empresa, pois as atividades que exigiam o uso da força eram apanágio masculino. As mulheres desenvolveram redes de informações e de solidariedade, criaram estratégias em casa para aumentar a renda. Elas praticaram esportes, frequentaram espaços de lazer, foram alvo de estratégias normativas.

⁴³ Joventina M. H. Entrevista realizada no dia 19 de abril de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

⁴⁴ Augusta da Silva Costa. Entrevista realizada no dia 12 de Janeiro de 2018 e concedida Rômulo Moraes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como as questões políticas, econômicas e sociais, as relações de gênero são fatores intrínsecos ao processo de exploração do minério de manganês do Amapá realizado pela Icomi entre 1953 e 1997. Assim, negligenciar a experiência feminina e as correlações de força nas quais as mulheres estiveram envolvidas nesse contexto é ocultar questões fundamentais para o entendimento do cotidiano deste empreendimento.

Como foi destacado no decorrer da presente dissertação, o projeto mineralógico que começou a ser implantado no Amapá no final da década de 1940 atendia a uma agenda de desenvolvimento que colocava recursos da Amazônia na órbita dos interesses capitalistas nacionais e internacionais. Junto a esse projeto foram fomentadas políticas socioculturais hegemônicas que objetivavam construir novos homens e mulheres, alinhados com os valores e comportamentos preconizados pelo governo nacional e pelo mercado capitalista internacional.

As novas sociabilidades que se buscavam forjar no TFA faziam parte do plano do governo federal que investiu na formação de mão de obra especializada, disciplinada e patriota no TFA. Essa política foi aplicada, primeiramente, pelo governador Janary G. Nunes e teve prosseguimento com os seus sucessores. Veículos de comunicação como o jornal *Amapá* e a Rádio Difusora, alinhados com a ideologia do governo, difundiam o discurso institucional de defesa do projeto modernizador, civilizador e normatizador que se estava implantando na região. As *company towns* construídas pela Icomi e destinadas a manter laboriosos os seus funcionários também foram permeadas por esses discursos.

Em Serra do Navio e Vila Amazonas, entre 1964 a 1967, a revista *Icomi-notícias* teve um papel fundamental na propagação desses paradigmas. Esse periódico partiu de uma premissa dicotômica em relação aos papéis e ofícios que deveriam ser desempenhados na sociedade e na empresa. Nesse sentido, a revista foi uma das grandes disseminadoras de modelos essencialistas, nos quais as mulheres foram apresentadas como símbolos de graça e beleza, expressos na veneração das misses. Também representavam símbolo de candura por meio do culto à figura de santa Bárbara, padroeira dos mineiros, e das doces e dedicadas esposas e mães de família, verdadeiras “rainhas do lar”, que cuidavam do marido e das crianças.

Portanto, o lugar de destaque das mulheres nessa revista era sobretudo nas páginas da coluna “Feminina”, que ensinava receitas culinárias, dicas de costura e de beleza. Também havia dicas de como a mãe e a esposa deveriam se comportar. A imagem construída em torno de enfermeiras e professoras fortalecia estereótipos de gênero, pois o ato de cuidar e de educar eram considerados atributos exclusivamente femininos. Deste modo, as enfermeiras eram retratadas como mulheres dedicadas, que cuidavam dos funcionários e de seus familiares. As professoras deveriam ensinar os valores patrióticos e de dedicação ao trabalho. Juntamente com as mães, elas tinham a missão de formar os futuros cidadãos e trabalhadores.

Aos homens cabiam os papéis de dirigir, administrar e fazer funcionar a empresa, operar as máquinas, extrair o minério, carregar e guiar o trem, usar a força bruta nas atividades não qualificadas. Eles também eram responsáveis por prover as famílias. Além disso, representavam o exemplo de homem e profissional a ser seguido pelos filhos. Homens disciplinados, trabalhadores dedicados e incansáveis. Nas horas vagas eram atletas, cracks dos times de futebol, orgulho dos filhos. O futuro do TFA estava em suas mãos. Ou seja, a revista *Icomi-notícias* foi uma grande propagadora do modelo hegemônico de mulher, visando inculcar nelas e em toda a sociedade a dominação fálica.

A *Icomi-notícias* era, portanto, uma ferramenta de disseminação do discurso institucional e fomentava a construção de uma memória coletiva que privilegiava a lembrança das experiências masculinas, relegando as mulheres ora ao esquecimento ora a posições sociais consideradas menos prestigiosas. Essa memória coletiva persiste atualmente e pode ser observada na fala de antigos moradores e moradoras, os quais lembram saudosos dos “feitos heroicos” de seus pais, do percurso de ascensão profissional e das conquistas no âmbito esportivo. Ela também tem se manifestado nas redes sociais, em páginas da internet destinadas à memória do período no qual a *Icomi* atuou no Amapá. Esses espaços estão repletos de fotos e depoimentos acerca das experiências masculinas no local de trabalho e nas vilas. As menções às vivências femininas são minoritárias e esporádicas.

A relutância e, não raramente, a recusa de várias mulheres em dar entrevista para a construção dessa dissertação refletia uma espécie de naturalização do silenciamento feminino sobre esse período da história do Amapá. Como foi possível observar no terceiro capítulo, muitas afirmavam que quem poderia ajudar nas

entrevistas eram os seus maridos. Nos encontros com as entrevistadas que viveram em Serra do Navio e Vila Amazonas os maridos eram onipresentes, sobretudo com as donas de casa. Muitos deles tomavam a palavra e narravam seus feitos. Muitos chegavam a se antecipar e responder perguntas direcionadas às mulheres. Sempre que alguém era convidado para dar entrevista, a primeira lembrança que lhes ocorria era da vida do pai de família.

A abertura do canal de escuta sobre as experiências femininas promovida por esse trabalho trouxe à tona diversos aspectos das vidas de antigas moradoras de Serra do Navio e Vila Amazonas. Como consequência, constatou-se que muitas mulheres que eram donas de casa no setor operário das *company towns*, antes de se mudarem para essas cidades-empresa desempenharam atividades de trabalho fora do lar. Foram empregadas domésticas, lavadeiras, agricultoras. Em sua maioria vieram do interior do Pará e do próprio TFA. Professoras, técnicas de enfermagem e enfermeiras eram majoritariamente oriundas do sudeste do país. Apesar de haver uma instituição formadora de professores em Macapá (A Escola Normal de Macapá) desde a década de 1950, a empresa priorizava a contratação de profissionais das regiões mais desenvolvidas economicamente do país.

As mulheres que vinham de outras regiões para atuar nas áreas da saúde e da educação viviam em alojamentos exclusivos para elas. A empresa desestimulava relacionamentos entre pessoas de níveis hierárquicos distintos, devido à suposta incompatibilidade social, visto que a moradia era determinada por critérios de posição dentro da mineradora. Ou seja, dentro dessa lógica: uma médica deveria viver na região do *staff* e um motorista deveria morar na primária (área destinadas aos operários). Logo, um possível casamento entre essas pessoas tornava-se incompatível. Isso evidencia a rígida segregação social vivenciada nas *company towns*. Nesse sentido, nos locais de convivência e de contatos afetivos, como bailes, a distinção social entre os moradores das vilas permanecia. No entanto, constatou-se que essas normas não eram fielmente seguidas por moradores e moradoras, pois ocorreram casos de enlances amorosos proibidos, que aconteciam às escondidas, em locais também proibidos. A punição no caso de descoberta dessas relações era a demissão de ambos os envolvidos.

As mulheres praticaram esportes, principalmente o voleibol. Todavia, observou-se que os lugares de prática de esportes femininos foram majoritariamente os espaços privados, como os clubes. Nos espaços públicos, como as ruas, a

predominância era de homens, que praticavam principalmente o futebol. Na *Icomi-notícias* as mulheres que praticavam esportes também não tiveram o mesmo reconhecimento dado aos homens. Como já foi citado, na revista havia uma coluna denominada o crack do mês. Essa coluna foi extremamente masculinizada, tendo apenas duas mulheres escolhidas como foco, ambas jogadoras de voleibol.

As mulheres também se socializaram e criaram redes de solidariedade. Por outro lado, as questões de classe as dividiram e puseram, com frequência, em lados opostos. Estar próximo das mulheres do *staff* poderia garantir prestígio no convívio social. De outro modo, a proximidade com mulheres que se encontravam em esferas de menos prestígio, como as empregadas domésticas, poderia representar demérito. As empregadas domésticas eram segregadas nos espaços da empresa. Nesse sentido, havia dias específicos para que elas frequentassem os bailes, havia vagões próprios para suas viagens de Serra do Navio a Santana e de Santana a Serra do Navio. Havia um médico próprio para atender a essas mulheres. E além disso, elas só poderiam adentrar no supermercado com a anuência do patrão.

O discurso institucional estimulava que esposas de operários fossem administradoras do lar, visto que o tempo dos homens era o “tempo produtivo” e, portanto, devia ser dedicado, quase em sua totalidade, à empresa. Em vários depoimentos, antigos funcionários alegaram que mesmo estando em casa eles ficavam de sobreaviso, devendo atender prontamente a um eventual chamado, caso houvesse alguma demanda.

Nesse viés, a empresa estrategicamente estimulava que as mulheres fossem as administradoras do lar. Contudo, apesar desse discurso, muitas donas de casa experimentaram vivências que extrapolaram as funções fixadas na identidade essencializada de cuidadora da casa, dos filhos e do marido. Muitas delas, praticavam comércio informal como venda de doces, salgados e cosméticos para complementar a renda familiar. Praticaram esportes e desenvolveram atividades ligadas ao fomento da solidariedade em relação a pessoas carentes das vilas e dos seus entornos.

Portanto, observou-se que gênero e classe foram fortes marcadores sociais, presentes de diversos modos no processo de exploração do minério de manganês do Amapá. Constatou-se que os discursos institucionais e a divisão do trabalho nessa empresa atenderam a interesses essencialistas, que buscavam atribuir papéis estanques e dicotômicos a homens e mulheres. Nesse sentido, a perspectiva de

desenvolvimento preconizada pelo governo do TFA e pela Icomi partia do pressuposto de que cabia aos homens produzir riquezas e às mulheres cuidar da família, dos doentes, e educar os futuros trabalhadores. A memória coletiva forjada pelo discurso institucional ajudou a fortalecer essa perspectiva. Isso explica porque as mulheres foram relegadas a um longo período de silêncio quanto as suas experiências vividas sobretudo nos espaços públicos de Vila Amazonas e Vila de Serra do Navio.

Essa dissertação partiu da perspectiva segundo a qual as estratégias de dominação direcionadas às mulheres vão além dos espaços fabris e adentram no cotidiano dos espaços doméstico e público. No entanto, mesmo sendo alvo dessas investidas segregacionistas, as mulheres desenvolveram sociabilidades que romperam com os modelos preconizados para elas. Como foi possível notar no decorrer do texto.

REFERÊNCIAS

A CRACK do mês, **Icomi-Notícias**, Rio de Janeiro, n 7, jul. 1964, p. 26.

ANIVERSÁRIOS. **Icomi-Notícias**, Rio de Janeiro, n 8, jun. 1964, p. 19.

AS ESTRELAS perdem a última batalha, mas os craques venceram. **Icomi-Notícias**, Rio de Janeiro, Janeiro, n 13, jan. 1965, p. 31.

AS ESTRELAS querem brilhar. **Icomi-Notícias**, Rio de Janeiro, n. 13 maio 1965, p. 27.

BRITO, D. C. de. Extração mineral e relações de trabalho na Amazônia: a experiência da exploração de manganês em Serra do Navio. **Papers do NAEA**. Vol. 39, jan. 1995. p. 4 -23.

BRITO, D. C. de. **Extração mineral na Amazônia**: a experiência da exploração de manganês em Serra do Navio no Amapá. 1994. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Tropicó Úmido) – Universidade Federal do Pará. Belém.

CANCELA, C. D. **Adoráveis e dissimuladas**: as relações amorosas das mulheres das camadas populares na Belém do final do século XIX e início do XX. 1997. 169 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas.

CANCELA, C. D. **Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém – 1870-1920)**. 2006. 343 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

CARVALHO, J. W. **Instituto de Educação do Amapá**: uma história de educação pelo exemplo. 2012. 213 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia.

COELHO, I. S. Sobre a exportação do minério de manganês de Minas Gerais. **Engenharia Mineração e Metalurgia**, São Paulo, vol. XXVI, n 153, set. 1957, p. 139-140.

_____. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998, p. 217-236.

DEL PRIORE, M. Magia e medicina na colônia: o corpo feminino. In: DEL PRIORE (org.). **História das mulheres no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 78-115.

DRUMMOND, J. A.; PEREIRA, M. de A. P. **O Amapá nos tempos do manganês**. Um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico (1943-2000). Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

EDUCAÇÃO faz novo Amapá. **Icomi-Notícias**, Rio de Janeiro, n. 13, nov, 1965, p. 3.

EM DESTAQUE. **Icomi-Notícias**, Rio de Janeiro, n. 18, jun. 1965, p. 21.

FEMININA. **Icomi-Notícias**, Rio de Janeiro, n. 04, abril 1964, p 23.

FEMININA. **Icomi-Notícias**, Rio de Janeiro, n. 1, jan.1964, p. 15.

FEMININA. **Icomi-Notícias**, Rio de Janeiro, n. 2, fev. 1964, p 19.

FIGUEIREDO, L. Mulheres nas Minas Gerais. DEL PRIORE, M. (org.). **História das mulheres no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 141-188.

GIULANI, P. C. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. DEL PRIORE, M. (org.). **História das mulheres no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 640-669.

ICOMI. **História do aproveitamento das jazidas de manganês da Serra do Navio**. Rio de Janeiro, dezembro de 1983. 1 v.

JUVENTUDE ingressa com entusiasmo no bandeirantismo. **Icomi-Notícias**, Rio de Janeiro, n. 10, out. 1964, p. 14.

LEÃO da Serra: Volibol foi um sucesso em Serra do Navio. **Icomi-Notícias**, Rio de Janeiro, janeiro, n. 25, jan. 1966, p. 27.

LEONARDOS, O. H. Problema brasileiro do manganês. **Engenharia Mineração e Metalurgia**, São Paulo, nov. 1957. vol. XXVI n. 155, p. 271-276.

_____. **Educação na fronteira da modernização**: a política educacional no Amapá (1944-1956). 2009. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

LOBATO, S. S. **A cidade dos trabalhadores**: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964). 2013. 239 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

LUCIANO, F. Mulheres nas Minas Gerais. DEL PRIORE, M. (org.). **História das mulheres no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 141-189.

MAIS 58 decenalistas. **Icomi-Notícias**, Rio de Janeiro, n 17, maio. 1965, p. 4-10.

MARTINS, J. S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. 2. ed. São Paulo: Contexto. 2009.

MASTROBUONO, M. A.; BIEZUS, L. A exportação do minério de manganês e suas consequências. **Engenharia Mineração e Metalurgia**, São Paulo, vol. XXVI, n 153, set. 1957, p. 133-136.

MELHORANDO conhecimentos. **Icomi-Notícias**, Rio de Janeiro. n. 1, jan. 1964, p. 5.

MONTYSUMA, M; CRUZ, A. T. Perspectivas de gênero acerca de experiências cotidianas no seringal Cachoeira – Acre (1964-2006). **História Unisinos**, v. 12, n.3, 2008. p. 220-236.

MORGA, A. E; LAGE, M. M.L. Vidas cotidianas das mulheres nos seringais do Amazonas. **Temas de Mujeres**, n.10, 2014.

NORA, P. **Entre memória e história**, a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Houry. São Paulo: Prof história. 1993. 28 p.

NUNES, E. D. R. **O controle social exercido pela ICOMI como estratégia de usos e ação sobre o território no Amapá, de 1960 a 1975**. Macapá: Unifap. 2014.

NUNES, J. G. **A verdade sobre o manganês do Amapá**. Macapá: Do autor, 1959.

O HOMEM, no progresso do Amapá. **Icomi-Notícias**, Rio de Janeiro, n 23, nov. 1965

O MANGANÊS, não é monopólio Brasileiro. **O Estado de São Paulo**, n. 153, set. 1957, p. 19.

OLIVEIRA, T. P. Estado, Igreja Católica e educação feminina: O papel estratégico da escola doméstica no território federal do Amapá (1951-1964). In: **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis: Anpuh, 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1428186432_ARQUIVO_Estado,IgrejaCatolicaeaeeducacaofemininanoTFdoAmapa.pdf> Acesso em: 25 de abr. 2018.

OS DISCIPULOS de Baden Powell. **Icomi-Notícias**, Rio de Janeiro, 1964, p. 3.

PARA que investir em menino. **Icomi-Notícias**, Rio de Janeiro. n. 23, nov. 1965, p. 6.

PAZ, A. J. F. **Os mineiros da floresta**: sociedade e trabalho em uma fronteira de mineração industrial amazônica (1943-1964). 2011. 180 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas.

PERROT, M. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PONTO de vista, **Icomi-Notícias**, Rio de Janeiro, n. 23, nov. 1965, p. 28.

PORTO, J. L. R. **Amapá**: principais transformações econômicas e institucionais (1943-2000). 2002. 216 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas.

QUADRANGULAR de voleibol feminino, D^a Edmilsan Nunes Pessoa. **Icomi-Notícias**. Rio de Janeiro, n. 7, jul. 1964, p. 27.

RAGO, M. Trabalho feminino e sexualidade. DEL PRIORE, M. (org.). **História das mulheres no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 578-607.

RIOS, F. Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. **Revista Intratextos**, vol. 5, n.1, 2013, p. 1-22.

SCOTT, J. **Gênero, uma categoria útil para análise histórica**. New York: Columbia University, 1995.

SCOTT, J. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992, p. 63-96.

SILVA, A. R. T. **A civilização do manganês**: O cotidiano dos trabalhadores da vila Serra do Navio, Amapá. 2009. 123 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento sustentável do trópico úmido) – Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém.

SILVA, A. R. T. **A civilização do manganês**: o cotidiano dos trabalhadores da vila de Serra do Navio, Amapá. 2009. 115 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Tropicó Umido) – Universidade Federal do Pará, Belém.

SILVA, C.E. A. da. **Exploração e degradação Social dos trabalhadores na Amazônia**: o fim do projeto Icomi. 2002. 111 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas.

SILVA, M. A. M. De colona a boia-fria. DEL PRIORE, M. (org.). **História das mulheres no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 554-576.

SOUSA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SURGE, uma nova geração. **Icomi-Notícias**, Rio de Janeiro, n 1, jan. 1964, p. 2

TAVARES, R. **Igualdade de gênero e desenvolvimento: uma via de mão dupla**. Disponível em: <<http://unicrio.org.br/igualdade-de-genero-e-desenvolvimento-uma-via-de-mao-dupla/>> Acesso em: 09 de julho de 2018

THOMPSON, E. P. **A Formação da classe operaria inglesa: Força dos trabalhadores**. Trad. Denise Bottmann-Rio de Janeiro: Paz e Terra,1987.

WOLFF, C. S. **Marias, Franciscas e Raimundas**: uma história das mulheres da floresta Alto Juruá. Acre 1870-1945. 1998. 284 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

APÊNDICE A – RELAÇÃO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

A. R. S. Amaral. Entrevista realizada no dia 08 de abril de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

A. R. S. Amaral. Entrevista realizada no dia 15 de abril de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

Augusta da Silva Costa. Entrevista realizada no dia 12 de Janeiro de 2018 e concedida Rômulo Moraes.

C. Gomes. Entrevista realizada no dia 12 de março de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

Deusa S. S. Entrevista realizada no dia 05 de abril de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

F. L. do N. Entrevista realizada no dia 08 de abril de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

Fátima M. B. Entrevista realizada no dia 08 de abril de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

Fátima S. Entrevista realizada no dia 08 de abril de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

Francisco L. do N. Entrevista realizada no dia 08 de abril de 2017 e concedida a Rômulo Moraes.

I. A. M. Entrevista realizada no dia 10 de janeiro de 2018 e concedida a Isis Sousa.

Joventina M. H. Entrevista realizada no dia 19 de abril de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

Lúcia S. S. Entrevista realizada no dia 08 de abril de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

Maria Borges. Entrevista realizada no dia 03 de maio de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

M. C. dos S. N. Entrevista realizada no dia 09 de abril de 2017 e concedida a Isis Sousa.

O. B. S. Entrevista realizada no dia 05 de abril de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

R. S. Entrevista realizada no dia 08 de abril de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.